

ATA DA 275ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias de julho de 2022, às nove horas, realizou-se a ducentésima septuagésima quinta Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela atual presidente Mariana de Resende Franco que assumiu a condução da mesma onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Mariana de Resende Franco – SEDESE; Elder Carlos Gabrich Júnior – SEDESE; Érica Pereira Alves Beltrame - CMAS/Coronel Fabriciano; Marinete da Silva Morais – COGEMAS; Joao Vitor Da Silva Jorge - CMAS/Caeté; Silvestre Dias – SEF; Cleuza Maria de Oliveira – SEE; Arlete Alves de Almeida - O Movimento do Graal no Brasil; Gabriela de Almeida Loiola - CMAS/Salinas; Grazielle Vieira Cachapuz Machado – CRP; Isac dos Santos Lopes – ASQUIS; Kariny de Amorim Silva - Bem Estar do Menor; Lucas Estevão Ribeiro da Silva - Conselho Central de Curvelo-São Vicente de Paula; Marilene Faustino Pereira – FETAEMG; Simone Maria da Penha de Oliveira - CMAS/Belo Horizonte. Ainda, os seguintes conselheiros suplentes: Suzanne Cristina Horta Silva – SEDESE; CMAS/Barbacena - Daniel Martins de Mello Neto; Lígia Camargos da Silva – SES; Mariana Sousa Lopes – SEPLAG; Michelle Andrade Henriques – SEE; Anna Karla Ribeiro Silva – SEAPA; Carla Valéria Soares Vita - Federação das Associações sem fins econômicos de Minas Gerais – FASEMIG; Philipe Nunes Vieira e Silva - Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS – FETSUAS; Leandro Luis da Cruz Sena - Instituto de Desenvolvimento Sociopolítico Brasileiro – ID; Rodrigo dos Santos França Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – ASSPROM; Cinara Lucena Rocha dos Santos Pio - Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira – ADRA; Sandra Regina Ferreira Barbosa – SINTIBREF; Iara da Costa Nogueira Reis - Congregação São João Batista – CSJB; Maria Aparecida Bayão - Fórum Municipal dos Usuários do SUAS/BH; Jacqueline Caldeira de Menezes Bossi - CMAS/Cordisburgo.

PRESIDENTE: A Secretaria Executiva já está contabilizando as presenças. Secretaria Executiva, pode começar a fazer a chamada, por favor. Bom dia, pessoal.

ROSA - CEAS: Bom dia, conselheiros. Nós vamos começar a fazer a chamada das presenças aqui. **PRESIDENTE:** Silêncio para quem está chegando porque a

Secretaria Executiva vai fazer chamada para iniciar a reunião. **ROSA - CEAS:** Bom dia, conselheiros. Iniciando a chamada dos presentes. Mariana Resende, presente.

Suzanne Cristina, presente. Elder, presente. Soraia, férias. Érica Pereira, trabalho, justificado. Elisa de Deus, Secretaria de Saúde, está presente? Daniel Martins,

presente? **DANIEL - CEAS:** Presente. **ROSA - CEAS:** João Victor, SEPLAG, presente? Mariana Souza Lopes, SEPLAG, presente? **PRESIDENTE:** Suplente em

37 condição de titularidade pode sentar à mesa, conselheira nova. Vai tomar posse
38 hoje. Pode vir para cá. Secretaria Executiva também ajuda aqui. **ROSA - CEAS:**
39 João Vitor, CMAS Caeté, presente? Cláudia Cristina, Uberaba? Silvestre, presente.
40 Cleusa Maria Oliveira, Secretaria de Educação? Michele Andrade? Camila Lorena
41 Salvio, SEAPA? Ana Carla Ribeiro, SEAPA, justificativa. Arlete, GRAAL, presente.
42 Carla Valéria, FASEMIG? Carla Valéria está presente? Gabriela Loiola? Crislaine
43 Cristina? Grazielle, presente. Philipe Nunes? Isac Lopes? Leandro Luiz, presente?
44 Kariny de Amorim? Rodrigo França, presente. Lucas Estevão? Cinara, presente.
45 Ludson Rocha? Sandra Regina justificou. Maria Juanita, férias. Iara Costa, presente
46 em condição de titularidade. Marilene Faustino, presente. Maria Aparecida Baião,
47 presente. Simone, presente. Jaqueline Caldeira. Eu já falei lá em cima, Marinete. Já
48 temos aqui 11 titulares e 5 em condição de titularidade. **PRESIDENTE:** Ótimo.
49 Temos 18 conselheiros presentes. Já podemos começar a reunião com quórum
50 qualificado. É mais do que quórum já. Obrigada, Rosa. Bom dia novamente. Feita a
51 menção dos presentes, eu já vou convidar as conselheiras que estão tomando
52 posse hoje. Vou chamar as novas conselheiras para tomarem posse hoje. É a
53 Cleusa Maria de Oliveira, representante da Secretaria de Educação. Você pode se
54 apresentar, Cleusa, falando um pouquinho de você. Pode ficar à vontade. Hoje é a
55 posse oficial. Vocês estavam presentes conosco ontem e acompanharam a reunião.
56 Hoje você pode se apresentar agora oficialmente empossada conselheira do CEAS.
57 **CLEUSA, SEE/MG:** Bom dia. Estou na Secretaria de Educação. Trabalho no
58 Ensino Médio Integral. Sou Analista Educacional. Eu entrei na secretaria em 2015.
59 Sou efetiva. E a gente está lá trabalhando com as demandas do ensino médio
60 integral que é uma proposta que é acolhedora principalmente para a população
61 mais vulnerável. Me sinto privilegiada de estar aqui com vocês nesse conselho que
62 tem uma importância fundamental para a nossa sociedade. É só isso.
63 **PRESIDENTE:** Muito obrigada e seja muito bem-vinda. Vou chamar agora a
64 Mariana Souza Lopes, representante da SEPLAG, também sendo empossada hoje.
65 Pode ficar à vontade. Todas as nossas reuniões são gravadas, pessoal. **MARIANA,**
66 **SEPLAG/MG:** Bom dia. Meu nome é Mariana. Eu trabalho na Diretoria de
67 Orçamento da SEPLAG. Estou aqui como suplente. Estou na SEPLAG desde
68 março. Antes disso eu estava na saúde, e antes na assistência social da prefeitura.
69 Eu sou EPPGG. É isso. Obrigada e estou à disposição. **PRESIDENTE:** Muito bem-
70 vinda ao CEAS, Mariana. A Michele não chegou ainda. Ela já está acompanhando
71 as nossas reuniões desde o mês passado, mas ela não tinha sido publicada
72 oficialmente. Na hora que ela chegar, a gente dá posse oficial para ela. Feita a
73 posse dos conselheiros, passamos para a apreciação da ata da reunião do mês de

74 junho. A ata foi encaminhada por e-mail para todos os conselheiros. Pergunto se
75 podemos considerar a ata aprovada? Algum conselheiro tem alguma manifestação
76 a fazer sobre a ata da reunião passada? Não havendo manifestação, aprovada a
77 ata da reunião da plenária ordinária ocorrida no mês de junho de 2022. Justificativa
78 de ausências, a Secretaria Executiva já fez durante a chamada e menção dos
79 presentes. Passamos para a apreciação da pauta da reunião de hoje. **ARLETE,**
80 **GRAAL:** Bom dia. Na nossa reunião ontem, do segmento da sociedade civil, tem
81 uma proposta de algumas alterações com relação à pauta, considerando inclusive
82 que a nossa presidente justificou na Mesa Diretora a ausência dela no período da
83 tarde. Então, tem algumas questões que a gente gostaria que tivesse o
84 acompanhamento dela. Nós listamos o que a gente está propondo que seja
85 discutido ainda pela manhã na presença da Presidenta, e Rodrigo pode nos
86 apresentar. O Rodrigo que tomou nota. E também considerando que ontem nós
87 trabalhamos com aqueles pontos que a gente pensou em princípio que poderiam
88 levar mais tempo, que já está bem encaminhado e não teria problema, caso não
89 alcancemos ainda pela manhã de ficar para o turno da tarde. Pode ser?
90 **PRESIDENTE:** Só antes, só por questão de ordem e esclarecimento. Essa proposta
91 de pauta foi enviada no grupo de WhatsApp e no e-mail. Todos os conselheiros
92 leram? Antes de a gente tratar da alteração, para saber se todos viram a proposta
93 de pauta. A d. Arlete já está trazendo uma proposta de alteração. Minha pergunta:
94 posso tratar da proposta de alteração ou vocês querem que eu leia a pauta e depois
95 a gente trate da proposta de alteração? Para questão de esclarecimento para que
96 todos entendam, ok? Está claro? **GRAZIELE, CRP:** Eu só vou pedir um pouquinho
97 mais de atenção em relação à pauta das reuniões, para observar o Regimento
98 Interno. As pautas não tratadas na reunião anterior, elas têm que ser prioridade na
99 próxima reunião subsequente. Isso não está sendo acompanhado. Vou dizer
100 especificamente da questão dos trabalhadores. A gente falou rapidamente, em
101 cinco minutos, no final da reunião. Eu solicitei na reunião que aqueles cinco minutos
102 não poderiam ser considerados como uma discussão sobre as questões dos
103 trabalhadores, mesmo porque eu precisava ouvir a Comissão de Política e a
104 Comissão de Apoio para toda a questão. Eu solicitei que essa pauta fosse
105 novamente colocada na reunião dessa plenária. E, na primeira proposta não veio a
106 pauta como prioridade, já que as pautas vencidas não vieram como prioridade na
107 primeira proposta. Só em cumprimento ao regimento, vou solicitar que seja sempre
108 colocado as pautas não vencidas como prioridade na reunião seguinte.
109 **PRESIDENTE:** Graziele, mas elas estão como prioridade sim. Eu acho que está
110 tendo um desentendimento aqui que a gente tem que esclarecer. As pautas, de

111 acordo com o Regimento Interno, a gente tem que priorizar as pautas não vencidas
112 das reuniões passadas, ok. Esses pontos de pauta que estão aqui são pautas de
113 reuniões passadas não vencidas. Inclusive foi dito ontem, prestação de contas está
114 aqui desde abril. Atualização do PEAS está desde abril. O relatório de gestão está
115 desde maio. A questão que foi trazida na reunião passada, ela entrou como
116 denúncia. O processo normal de todas as denúncias é que chega na Mesa Diretora
117 ou na plenária, vai para as comissões, todo o processo de denúncia entra dentro
118 das comissões. Eu estou querendo esclarecer, porque não é que não entrou na
119 pauta. Está na pauta dentro da parte das comissões. Entendeu? **GRAZIELE, CRP:**
120 Sim, Mariana. Essa questão dos trabalhadores vem de três reuniões passadas, que
121 a gente vem tentando trazer essas questões. A gente vai perdendo porque as
122 demandas são grandes. A gente sabe que a gente vai sendo atropelado, mas tem
123 três reuniões que eu estou querendo trazer essa questão dos trabalhadores, ou
124 seja, a prestação de contas estava na reunião passada, mas a questão dos
125 trabalhadores não. Já veio e toda plenária eu tenho incluído essa pauta de
126 trabalhadores. Já tem três reuniões, três plenárias que eu tento dizer dessa questão
127 dos trabalhadores. **PRESIDENTE:** Agora eu preciso clarear. A questão dos
128 trabalhadores é referente à apuração de denúncia? Qual é o ponto específico?
129 Você pode detalhar o ponto até para registrar na pauta? Rosa, eu quero que você
130 registre qual é o ponto específico de discussão, porque se é denúncia, questão de
131 ordem mesmo, se é denúncia a comissão tem que apurar, só vem para a plenária
132 após o trabalho da comissão. Se não é denúncia, vamos relatar exatamente,
133 porque a Secretaria Executiva tem a planilha com o acompanhamento das
134 denúncias. Isso foi compartilhado no grupo dos conselheiros também. E as
135 comissões estão trabalhando em cima de cada denúncia dentro do tempo das
136 comissões e do tempo necessário para apuração. **GRAZIELE, CRP:** Tem denúncia,
137 tem solicitação de informação, de orientação, especificamente a questão de Betim e
138 a questão dos trabalhadores de Lagoa Santa. A questão é que, primeiro, também
139 há alguma desorganização e que o GT de organização do CEAS vai facilitar muito a
140 nossa vida aqui. Porque em alguns momentos, por exemplo, a questão de Lagoa
141 Santa parecia que não tinha recebido, se perdeu o documento, houve uma
142 confusão de Lagoa Santa que eles reiteraram o documento na reunião plenária do
143 mês retrasado. Obrigada, Sirlene. A questão é principalmente ouvir como que essas
144 denúncias chegaram. Como que está a tratativa das comissões, ter um espaço
145 melhor para fazer o que a gente deveria fazer que é ouvir as comissões que a gente
146 atropelando as pautas com a dificuldade de acúmulo de trabalho que a gente sabe,
147 isso é inegável que a gente tem aqui. Mas a gente precisa tratar dessas questões

148 que são mais urgentes. São questões que envolvem a saúde do trabalhador, a
149 condição e o acesso à Política de Assistência Social naqueles municípios. Eu acho
150 que a gente precisa, sim, dar uma atenção, verificar e dar uma resposta mais rápida
151 para essas questões. **PRESIDENTE:** Ok. Eu só volto a frisar, isso está nas
152 comissões, então eu pergunto inclusive aqui para as comissões e para a Secretaria
153 Executiva. A técnica da comissão. **PAULA, SEDESE:** Só esclarecendo que não é
154 confusão, não, Graziele. São denúncias separadas. Por exemplo, a gente tem de
155 Lagoa Santa não está esquecida. Ela está sendo tratada por duas comissões,
156 Comissão de Apoio e Comissão de Normas. Já foram tomadas várias medidas. Já
157 nos reunimos. Já demos os encaminhamentos. Estamos aguardando alguns
158 retornos, tanto por e-mail, telefonemas. Ela está sendo tratada por duas comissões,
159 e a de Betim também está na Comissão de Política. Agora, são questões
160 específicas que vão chegando e ainda não virou um pacote só, mas está tudo
161 sendo tratado nas comissões. **PRESIDENTE:** O que eu estou entendendo é que a
162 Conselheira Graziele não faz parte dessas comissões e ela quer saber o que as
163 comissões estão fazendo. É isso? **ROSA - CEAS:** Mariana, só acrescentando.
164 Graziele, a Comissão de Normas e Apoio está seguindo a resolução de denúncias
165 do CEAS. A gente está seguindo todos os prazos que foram determinados na
166 resolução. Nós estamos dentro de todo o fluxo da resolução de denúncia que nós
167 analisamos no grupo de funcionamento. Garanto que a Comissão de Normas e
168 Apoio está seguindo todos os fluxos e está seguindo as orientações de Lagoa
169 Santa. **ELDER, SEDESE:** A gente até discutiu isso no GT de Funcionamento do
170 CEAS. Uma denúncia, quando ela vem, segue aquele fluxo de comissão. Entendo
171 que a gente não deve discutir uma denúncia direto na plenária até porque a gente
172 não vai ter informações nem todos os passos de trazer informações e tal. E como já
173 está informando que isso já está nas comissões, seu pedido para atualização é
174 super válido, mas eu entendo que não é um tratamento de plenária que a gente tem
175 que dar agora. **JOÃO, CMAS/CAETÉ:** Grazi, eu sou Coordenador da Comissão de
176 Apoio, nós nos reunimos para tratar dela na terça-feira. É só para você ter mais
177 informação. Demos bastante encaminhamentos nela. Cobramos documentação
178 também do CMAS lá também. Estamos aguardando cerca de 30 dias que é o prazo
179 da resolução que eles têm que responder. Foi na terça-feira. **ROSA - CEAS:** A
180 Comissão de Normas já reuniu no dia 02. **PRESIDENTE:** Gente, questão de ordem.
181 Isso é pauta que está prevista para ser tratado lá na parte da tarde, relato das
182 comissões. Eu volto a frisar, desse jeito a nossa reunião não caminha. Entendeu?
183 Isso está na pauta. A gente tem que esperar chegar o momento. Não é porque está
184 na parte da tarde, não consegue chegar até na parte da tarde para tratar do

185 assunto? Ele está na ordem do dia. A gente tem vários assuntos na ordem do dia.
186 Se a gente não tiver ordem e organização para seguir a reunião, a gente vai
187 perdendo tempo nesse tipo de discussão. **SIRLENE - CEAS:** Só para acrescentar
188 também que a planilha que foi solicitada pelo grupo de funcionamento, que seria o
189 status dessas denúncias e encaminhamentos de atividades que saem das
190 deliberações, Lagoa Santa consta aqui também. Aqui fala dos encaminhamentos.
191 Foi discutido com a Comissão de Normas no dia tal. E o status dela é aguardando
192 retorno das solicitações que nós pedimos. **ARLETE, GRAAL:** Tem acontecido, é
193 recorrente, e sempre os temas que ficam para o final da tarde, eles acabam ficando
194 prejudicados de fato. Tudo em função do tempo, do horário que essa casa fecha,
195 então esse é um dos motivos que a gente pediu a inversão da pauta. Uma outra
196 questão é que eu, ao longo do tempo, tenho aprendido o seguinte, qualquer coisa
197 que a gente conversa, qualquer tema que faz parte que é do interesse do coletivo,
198 na verdade, a gente não perde tempo, a gente acaba ganhando mais
199 esclarecimentos. Porque, às vezes, uma coisa que está incomodando alguém pode
200 estar incomodando outra pessoa e a pessoa não fala. Na medida em que a gente
201 se coloca nessa possibilidade do diálogo, isso ajuda todo mundo. Eu acho que é
202 isso que a gente está tentando construir. Foi a partir disso que conversamos ontem
203 e, às vezes, têm questões que a sociedade civil traz que é muito cara para a
204 sociedade civil. E por isso que isso chama democracia. Quando a gente traz uma
205 sugestão de alteração de pauta, de inverter os temas a serem discutidos e
206 considerando principalmente esse tempo que é sempre corrido no final do dia.
207 **PRESIDENTE:** Posso propor? Proposta de encaminhamento. Considerando isso
208 que a d. Arlete está falando, primeiro, Rosa, alguém pode me mandar esse link, por
209 favor. Eu vou abrir e vou te ajudar até na organização. Estão vendo onde está
210 escrito status das denúncias e atividades? Recorta, por favor, coloca dentro de
211 relato das comissões, até porque eu acho que é mais correto mesmo. Lendo aqui e
212 de acordo com as falas de vocês, eu acho que é isso. Essa parte de relato das
213 comissões que é isso tudo que a gente está dizendo aqui. Minha sugestão, que a
214 gente possa subir com isso e, lá por volta de 11h da manhã, acredito que dê tempo.
215 Eu acredito, olhando para a pauta, olhando para o relógio, tentando fazer um
216 raciocínio junto. Nós estamos na parte da aprovação da pauta. De 9h40 até meio-
217 dia. Olha o que a gente tem. 9h40 exatamente agora, 9h35, a proposta que está ali
218 são três pontos que a gente já discutiu ontem, que eu acredito e foi acordado na
219 Mesa Diretora e na reunião conjunta, que hoje a gente já passaria para as
220 resoluções. Essas resoluções são curtas. Todos os conselheiros que estão aqui
221 hoje estavam presentes ontem. Eu acredito que a gente não vai gastar meia hora

222 com cada ponto. Acredito que a gente vai gastar 15 minutos com cada ponto.
223 Acredito e estou propondo que a pauta da manhã fique dessa forma. E a gente vai
224 conseguir tratar disso por volta de 10h30. Daqui uma hora eu acredito que seja
225 possível, porque a gente vence os pontos de ontem e automaticamente já sobe com
226 a parte das comissões para a parte da manhã, e o restante da pauta da parte da
227 tarde. É a minha proposta de encaminhamento. Rodrigo. **RODRIGO – ASSPROM:**
228 Bom dia a todos. Presidenta, a sociedade civil, com todo respeito, valorizando a sua
229 presença e de todos do governo, pede também nessa parte da manhã a
230 possibilidade de a gente incluir uma nota nossa solicitando esclarecimentos sobre
231 uma entrevista do governador que toca no assunto da assistência social e também
232 da religião. A gente gostaria de um esclarecimento. Esse é um ponto. Também a
233 gente gostaria do assunto referente à carta-compromisso dos possíveis candidatos,
234 agora candidatos à eleição. E também, Presidente, relato rápido da CIB, uma vez
235 que ontem a senhora tocou sobre o Piso Mineiro. A gente queria também fazer um
236 relato rápido valorizando as ações que estão sendo tratadas lá. São os três pontos,
237 além do que a Grazi tinha pedido. Se for possível, Presidente. Obrigado.
238 **PRESIDENTE:** Eu não vejo problema, não. Vamos só colocar na ordem. A gente
239 não consegue estabelecer o horário, mas a gente vai seguindo. Só esclarecer que à
240 tarde, estou aqui só uma parte da tarde. Não vou embora agora de manhã. Se o
241 problema é a minha presença. **ARLETE, GRAAL:** Sua presença é fundamental
242 porque pela própria questão do cargo que você ocupa nesse conselho. E também
243 porque você é a referência direta com a Secretária Elizabeth Jucá. A gente evita de
244 trazer uma questão que, talvez você não possa nos responder agora, mas a gente
245 sabe que teremos essa resposta. Nós confiamos nisso, que no próximo pleno a
246 gente vai ter essa resposta. E outra questão é a gente trabalhar com a questão de
247 peso e medida. Quando a sociedade civil propõe uma alteração, e eu quero
248 registrar isso porque, senão, também a gente fala: “mas e qual é o meu papel aqui
249 enquanto conselheira, enquanto representante dos grupos de base, principalmente
250 das mulheres e das meninas que é um grande desafio.” A gente não precisa falar
251 das estatísticas que elas estão aí para todo mundo ver. Não precisamos falar qual é
252 a cor da cara da pobreza nesse país. Não precisamos falar das estatísticas do
253 aumento dos feminicídios, da violação de direitos da população do Brasil, e a gente
254 destaca Minas Gerais. Não precisamos falar que Minas Gerais, de novo, se
255 destacou como o estado brasileiro que mais mata mulheres. Nós não precisamos
256 falar disso porque nós que estamos aqui nas nossas representações já sabemos.
257 Mas é bom que se registre porque a história é contada na perspectiva sempre do
258 opressor, e na medida em que se criaram os conselhos de direitos, foi nesse

259 espaço que nós passamos a ter voz. Então quando nós falamos e sugerimos que
260 registre é porque futuramente não estaremos aqui para dizer e não sabemos se
261 quem vai estar vai falar. É nossa responsabilidade falar disso, porque são os
262 registros que vão dizer da nossa passagem por aqui. E por isso, Presidenta, eu
263 quero retomar essa conversa da alteração da pauta, porque quando a gente fez a
264 proposta a senhora disse que ia ler qual era a pauta, mas a senhora não leu. A
265 senhora já foi sugerindo. A senhora foi lendo o que era, talvez, de mais interesse do
266 coletivo e, de novo, a nossa proposta vem depois daquilo que a senhora já tinha
267 sugerido. E não sozinha, gente, isso foi uma sugestão da mesa ontem. Não foi a
268 Presidenta sozinha. Nós entramos em um acordo e apresentamos. E, quando a
269 gente foi para as reuniões de governo e de sociedade civil, apareceu essa demanda.
270 Estou dizendo isso para que a gente possa, na medida do possível, nas nossas
271 construções coletivas, independente de que segmento que a gente representa, a
272 gente ir conseguindo equilibrar o que é proposto, tanto por uma parte quanto pela
273 outra. Não que uma seja mais ou menos que outra, mas é só para registro mesmo.

274 **PRESIDENTE:** Eu acho que fui mal compreendida, d. Arlete. Eu perguntei se todo
275 mundo já tinha lido e eu não precisava ler de novo, e por isso que eu não li, mas,
276 enfim. Retomando o que eu disse também, inclusive pensando no equilíbrio que a
277 senhora está solicitando e eu concordo que a gente tem que ter equilíbrio para tudo.
278 Proposta para casar e equilibrar com o que vocês estão pedindo. Eu insisto e
279 reitero o pedido para tratar os pontos de ontem primeiro acreditando que eles não
280 vão demorar mais do que 15 minutos cada um. E a sequência que está colocada.
281 Vamos ler a sequência na tela. Posso ler? O Lucas quer falar. **LUCAS,**
282 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV:** É só para poder subir a nota
283 pública sobre a fala do governador como o primeiro ponto. Ela também vai ser...
284 Acho que não vai ter nem discussão sobre. E também pedir inclusão de pauta da
285 recomposição do GT do Regimento Interno. E o porquê desse pedido? Nós já
286 solucionamos o problema, acredito eu, do decreto que tratava sobre o conselho.
287 Nós temos o prazo de 120 dias para alterar o nosso Regimento Interno. Isso está
288 no próprio decreto. A gente precisa se debruçar agora sobre a atualização do nosso
289 Regimento Interno para poder fazer jus aquilo que é de inovação e benéfico no
290 decreto, trazendo essa atualização do nosso Regimento Interno. **GRAZIELE, CRP:**
291 É só um informe, trazer uma questão dos trabalhadores também, da reunião que a
292 gente teve ontem, sobre a proposta de suporte da SEDESE e CEAS para que a
293 gente reative os fóruns regionais. A gente se reuniu ontem, só para informar e pedir
294 uma pauta de reunião com CEAS e SEDESE. **PRESIDENTE:** Isso, inclusive, está
295 nos informes, porque a gente vai trazer a resposta e a gente tratou na Mesa

296 Diretora ontem também sobre ele. O Lucas está vindo com outra proposta. Posso
297 ler a proposta de pauta que está em tela? 1º Ponto. Nota sobre a fala do
298 governador. 2º Ponto. Criação de grupo de trabalho de avaliação dos CREAS
299 regionais. Só lembrando que isso foi discutido na Mesa Diretora. Foi encaminhado
300 para os conselheiros. Já temos os nomes das pessoas. É apenas fazer a leitura da
301 resolução de criação. É também, no máximo, 10 minutos. Prestação de contas do
302 1º trimestre de 2022, conforme apresentação de ontem, súmula. Não havendo mais
303 discussões, também seria leitura de resolução. Atualização do PEAS. Também
304 conforme discussão da reunião conjunta de ontem. Não havendo mais discussões,
305 passaríamos para a leitura de resolução. Relatório de gestão. Considerando
306 discussões ocorridas nas comissões conjuntas de ontem, passaríamos para a
307 leitura da súmula e leitura de resolução. Dentro de relatos de comissões. Comissão
308 de Normas e Apoio tem uma proposta de capacitação para trazer. Comissão de
309 Política. Relatos da Comissão de Política. Comissão de Ética. Comissão de Normas
310 incluindo o status das denúncias e atividades das comissões, entrariam todas as
311 situações de denúncias das comissões. Em seguida, relato sobre o Piso Mineiro. É
312 o acordo do pagamento do passivo do Piso Mineiro. É isso, Rodrigo, que você
313 pediu? Acrescenta, por favor. Relato sobre acordo do pagamento do passivo do
314 Piso Mineiro Fixo. É só isso? Você quer um relato da CIB toda? Inclusive vou pedir
315 à equipe da SEDESE, me ajuda com a memória da CIB, dos pontos de pauta da
316 CIB, porque eu não estou com eles aqui. Me ajuda a resgatar. Relato da reunião da
317 CIB. Depois desse ponto. Carta compromisso para os candidatos ao governo de
318 Minas. Na sequência, apresentação do planejamento da comissão de
319 monitoramento e resolução, que é o próprio planejamento do CEAS. Apresentação
320 da Relatoria do Processo da Barragem de Chalé. Retorno sobre encaminhamentos
321 referentes ao Projeto Hidroagrícola Barragem de Jequitaí. Na sequência,
322 Apresentação do documento final do GT do que estabelece o fluxo de
323 funcionamento do CEAS. Na sequência, Recomposição do GT do Regimento
324 Interno. Conselheiro, quer falar? **ELDER, SEDESE:** Só um ponto aqui. O GT do
325 funcionamento do CEAS a gente conseguiu encerrar o trabalho, mas a gente
326 gostaria de apresentar na próxima plenária. A gente vai preparar uma apresentação,
327 slides e tudo. E a gente quer encaminhar anteriormente para todo mundo.
328 **PRESIDENTE:** Pode tirar do ponto de pauta? **ELDER, SEDESE:** Pode tirar, se todo
329 mundo concordar. **PRESIDENTE:** Lembra que tem que entrar na próxima plenária.
330 É porque é retirada dessa pauta para inclusão na próxima plenária. Só esse ponto
331 estava previsto com uma hora, porque o documento é grande, então eu acho que a
332 gente já ganhou uma hora. Dona Arlete já está falando que na próxima plenária tem

333 que ser o primeiro ponto de pauta. Anota, por favor. **IARA, CSJB:** Uma hora é um
334 tempo muito curto. Acho que a Mesa Diretora tem que repensar nesse tempo. Uma
335 hora é pouco tempo, Baião. É porque a gente está falando do funcionamento do
336 CEAS... **PRESIDENTE:** O documento é grande. Ele tem o fluxo. Ele é super
337 detalhado. Pode colocar que na próxima plenária isso vai ter que ter um período
338 todo, uma manhã toda. Já começar a plenária com ele. A Sirlene está perguntando
339 se poderia ser apresentado em reunião conjunta de comissões? E aprova no dia da
340 plenária? Porque a gente trata na quinta à tarde e já chega na plenária com ele
341 discutido. **IARA, CSJB:** A Congregação São João Batista está ali e estou vendo a
342 sinalização dos colegas que também compõem o GT que é uma ótima estratégia.
343 **PRESIDENTE:** Dando continuidade. Recomposição do GT do Regimento Interno.
344 Vou pedir, só na hora do almoço, tanto os conselheiros da sociedade civil e quanto
345 do governo, quem quiser, quem tiver interesse, para a gente já pensar nos nomes,
346 porque na parte da tarde isso também fica igual a gente tem feito. Já tira os nomes
347 com antecedência que a gente adianta o tempo da reunião. E, por fim, os informes
348 e retorno de encaminhamentos sobre os outros pontos. Pergunto, lida a proposta de
349 pauta. A plenária concorda com essa pauta para a reunião de hoje? **IARA, CSJB:**
350 Eu só tenho duas questões, Presidenta. No final, está dizendo de novo do informe
351 do funcionamento do CEAS. A gente já decidiu isso, acredito que tenha que tirar. E
352 a capacitação de agosto benefícios eventuais, eu creio que entra dentro do relato
353 das Comissão de Política. **PRESIDENTE:** É só subir. Coloca dentro do relato da
354 Comissão de Política, por favor. Enquanto a Rosa faz os registros, agora eu vou
355 declarar empossada a Conselheira Michele que já está conosco desde o mês
356 passado. Já está aqui. Já fez a apresentação. Já está participando de comissão e já
357 está adorando o CEAS. **SIRLENE - CEAS:** A Iara pediu para colocar os benefícios
358 dentro da Comissão de... Pois é, a capacitação de benefícios dentro da Comissão
359 de Política. Mas nós temos uma outra capacitação que vai ser na parte da tarde,
360 que vai ser o funcionamento do CEAS para os conselheiros. Não é da comissão,
361 seria da Secretaria Executiva. **PRESIDENTE:** Plenária, posso perguntar
362 novamente? Podemos colocar em votação a proposta de pauta? Os conselheiros
363 que concordam, por favor, se manifestem. Agradeço muito. Passando para o
364 primeiro ponto de pauta. Nota sobre a fala do governador. A palavra está aberta,
365 quem pediu a inclusão foi a d. Arlete. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
366 **CURVELO - SSVP:** Eu encaminhei para a Secretária Executiva projetar. Vamos
367 falar primeiro do que se trata. Eu encaminhei no nosso grupo de WhatsApp de
368 todos os conselheiros. Quem descobriu o fato foi a Iara e mandou para a gente da
369 sociedade civil uma fala do Excelentíssimo Senhor Governador Romeu Zema em

370 um evento que a gente não sabe qual, mas a gente sabe qual era o público. Onde
371 ele traz algumas considerações a respeito da atuação da assistência social,
372 especificamente da Secretaria de Assistência Social, na qual ele tem a plena
373 convicção de que igrejas e pastores conseguem desempenhar um trabalho que é
374 muito além do que a Secretaria de Assistência Social faz. Porque a secretaria,
375 muitas vezes, só fornece aquilo que o corpo pede. A nossa nota é nesse aspecto,
376 não vou tratar como nota de repúdio como deixei aqui várias vezes externado, eu,
377 pessoalmente, falo enquanto conselheiro. Eu sou totalmente contrário a nota de
378 repúdio porque nota de repúdio é só para inglês ver. Não traz efetividade nenhuma.
379 Mas aqui nós temos uma nota cujos termos são: “Nota pública e pedido de
380 retratação. A Assistência Social como política pública de seguridade social vem
381 passando por profundas transformações a partir da Constituição de 1988. O SUAS,
382 instituído pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS, em 2004, foi criado
383 em 2011, com a aprovação da Lei nº 12.435 que alterou o dispositivo da Lei nº
384 8.742/1993, que é a Lei Orgânica de Assistência Social. E garantiu ao ordenamento
385 jurídico brasileiro inúmeras conquistas efetivadas ao longo desses anos. A LOAS
386 concretizou as diretrizes da Constituição Federal e reorganizou a Política de
387 Assistência Social brasileira assegurando a primazia da atuação do estado na
388 provisão de serviços, benefícios, programas e projetos. Aprovação da tipificação
389 nacional dos serviços socioassistenciais em 2009 padronizou em nível nacional os
390 objetivos, as provisões e as formas de oferta dos serviços socioassistenciais. A
391 aprovação da NOBH-SUAS, cujo um dos objetivos é a padronização das carreiras
392 do SUAS, por meio de diretrizes nacionais para implementação de ações
393 específicas, tem como fim a qualificação e valorização dos trabalhos e
394 trabalhadores atuantes no SUAS, e ainda impactos diretos para a qualidade dos
395 serviços e benefícios ofertados no SUAS. Esses destaques indicam uma amplitude
396 dos resultados alcançados pela Política de Assistência Social e apontam para um
397 novo momento do SUAS. Mas tudo isso foi desconsiderado pelo então Governador
398 de Minas, Romeu Zema, que em uma fala infeliz, em uma reunião com pastores,
399 tem a “plena convicção que as igrejas, vocês pastores, conseguem desempenhar
400 um trabalho que é muito além do que a nossa secretaria”, e abre parêntesis para
401 mencionar que é de Assistência Social, que a nossa secretaria faz. “É uma
402 secretaria que, muitas vezes, só oferece aquilo que o corpo pede.” A escancarada
403 ignorância de conhecimento técnico, a falta de cotejo nas palavras e a ausência de
404 urbanidade com o trato com a coisa pública são claramente perceptíveis nessa fala
405 que fragiliza todo o trabalho construído desde 1996 neste estado, pioneiro na
406 construção da Política de Assistência Social. A Política de Assistência Social

407 fornece oportunidade. Fornece caminhos. Fornece estratégias. Fornece
408 instrumentos com os quais mineiras e mineiros possam superar as suas
409 vulnerabilidades com autonomia, preservando a sua liberdade. Ela é direito, não é
410 favor. Ela é direito, não é moeda de troca. Ela é direito, não é objeto para
411 oportunismos em anos eleitorais. Ela é direito. Ela é direito e não se pode
412 menosprezar e desfazer do trabalho de toda uma política pública que está
413 articulada em todo o território nacional em prol de um espúrio apoio político eleitoral.
414 Nesse sentido, este Conselho Estadual de Assistência Social, órgão máximo de
415 proteção da Política de Assistência Social no Estado de Minas Gerais, reafirma em
416 caráter público e de direito da assistência social, reservado a todo aquele que dela
417 necessite, enquanto necessite, exigindo do Senhor Governador imediata retratação
418 pública pela fala repugnante que enfatiza a sua falta de compromisso com a Política
419 Pública de Assistência Social. Menospreza os trabalhadores da SUBAS e ignora os
420 esforços empenhados por nós conselheiros e afronta a autoridade institucional
421 deste conselho. Belo Horizonte, 22 de julho de 2022.” **GRAZIELE, CRP:** Lucas, eu
422 trocaria a primeira palavra que é colocada, fala infeliz por falas desrespeitosas,
423 descompromissadas, até mesmo para casar com repugnante lá embaixo. Eu tiraria
424 infeliz porque não foi infeliz, foi proposital. E como representante de trabalhadores,
425 declarar os meus sentimentos aos trabalhadores da SUBAS, porque foi
426 extremamente desrespeitosa e desqualifica o trabalho daqueles que ele mesmo
427 colocou ali para trabalhar. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Eu queria saber para
428 onde você vai encaminhar, porque eu sugiro também um documento de uma
429 importância muito grande, de uma seriedade muito grande, para o Tribunal Eleitoral.
430 Eles precisam disso em mãos também, porque tudo que a gente retrata que não
431 está coincidindo com o cidadão e o direito, eles têm que saber a respeito do seu
432 candidato no tribunal. Isso é muito sério. Quando eu recebi isso no meu celular, eu
433 não acreditava. Uma pessoa que se diz um homem representante de um estado
434 maior que é Minas Gerais, uma baixaria dessa, porque isso é baixaria. Nós temos
435 que ver, não é só pôr no lugar, não, Lucas, nós temos que ver os lugares a serem
436 encaminhados isso aí. Porque também, Lucas, você vai encaminhar aqui, você
437 pode ter certeza que outros grupos vão encaminhar. Ele vai estar em Mariana
438 fazendo não sei o que lá política, não é? E ele não sabe o que está esperando ele
439 dentro de Mariana essa semana. **GRAZIELE, CRP:** Baião, a gente como está no
440 colegiado, a gente fez contato com a Mídia Ninja e a gente pretende, a nossa
441 expectativa enquanto CEAS, é fazer circular nos meios de comunicação.
442 **PRESIDENTE:** Rosa, eu estou falando com o Lucas que onde tem siglas, escrever
443 o nome completo. Porque está falando NOBRH do SUAS, SUBAS, tem que

444 escrever a sigla e o que é o significado da sigla. **IARA, CSJB:** Sirlene, estou vendo
445 que você está sinalizando a pauta, mas eu entendo que não é nesse lugar, não.
446 Vamos fazer a alteração e aprovar o documento para já ficar zerado e a gente
447 encaminhar. É só mesmo a alteração de um termo que eu concordo com a Graziele,
448 que ela sugere, Lucas. É uma fala desrespeitosa e já fazer o que a Presidenta nos
449 indicou. E a gente já finaliza o documento que está excelente, Lucas. Gratidão.
450 **ROSA - CEAS:** O termo vai ser repugnante mesmo, lara? **IARA, CSJB:**
451 Repugnante continua. Ela sugere que seja desrespeitosa ao invés de ser infeliz.
452 **SIRLENE - CEAS:** Enquanto eu arrumo o documento, ela dá continuidade na pauta,
453 pode ser? **ROSA - CEAS:** A Sirlene já vai alterando as siglas que estão nele. Tem
454 mais algum termo que vocês querem que seja alterado? **MICHELE:** Pela fala
455 repugnante que enfatiza a sua falta de compromisso. Eu penso que é falta de
456 conhecimento também. Ele não conhece a Política Pública de Assistência Social.
457 Ele não conhece. Coloque os dois, mas ele não conhece. Gente, ele não conhece.
458 Ele coloca uma secretária de defesa social. Mas mesmo assim foi uma fala dele.
459 Uma fala dele em um momento de uma reunião de um grupo específico. Eu sugiro
460 que coloque os dois, mas falta de conhecimento sim, dessa política pública sim.
461 **ARLETE, GRAAL:** E nem tem a obrigação de conhecer, mas ele tem assessoria é
462 exatamente para isso. Quando nós estamos, quando nós ocupamos um cargo e
463 que a gente vai falar sobre um tema que a gente não tem segurança, acione a
464 assessoria porque é função dela orientar na fala. Isso foi gravíssimo. Isso foi
465 gravíssimo. Ele tem assessoria. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Eu estou em um
466 grupo que fizemos um seminário na Católica, foram nos primeiros dias de reunião
467 que nós tivemos lá, três dias inteiros de reunião para o Plano Diretor da Cidade. Só
468 que o Plano Diretor envolve toda a política pública, não só de Belo Horizonte, mas
469 do estado também. Isso é tão sério que nós tivemos um professor conhecedor da
470 política, sociólogo e tudo mais. Ele está horrorizado. Ele deu uma entrevista
471 conosco, uma fala no WhatsApp, no grupo. Foi uma coisa inacreditável e
472 desrespeitosa. Na hora eu coloquei no grupo. Nós não podemos ser omissos. É
473 aquela fala de hoje, ou está conosco ou cai fora. **ROSA - CEAS:** Conselheiros, nós
474 alteramos aqui. Vocês gostariam de ler novamente para ver se faltou alguma
475 palavra? Não entendo, gente. Desculpa, conselheiros, daqui de onde estou, todo
476 barulho vem aqui, então eu não entendo as falas individuais. A LOAS já está sendo
477 explicada em cima. Lei Orgânica da Assistência Social nº 8.742. **LUCAS,**
478 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Vou sugerir os encaminhamentos.
479 Como nós não temos site para poder publicar, é preciso registrar em ata que nós
480 não temos os nossos sites onde a gente faz a publicidade de todos os atos

481 institucionais deste conselho, eu sugiro que esta nota seja encaminhada para o e-
482 mail de todos os conselhos municipais de assistência social, para os poderes
483 constituídos, ou seja, legislativo, executivo e judiciário para conhecimento, para o
484 gabinete do senhor governador, como também para todas as secretarias de estado
485 e subsecretarias também para conhecimento público e notório da estrutura do
486 estado. Só para complementar, para todos os conselhos de políticas públicas
487 também, para conhecimento. Para que não seja feito com as outras políticas
488 públicas. **ROSA - CEAS:** Lucas, é isso, colocar todos os CMASs, conselhos de
489 políticas públicas, secretarias de estado e gabinete do governador. **LUCAS,**
490 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** E os poderes: executivo, legislativo
491 e judiciário. **PRESIDENTE:** Podemos fechar? Plenária, podemos dar continuidade?
492 Eu gostaria de esclarecer que eu vou me abster de votar. Eu vou abrir para votação
493 o encaminhamento da nota. Entendo, com certeza, tudo que foi argumentado, mas
494 enquanto representante do governo, só justificar a minha posição, eu me abstenho
495 dessa votação. Eu posso colocar em votação? Considerando a proposta de
496 encaminhamento. Plenária está esclarecida? Posso colocar em votação o
497 encaminhamento de uma nota pública e pedido de retratação do CEAS sobre a fala
498 do governador? Conselheiros que concordam com a aprovação, por favor, se
499 manifestem. Peço à Secretaria Executiva que contabilize os votos. 13 votos.
500 Conselheiros de discordam do encaminhamento da nota. Nenhum voto.
501 Conselheiros que se abstém de votar. 6 votos. Agradeço. Aprovado o
502 encaminhamento. Passando para o segundo ponto de pauta. Criação do grupo de
503 trabalho de avaliação dos CREAS regionais. Esse ponto de pauta é importante para
504 continuidade do que foi discutido na plenária de junho. Na discussão da plenária de
505 junho foi reiterada várias vezes a importância desse conselho avaliar o
506 funcionamento dos CREAS regionais, inclusive para avaliar a proposta de
507 reordenamento dos CREAS regionais que a SEDESE apresentou e que não foi
508 deliberada, mas que a SEDESE vai trazer novamente, e para isso é importante que
509 CEAS faça esse processo de avaliação. Essa competência está prevista na
510 legislação. Está prevista no Regimento Interno. Eu, como representante da
511 SEDESE, fiz essa solicitação de criação de um grupo de trabalho específico,
512 principalmente porque hoje todas as comissões estão sobrecarregadas de pautas.
513 Esse tema é um tema também que eu acho que perdemos o tempo, inclusive faço
514 aqui a mea-culpa do estado. Obviamente que o estado também é responsável por
515 trazer essas questões para o conselho. Esse trabalho não foi feito em nenhum ano.
516 Os CREAS regionais começaram a ser implantados em 2017 e até hoje não houve
517 uma avaliação do CEAS desses serviços prestados. Por esses motivos que eu

518 escrevi no ofício que foi encaminhado a esse CEAS. Solicitei a criação do grupo de
519 trabalho. Na Mesa Diretora isso foi discutido. A Mesa Diretora também está de
520 acordo. Nas reuniões de comissões que eu participo, a gente também tem discutido,
521 então essa proposta está sendo trazida. Eu acho que vocês estão olhando um
522 arquivo antigo, Rosa. Ontem a gente estava conferindo os artigos, porque essa
523 parte em vermelho eu sugiro retirar do *caput*. Mas pode seguir com ela que a gente
524 corrige. São pequenas alterações, se não a gente fica fazendo retrabalho. A gente
525 olha o arquivo ontem e hoje tem que corrigir tudo de novo. Eu leio aqui. **ARLETE,**
526 **GRAAL:** Na nossa discussão, ontem, a respeito desse ponto de pauta, a gente
527 sugere que essa avaliação passe a fazer parte da agenda do CEAS e que ela seja
528 feita anualmente. **PRESIDENTE:** “Proposta de Resolução CEAS. Cria o grupo de
529 trabalho de avaliação dos CREAS Regionais com atribuição de avaliar os serviços
530 prestados nos quatro centros de referência especializados de assistência social
531 regionais estaduais. O Conselho Estadual de Assistência Social, no uso das
532 atribuições legais conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei nº
533 12.262 de 23 de julho de 1996, pelo seu Regimento Interno, considerando a
534 deliberação da 275ª Plenária Ordinária realizada em 22 de julho de 2022, resolve:
535 Criar o grupo de trabalho GT de Avaliação dos CREAS Regionais com atribuição de
536 avaliar os serviços prestados nos quatro centros de referência especializados de
537 assistência social – CREAS Regionais estaduais - e subsidiar discussões sobre o
538 reordenamento dos serviços, cuja proposta foi apresentada pela Secretaria de
539 Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE. Art. 2º. O GT de avaliação dos
540 CREAS Regionais, respeitada a paridade entre seus membros, será composto
541 pelos seguintes conselheiros:” Representantes da sociedade civil. D. Arlete,
542 conseguiram os nomes? Vocês podem falar os nomes, por favor. **IARA, CSJB:**
543 Posso. Nós seguimos segundo os representantes dos usuários, trabalhadores e
544 entidades. Trabalhador, é o Philipe. Entidades, é a Carla. Usuários é a Lindinha.
545 **PRESIDENTE:** Fale o nome completo, por favor, porque a Rosa está registrando.
546 **IARA, CSJB:** Philipe Nunes Vieira e Silva. **PRESIDENTE:** Representante dos
547 trabalhadores? **IARA, CSJB:** Isso, Presidenta. A Carla está presente?
548 **JACQUELINE – CMAS/Cordisburgo:** Jacqueline Caldeira Menezes Bossi.
549 **PRESIDENTE:** Representante do governo, Marinete da Silva Morais, representante
550 do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social – COGEMAS. Magna
551 Cupertino Carvalho, representante do Colegiado de Gestores Municipais de
552 Assistência Social – COGEMAS, e Suzanne Cristina Horta, representante da
553 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. “Parágrafo 1º. A equipe técnica
554 da Superintendência de Proteção Social Especial, da Subsecretaria de Assistência

555 Social, responsável pela gestão dos CREAS Regionais, será convidada a participar
556 das reuniões do GT e deverá apresentar todas as informações necessárias para a
557 realização dos trabalhos. Parágrafo 2º. O GT de avaliação dos CREAS Regionais
558 poderá convidar especialistas com conhecimento no assunto para contribuir com os
559 trabalhos. Art. 3º. O GT de avaliação dos CREAS Regionais terá o prazo máximo
560 de 90 dias para se reunir e elaborar relatório.” Porque nós estamos falando de um
561 processo de avaliação, então é um relatório de avaliação, “a ser apresentado na
562 plenária que ocorrerá no mês de outubro de 2022.” A d. Arlete está propondo. Eu
563 acho que é um parágrafo terceiro. Cria um parágrafo terceiro. A d. Arlete está me
564 dizendo aqui o seguinte, que ontem, na reunião da Mesa Diretora, a gente
565 conversou sobre a importância de ter um instrumental de avaliação dos CREAS
566 Regionais que deveria ser construído pela SEDESE para esse grupo. Proposto pela
567 SEDESE e validado pelo grupo, ou construído junto com o grupo. Considerando
568 que é um serviço regional, que é a primeira vez que o CEAS vai fazer essa
569 avaliação. Eu estou aqui pensando como que a gente vai colocar o parágrafo 3º.
570 **ELDER, SEDESE:** Uma sugestão de redação. A gente pode colocar
571 Superintendência de Proteção Social Especial elaborará um instrumental de
572 avaliação dos CREAS Regionais a ser apresentado ao GT para contribuições.
573 **PRESIDENTE:** Boa sugestão. O Lucas também está sugerindo que isso vai virar o
574 parágrafo único do artigo 1º. Rosa, “A SEDESE por meio da superintendência de
575 Proteção Especial elaborará um instrumental de avaliação dos CREAS Regionais, a
576 ser apresentado ao GT para contribuições.” Voltando. “Artigo 4º. O GT de avaliação
577 dos CREAS Regionais definirá sua agenda de trabalho. Art. 5º A Secretaria
578 Executiva do CEAS providenciará suporte administrativo necessário à organização
579 das atividades do GT de Avaliação dos CREAS Regionais. Art. 6º. Essa resolução
580 entra em vigor na data de sua publicação.” Palavra aberta. Cristiano pediu a palavra.
581 **CRISTIANO, SEDESE:** Bom dia, pessoal. É só uma dúvida, mas é
582 operacionalização. Como os conselheiros já participam de várias comissões, já tem
583 um calendário fixo todos os meses, esse GT vai precisar se reunir para desenvolver
584 os trabalhos. Eu queria saber se é tranquilo de a gente fazer isso virtualmente,
585 porque eu acho que facilita também. A gente consegue combinar as agendas dos
586 membros. **PRESIDENTE:** Cristiano, os GTs funcionam conforme os conselheiros
587 membros. Eles é que vão estabelecer. Tem que ter uma primeira reunião e, nessa
588 primeira reunião, se todos concordarem que seja virtual ou presencial, o próprio GT
589 que define sua agenda de trabalho. Ok? Fica a critério de cada grupo. A gente já
590 tem outros grupos no CEAS, assim como as comissões. O GT, a Secretaria
591 Executiva monta o grupo, dentro desse grupo os conselheiros e os membros

592 combinam a agenda de trabalho, combinam quem vai coordenar. É o próprio grupo
593 que se organiza. Ok? **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Tem aquela preocupação do
594 dia que nós já fizemos uma primeira discussão. O grupo vai reunir. Reuniu, discutiu.
595 Está tudo bonitinho no papel. E para levar para lá, o pessoal lá na base, lá nos
596 municípios? O grupo vai decidir também quem vai. Não é só decidir aqui porque
597 eles estão lá, fica só passando online, tem que ter presencial para eles. É essa
598 preocupação que nós tiramos. **PRESIDENTE:** Dona Maria está chamando a
599 atenção de que esse grupo quer fazer visitas *in loco* no CREAS Regional. Sim, o
600 grupo define a agenda e se organiza. Eu entendo que a gente aqui enquanto
601 plenária também não tem condição de estabelecer isso para as pessoas. Os
602 conselheiros vão ter que se organizar e na plenária eles vão trazer o relato do
603 trabalho. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Isso é muito sério, porque não adianta
604 montar um grupo de trabalho. Eu estou trabalhando para o município tal e município
605 tal, mas tem que ter a presença. Esse grupo tem que ter a responsabilidade de
606 saber que não é só reunir o grupo, é muito mais. Esse mais é que a nossa
607 ansiedade dele estar tendo conhecimento maior lá para eles terem condições de
608 trabalhar, os pequenos. Isso é muito sério, a responsabilidade desse grupo. As
609 agendas, é igual ao que o companheiro falou, é imensa. A gente debate muito isso,
610 não é, Simone? Em cima dessas agendas tem que ver a disponibilidade de estar lá
611 na base, não só no grupo. **PRESIDENTE:** Muito bem, d. Maria. Com certeza. Fica
612 como alerta para os conselheiros que estão nesse grupo para dar a importância
613 desse trabalho que sejam, de fato, conhecidos os CREAS Regionais para a gente
614 ter um relato e uma visão do trabalho que está sendo ofertado lá na ponta. Mais
615 alguma contribuição? A plenária concorda? A plenária está esclarecida? Posso
616 colocar em votação? Conselheiros que concordam com a proposta de resolução
617 apresentada de Criação do GT para avaliação dos CREAS Regionais, por favor, se
618 manifestem. Aprovado por unanimidade. Dando sequência à pauta, passo para a
619 apresentação. Já está com a súmula de ontem? Acho que tem que pegar a súmula
620 e também conferir se o que foi tratado na reunião já está na minuta. Você pode
621 fazer a leitura da súmula, por favor, Rosa? Rosa ou Sirlene. **SIRLENE - CEAS:**
622 Súmula da prestação de contas que foi discutida ontem na comissão conjunta. "1º.
623 O CEAS solicitará à SEDESE informações sobre o funcionamento da oferta de
624 atendimento da proteção social de média complexidade do município de Crisólita na
625 ausência do equipamento CREAS regional. 2º. CEAS solicitará ao CMAS
626 informações sobre o funcionamento da oferta de atendimento à proteção social de
627 média complexidade do município de Crisólita na ausência do equipamento CREAS
628 regional. 3º. Para a Comissão de Orçamento. Elaborar instrumental para análise de

629 prestação de contas que traga mais clareza quanto as metas físicas. 4º. Parecer
630 técnico da Secretaria Executiva referente à prestação de contas. 5º. Solicitar à
631 SEDESE na próxima prestação de contas informações sobre o pagamento do
632 pessoal da SUBAS e dos serviços. 6º. Secretaria Executiva realizar levantamento
633 de informações sobre as URCMAS e fóruns de trabalhadores, usuários e entidades
634 antes da pandemia, para subsidiar a elaboração do plano estratégico anual de
635 fortalecimento do controle social. 7º. Criação de GT governo e sociedade civil para
636 elaboração do Plano Estratégico Anual de Fortalecimento do Controle Social.
637 Quantidade de membros: 6.” Tinha dado os dois primeiros nomes que seriam Lucas
638 e Iara. “9º. Encaminhamento da prestação de contas do 1º trimestre de 2021 para
639 aprovação da plenária. Outro encaminhamento é acrescentar resolução o art. 2º,
640 que estava na resolução de 2021. “Recomendar ao órgão gestor estadual a
641 elaboração de plano estratégico anual de fortalecimento do controle social e
642 execução da ação orçamentária 4133.” **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
643 **CURVELO - SSVP:** Só dar mais um encaminhamento. Encaminhar a cópia da
644 resolução para o CMAS, uma vez que a gente está sem site. Só mesmo para
645 lembrar isso. **PRESIDENTE:** Isso é encaminhamento lá em cima, Rosa. Agora, para
646 deliberação na plenária, a gente passa para a resolução. Mais alguém? **SIRLENE -**
647 **CEAS:** Só para informação, todas as resoluções estão sendo encaminhadas, todas
648 as vezes, para todos os conselhos municipais de assistência social. Todas as
649 resoluções estão sendo encaminhadas, por e-mail, aos conselhos municipais de
650 assistência social. Não. Já estava sendo encaminhada anteriormente.
651 **PRESIDENTE:** A Gabriele fez um chamado de atenção aqui. A gente conversou
652 ontem sobre a criação desse grupo de trabalho para elaboração do plano
653 estratégico e ele tem que entrar agora na plenária também. Rosa, eu estou falando
654 que agora a gente vai para a resolução da prestação de contas e, na sequência, ir
655 para a criação desse grupo. Entendeu? Vamos por partes. Primeiro, a resolução da
656 prestação de contas e depois a resolução do grupo de trabalho. Você pode ler,
657 Rosa? **ROSA - CEAS:** “Minuta de Resolução de 2022. Dispõe sobre a aprovação
658 do relatório trimestral de execução física e financeira do Fundo Estadual de
659 Assistência Social de Minas Gerais – FEAS-MG, referente ao 1º trimestre de 2022 e
660 atualização do Plano de Aplicação 2022. O Conselho Estadual de Assistência
661 Social de Minas Gerais – CEAS-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas
662 pelo art. 13, da Lei Estadual nº 12.262/1996, pela Norma Operacional Básica do
663 Sistema Único de Assistência Social de 2012 – NOBSUAS 2012, e considerando a
664 Deliberação da 275ª Plenária Ordinária realizada no dia 22 de julho de 2022”.

665 **SIRLENE - CEAS:** “Art. 1º. Aprovar o relatório trimestral da execução física e

666 financeira do Fundo Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – FEAS-MG,
667 referente ao 1º trimestre de 2022, conforme quadro anexo e processo SEI nº
668 1480010003896-2022-26. Art. 2º. Recomendar ao órgão gestor a elaboração de um
669 plano estratégico anual de fortalecimento do controle social e execução da ação
670 orçamentária 4133. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo
671 Horizonte, 22 de julho de 2022.” **LUDSON, CRESS:** Presidente, eu só quero fazer
672 um registro. A gente tocou nesse assunto na reunião de ontem, eu acho importante
673 deixar fixado na ata da plenária de que nós não contamos, nesta prestação, com a
674 avaliação da Secretaria Executiva, da avaliação técnica em relação à prestação de
675 contas, a mesma coisa valendo para o Plano Estadual de Assistência Social, a
676 revisão do documento. **PRESIDENTE:** Ok. Mais alguém? Podemos colocar em
677 votação? Conselheiros que aprovam a resolução de aprovação da prestação de
678 contas do FEAS-MG do 1º trimestre, por favor, se manifestem. Abrir a planilha de
679 votação, é orçamento, por favor. **SIRLENE - CEAS:** Mariana? **PRESIDENTE:**
680 Aprovado. **SIRLENE - CEAS:** Elder? **ELDER, SEDESE:** Pela aprovação. **SIRLENE**
681 **- CEAS:** Érica, não veio. **PRESIDENTE:** O suplente em condição de titularidade,
682 Sirlene. **SIRLENE - CEAS:** Suplente da Érica, Daniel. **DANIEL - CEAS:** Pela
683 aprovação. **SIRLENE - CEAS:** Lígia? **LÍGIA, SES/MG:** Pela aprovação. **SIRLENE -**
684 **CEAS:** Marinete? **MARINETE:** Aprovado. **SIRLENE - CEAS:** João Victor? **JOÃO,**
685 **CMAS/CAETÉ:** Pela aprovação. **SIRLENE - CEAS:** Mariana Souza Lopes?
686 **PRESIDENTE:** O João Victor acabou de votar, Sirlene. **SIRLENE - CEAS:**
687 Desculpa. João Vitor da Silva? **JOÃO, CMAS/CAETÉ:** Pela aprovação. **SIRLENE -**
688 **CEAS:** Silvestre? **SILVESTRE, SEF/MG:** Pela aprovação. **SIRLENE - CEAS:**
689 Cleuza Maria? **CLEUZA - SEE:** Pela aprovação. **SIRLENE - CEAS:** Ana Carla?
690 **ANA CARLA - SEAPA:** Pela aprovação. **SIRLENE - CEAS:** Arlete? **ARLETE,**
691 **GRAAL:** Aprovado. **SIRLENE - CEAS:** Gabriela? **GABRIELA, CMAS/SALINAS:**
692 Pela aprovação. **SIRLENE - CEAS:** Graziele? **GRAZIELE, CRP:** Pela aprovação.
693 **SIRLENE - CEAS:** Isac? **ISAC, ASQUIS:** Pela aprovação. **SIRLENE - CEAS:**
694 Lucas? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Pela aprovação.
695 **SIRLENE - CEAS:** Rodrigo? **RODRIGO:** Aprovado. **SIRLENE - CEAS:** Ludson?
696 **LUDSON, CRESS:** Pela aprovação. **SIRLENE - CEAS:** Iara? **IARA, CSJB:**
697 Aprovado. **SIRLENE - CEAS:** Marilene? **MARILENE, FETAEMG:** Aprovado.
698 **SIRLENE - CEAS:** Simone? **SIMONE, CMAS/BH:** Aprovado. **PRESIDENTE:**
699 Resolução aprovada. Encaminhamentos registrados. Próximo ponto de pauta
700 Apresentação para deliberação da atualização do PEAS. Desculpa, correção. Feita
701 a aprovação da prestação de contas, de acordo com os encaminhamentos da
702 reunião de comissão conjunta, passamos para a criação do grupo de trabalho que

703 vai trabalhar na construção do Plano Estratégico Anual de Fortalecimento do
704 Controle Social. Conforme discussão da reunião conjunta ocorrida na data de
705 ontem, já temos uma proposta de resolução de criação do grupo de trabalho.
706 Proposta de resolução. “Resolução CEAS cria o grupo de trabalho para a
707 construção de plano estratégico anual de fortalecimento do controle social. O
708 Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, no uso das atribuições
709 legais conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, pela Lei nº 12.262,
710 de 23 de julho de 1996, pelo seu Regimento Interno e considerando a deliberação
711 dessa plenária, resolve: criar o grupo de trabalho GT para construção de plano
712 estratégico de fortalecimento do controle social. Art. 2º O GT para construção de
713 plano estratégico anual de fortalecimento do controle social, respeitada a paridade
714 entre seus membros, será composto pelos seguintes conselheiros: representantes
715 da sociedade civil: Gabriela de Almeida Loiola, representante dos trabalhadores;
716 Iara da Costa Nogueira Reis, representante de entidades; Isac dos Santos Lopes,
717 representante de usuários. Representantes do governo: Soraia Vanessa Silva Cruz,
718 representante da SEDESE; João Vitor Silva Jorge, Michelle Andrade Henriques,
719 representante da Secretaria de Educação. Parágrafo Único. O GT para construção
720 de plano estratégico anual de fortalecimento do controle social poderá convidar
721 especialistas com conhecimento no assunto para contribuir com os trabalhos. Art.
722 3º. O GT para construção de plano estratégico anual de fortalecimento do controle
723 social terá o prazo máximo de 90 dias para se reunir e elaborar proposta a ser
724 apresentada em plenária do Conselho Estadual de Assistência Social. Art. 4º. O GT
725 para construção de plano estratégico anual de controle social definirá sua agenda
726 de trabalho. Art. 5º. A Secretaria Executiva do CEAS providenciará o suporte
727 administrativo necessário para a organização das atividades do GT para construção
728 de plano estratégico anual de fortalecimento do controle social. Art. 6º. Essa
729 resolução entra em vigor na data de sua publicação.” A plenária está esclarecida?
730 Posso colocar em votação? Conselheiros que aprovam a criação do GT para
731 construção de plano estratégico anual de fortalecimento do controle social, por favor,
732 se manifestem. Aprovado por unanimidade. Próximo ponto de pauta. Apresentação
733 para deliberação do Plano Estadual de Assistência Social, revisão 2022.
734 Considerando a discussão ocorrida na reunião de ontem, em reunião conjunta de
735 comissões. Não foram registrados encaminhamentos e, para deliberação da
736 plenária, foi sugerida a aprovação da atualização do PEAS de 2020 a 2023. Em
737 discussão. Alguma questão a acrescentar? Para apreciação. Proposta de resolução
738 que aprova o PEAS. **ROSA - CEAS:** “Minuta de resolução. Dispõe sobre a
739 aprovação da revisão do Plano Estadual de Assistência Social 2020 a 2023 para o

740 exercício de 2022. O Conselho Estadual de Assistência Social, no uso das
741 atribuições que lhe são conferidas pelo art. 13, da Lei nº 12.262, pela Norma
742 Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social de 2012, e
743 considerando a deliberação da 275ª plenária realizada no dia 22 de julho de 2022;
744 considerando a Lei Federal nº 8.742, Lei Orgânica da Assistência Social que dispõe
745 sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências; a Lei Estadual
746 nº 12.262 que dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social cria o
747 Conselho Estadual de Assistência Social e dá outras providências; a Política
748 Nacional de Assistência Social aprovada pela Resolução nº 145, de 15 de outubro
749 de 2004, a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais aprovada pela
750 Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009; a Norma Operacional Básica do
751 SUAS – NOBSUAS aprovada pela Resolução nº 33, de 2 de dezembro de 2012;
752 Considerando a Resolução CEAS nº 679, de 18 de novembro de 2019, que dispõe
753 sobre a aprovação do Plano Estadual de Assistência Social de Minas Gerais –
754 PEAS-MG, resolve: Art. 1º. Aprovar a revisão do Plano Estadual de Assistência
755 Social de Minas Gerais – PEAS-MG de 2020 a 2023, aprovado pela Resolução
756 CEAS nº 679, de 8 de novembro de 2019 para o exercício de 2020. Art. 2º. A
757 revisão anual do PEAS corresponde à atualização do plano para adequação das
758 metas e prioridades pactuadas à realidade da política estadual e para as
759 incorporações das deliberações da Conferência Estadual de Assistência Social
760 realizada em 2021. Parágrafo 1º. Ficam alteradas as seguintes seções: I. Quatro
761 agendas estratégicas do SUAS em Minas Gerais para inserção das deliberações da
762 14ª Conferência Estadual de Assistência Social realizada em 2021. II. Item 5 -
763 Interface PEAS e PPAG 2020 – 2023 para contemplação do processo de revisão
764 anual do PPAG realizada e aprovada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais
765 pela Lei Estadual nº 23.997, de 23 de novembro de 2021. III. Item 7 - Eixo
766 estratégico 1, educação permanente do SUAS. IV. Item 8 - Eixo estratégico de
767 vigilância e gestão do SUAS. V. Item 10 - Eixo estratégico 4 proteção social básica.
768 Item 11 – Eixo estratégico 5 proteção social especial. Parágrafo 2º. A atualização
769 das cessões de que trata o inciso III a IV, do parágrafo 1º deste artigo, tem a
770 finalidade de atualizar prazos, metas e ações realizadas no período e, sobretudo,
771 ajustar ações duplicadas, melhorar as redações e ajustar prazos uma vez que
772 muitas ações foram impactadas pela pandemia de Covid-19. Art. 3º. Esta resolução
773 entre em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 22 de julho de 2022.”

774 **PRESIDENTE:** Obrigada, Rosa. Em discussão. Podemos colocar para aprovação?
775 Abertura da planilha nominal. **ROSA - CEAS:** Mariana Resende? **PRESIDENTE:**
776 Pela aprovação. **ROSA - CEAS:** Elder? **ELDER, SEDESE:** Pela aprovação. **ROSA**

777 - **CEAS:** Daniel Martins? **DANIEL - CEAS:** Pela aprovação. **ROSA - CEAS:** Lígia
778 Camargo? **LÍGIA, SES/MG:** Pela aprovação. **ROSA - CEAS:** Marinete?
779 **MARINETE:** Pela aprovação. **ROSA - CEAS:** João Victor, SEPLAG? **JOÃO,**
780 **SEPLAG/MG:** Pela aprovação. **ROSA - CEAS:** João Vitor, CMAS Caeté? **JOÃO,**
781 **CMAS/CAETÉ:** Pela aprovação. **ROSA - CEAS:** Silvestre? **SILVESTRE, SEF/MG:**
782 Pela aprovação. **ROSA - CEAS:** Cleuza Maria? **CLEUZA:** Pela aprovação. **ROSA -**
783 **CEAS:** Ana Carla? **ANA CARLA - SEAPA:** Pela aprovação. **ROSA - CEAS:** Arlete
784 Alves? **ARLETE, GRAAL:** Pela aprovação. **ROSA - CEAS:** Gabriela Loiola?
785 **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Pela aprovação. **ROSA - CEAS:** Grazielle Vieira?
786 **GRAZIELE, CRP:** Pela aprovação. **ROSA - CEAS:** Isac Lopes? **ISAC, ASQUIS:**
787 Voto pela aprovação. **ROSA - CEAS:** Kariny de Amorim? Rodrigo? **RODRIGO:**
788 Aprovado. **ROSA - CEAS:** Lucas Estevão? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
789 **CURVELO - SSVP:** Pela aprovação. **ROSA - CEAS:** Ludson Rocha? **LUDSON,**
790 **GRESS:** Pela aprovação. **ROSA - CEAS:** Iara? **IARA, CSJB:** Aprovado. **ROSA -**
791 **CEAS:** Marilene Faustino? **MARILENE, FETAEMG:** Aprovado. **ROSA - CEAS:**
792 Simone Maria? **SIMONE, CMAS/BH:** Pela aprovação. **ROSA - CEAS:** Foram 19
793 aprovações. **PRESIDENTE:** Algum conselheiro pela reprovação? Não? Abstenção?
794 Ok. Obrigada. Passando para o próximo ponto de pauta. Conforme discussão
795 ocorrida em reunião conjunta de comissões na data de ontem para apreciação e
796 deliberação, relatório de gestão de 2021. Conforme discussão acontecida na
797 reunião conjunta, encaminhamento das comissões foi: publicar um relatório de
798 gestão na imprensa oficial de Minas Gerais com o anexo da resolução do CEAS.
799 Durante as discussões também foi solicitado encaminhamento de link do painel do
800 SUAS, que é uma apresentação do diagnóstico com os dados que a SEDESE tem
801 sobre o status dos municípios dentro da assistência social, que isso seja
802 encaminhado para o CEAS e para publicação no Blog SUAS-MG quando este
803 retornar. E o encaminhamento sobre o restabelecimento do site do CEAS que está
804 fora do ar no período eleitoral. Para deliberação da plenária o encaminhamento
805 para aprovação do relatório de 2021. Passamos para a leitura da resolução.
806 Secretaria Executiva pode ler e pode pular os considerando, por favor? **ROSA -**
807 **CEAS:** “Resolução que aprova o relatório de gestão da Subsecretaria de
808 Assistência Social e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, relativo ao
809 ano de 2021. Resolve: Aprovar o relatório de gestão da Subsecretaria de
810 Assistência Social e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, referente
811 ao ano de 2021. Art. 2º. O relatório de gestão é um instrumento de apresentação e
812 avaliação das ações realizadas pelo órgão gestor estadual no ano de 2021. Art. 3º.
813 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 22 de

814 julho de 2022.” **PRESIDENTE:** Posso colocar em votação? Abre a planilha, por
815 favor. Desculpa, o Lucas está falando aqui, inclusive quer propor e perguntar
816 sobre... Ele quer entrar na justiça para receber esse site. Em votação. **ROSA -**
817 **CEAS:** Mariana Resende? **PRESIDENTE:** Pela aprovação. **ROSA - CEAS:** Elder?
818 **ELDER, SEDESE:** Pela aprovação. **ROSA - CEAS:** Daniel Martins? **DANIEL -**
819 **CEAS:** Pela aprovação. **ROSA - CEAS:** Lígia Camargo? **LÍGIA, SES/MG:** Pela
820 aprovação. **ROSA - CEAS:** Marinete? **MARINETE:** Pela aprovação. **ROSA - CEAS:**
821 João Victor, SEPLAG? **JOÃO, SEPLAG/MG:** Pela aprovação. **ROSA - CEAS:** João
822 Vitor, CMAS Caeté? **JOÃO, CMAS/CAETÉ:** Pela aprovação. **ROSA - CEAS:**
823 Silvestre? **SILVESTRE, SEF/MG:** Pela aprovação. **ROSA - CEAS:** Cleuza Maria?
824 **CLEUZA - SEE:** Pela aprovação. **ROSA - CEAS:** Ana Carla? **ANA CARLA:** Pela
825 aprovação. **ROSA - CEAS:** Arlete Alves? **ARLETE, GRAAL:** Pela aprovação.
826 **ROSA - CEAS:** Gabriela Loiola? **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Pela aprovação.
827 **ROSA - CEAS:** Graziele Vieira? **GRAZIELE, CRP:** Pela aprovação. **ROSA - CEAS:**
828 Isac Lopes? **ISAC, ASQUIS:** Voto pela aprovação. **ROSA - CEAS:** Kariny de
829 Amorim? Rodrigo? **RODRIGO:** Aprovado. **ROSA - CEAS:** Lucas Estevão? **LUCAS,**
830 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Pela aprovação. **ROSA - CEAS:**
831 Ludson Rocha? **LUDSON, CRESS:** Pela aprovação. **ROSA - CEAS:** Iara? **IARA,**
832 **CSJB:** Aprovado. **ROSA - CEAS:** Marilene Faustino? **MARILENE, FETAEMG:**
833 Aprovado. **ROSA - CEAS:** Simone Maria? **SIMONE, CMAS/BH:** Pela aprovação.
834 **ROSA - CEAS:** Foram 19 aprovações. **PRESIDENTE:** Obrigada. Passando para o
835 próximo ponto de pauta Relato das comissões. Como a Conselheira Graziele pediu
836 para subir esse ponto de pauta. Só estou citando que foi uma solicitação dela sobre
837 as denúncias com relação aos trabalhadores. Esse assunto está na Comissão de
838 Política e de apoio ao CMAS, de Normas. Eu vou pedir para o coordenador da
839 comissão ou a Secretaria Executiva para fazer o relato? Eu acho importante abrir a
840 planilha, a gente vai tratar das denúncias. Abrir a planilha e a Secretaria Executiva,
841 junto com o coordenador de comissão, pode dar o status de andamento das
842 denúncias. Estou perguntando, mas é para pensar na metodologia de apresentação.
843 O que vocês acham melhor? Passando por todas as denúncias, Sirlene? E você
844 fala em qual comissão que está? Estamos estabelecendo aqui questão de ordem
845 para apresentação do status das denúncias e dos encaminhamentos. A Secretaria
846 Executiva elaborou uma planilha de acompanhamento. Isso foi uma sugestão
847 trazida dentro do grupo de funcionamento do CEAS. Correto, Sirlene? **SIRLENE -**
848 **CEAS:** Correto. **PRESIDENTE:** E essas denúncias são distribuídas, para
849 conhecimento e lembrança aqui de todos os conselheiros, como que funciona.
850 Todas as denúncias que chegam para o CEAS através de e-mail, de ofício,

851 encaminhamento ao Ministério Público, pedidos aqui na plenária, essas denúncias
852 são distribuídas para as comissões conforme o tema. A Secretaria Executiva faz
853 uma breve análise, confirma comigo, com a Mesa Diretora: “olha, essa denúncia
854 sobre o assunto de não funcionamento ou de irregularidade no conselho municipal.
855 Podemos encaminhar para a Comissão de Apoio?” A Mesa Diretora dá o ok e
856 encaminha. A Comissão de Apoio se reúne e, durante o seu processo de reunião,
857 em discussão, eles dão os encaminhamentos. Quais são os encaminhamentos?
858 Abertura de diligências. O CEAS tem uma resolução específica para tratamento
859 desses casos, para apuração. Eu peço à Secretaria Executiva inclusive fale dessa
860 resolução para conhecimento de todos os conselheiros. Eu acho que é importante
861 ficar claro o que a gente está falando de como que o conselho trabalha. O que o
862 conselho faz quando toma conhecimento de situações de irregularidade de
863 funcionamento do SUAS. **ROSA - CEAS:** Todas as denúncias no CEAS são
864 avaliadas a luz da Resolução nº 642. Essa resolução dá o passo a passo de como
865 que tem que ser os prazos, os procedimentos. Primeiro, chega a denúncia. Nós
866 registramos essa denúncia. Geralmente ela chega por escrito. Nós encaminhamos
867 para a Mesa Diretora já com o indicativo de qual assunto que é, porque são os
868 técnicos de cada comissão que avaliam. A gente passa para a Mesa Diretora e
869 encaminha para a comissão avaliar. Há uma análise técnica inicial para subsidiar as
870 discussões e as comissões. Essa análise é pautada em toda a legislação da
871 Política de Assistência Social, não só de inscrição, mas de outros aspectos como lei
872 de criação, Regimento Interno. Então, a gente faz uma análise técnica. Passa para
873 a comissão. A comissão pede as suas diligências por ofício, por visita ou por
874 reuniões, para a gente entender como está se dando a situação denunciada. Na
875 resolução, o conselho tem que informar ao denunciado que chegou aquela
876 informação ao CEAS, que a gente está solicitando informações para a gente apurar,
877 para a gente analisar e ver quais encaminhamentos a serem dados. E tem todos os
878 prazos dentro dessa resolução de denúncia. **PRESIDENTE:** Só importante o
879 procedimento. É isso que a Rosa explicou. Está claro? Agora, a Secretaria
880 Executiva apresenta todas as denúncias que têm hoje e que estão em fase de
881 apuração e qual é a fase. **ROSA - CEAS:** E tem um detalhe nessa questão de
882 apuração. A apuração, o processo de apuração não passa na plenária porque não é
883 um processo de deliberação. A comissão tem a atribuição de solicitar informações.
884 Um exemplo que está na Comissão de Normas, Lagoa Santa não voltou porque a
885 gente está no processo de apuração. Quando a comissão chegar à conclusão de
886 qual encaminhamento a ser dado ao que aconteceu, se aquela denúncia procede
887 ou não, e o que a comissão avalia como necessário para ser realizado de fato em

888 relação ao denunciante, aí sim, a gente traz para a plenária, leva para a plenária
889 aprovar. Mas o procedimento de apuração não é trazido para cá. Por quê? Porque
890 a gente ainda está apurando, a gente nem sabe se a denúncia é de fato ou não, a
891 gente ainda está no processo, por isso que não vem toda hora para a plenária.
892 Essa dúvida aconteceu nas outras plenárias. Não traz toda hora, por quê? Aqui é
893 um momento de deliberação e a gente não está no processo de deliberação ainda.
894 É só um informe que vai ser dado a partir dessa planilha que vai ser lida.
895 **PRESIDENTE:** E eu quero aproveitar a fala da Rosa para reforçar a importância
896 das comissões se reunirem porque têm algumas comissões, e coordenadores aqui
897 estão presentes, têm algumas comissões que estão se reunindo com mais
898 frequência. E isso faz com que as coisas andem rápido, obviamente. A comissão
899 precisa se reunir e discutir. Nesse caso, nós vamos chamar o secretário, vamos
900 chamar o prefeito, vamos chamar a SEDESE, vamos chamar o Ministério Público?
901 A comissão discute e propõe o encaminhamento. Se a comissão não reúne, a
902 Secretaria Executiva sozinha não tem a competência para dar andamento à
903 situação. Isso é importante. Têm algumas comissões que estão se reunindo mais e
904 têm algumas comissões que estão com dificuldade de reunir. Entrando um pouco
905 nisso, tem toda a dificuldade de reunião virtual, presencial, mas a gente precisa de
906 um esforço dos conselheiros. Se for para vir “ah, ninguém consegue se reunir
907 virtual.” Então venham, fale isso com o técnico da Secretaria Executiva. Marca um
908 dia, mas que não seja esse dia nosso de reunião porque as nossas agendas da
909 plenária vão sempre estar cheias de pauta para deliberação. A gente vai precisar do
910 esforço dos conselheiros para vir fora. A Comissão de Normas, que eu participo, fez
911 isso, fora das agendas, não foi no dia anterior, não foi no dia posterior, foi no meio
912 do mês. Precisou? Viemos o dia inteiro a gente reuniu. Quem veio quem pode, mas
913 algum andamento tem que ser dado, porque senão a gente põe em risco, a gente
914 está causando prejuízo. O não funcionamento de uma comissão também prejudica
915 o funcionamento do conselho. O assunto não vai para deliberação se a comissão
916 não tratar. Ok? **GRAZIELE, CRP:** Rosa, seu esclarecimento foi muito claro e só
917 também para deixar claro, eu estava no GT de Organização do CEAS, o meu
918 pedido é justamente para que seja registrado em plenária essas informações.
919 Entendo que aqui não vai se tratar das questões, mas para a gente dar retorno para
920 os trabalhadores. Como a gente tem reunião mensal, eu preciso dizer em qual
921 situação está. Não posso, de forma enviesada, não tratar dentro do rito, trazer essa
922 resposta para o trabalhador. Eu sei que chegou na Comissão de Normas, na
923 Comissão de Apoio porque eu conversei com as pessoas, com os conselheiros que
924 estão lá, mas eu preciso que seja feito exatamente isso aqui, enquanto trabalhador

925 a gente consiga dar um retorno melhor para os colegas. Dizer que tem um prazo,
926 que já foram solicitados os documentos, então, quando eu peço em outras plenárias
927 e hoje eu pedi, é justamente para burocratizar, ou seja, ter a presença do estado, a
928 presença das nossas ações aqui, para ter os resultados de maneira formal, dentro
929 do rito, dentro do regimento. **LUDSON, CRESS:** Vou pedir ajuda à Rosa para falar
930 um pouco sobre a denúncia de Lagoa Santa. É uma das denúncias que constam
931 como pendência para o CEAS. A Comissão de Normas tomou algumas diligências
932 em relação a ela e, recentemente, também tivemos uma reunião com a Comissão
933 de Apoio que também se inteirou do assunto e solicitou diligências complementares.
934 Acho que é um caso exposto. É uma denúncia do fórum dos trabalhadores que fala
935 sobre violações referentes ao processo de escolha da sociedade civil, sem
936 participação de trabalhadores, sem participação de usuários, sem a devida
937 divulgação, à revelia do próprio regramento municipal e das orientações e
938 resoluções da política. Um caso, acho, quase que explícito de má condução, de
939 condução inadequada do processo eleitoral e cerceamento da participação da
940 sociedade civil privilegiando apoio de entidades vinculadas ao município. A gente
941 está em um processo de apuração. A gente sabe do contexto. É um contexto
942 bastante grave. A situação, tudo indica que todas as pontuações, aliás, todas as
943 pontuações feitas pelo fórum de trabalhadores efetivamente procedem, só que elas
944 precisam ser formalmente caracterizadas. A Comissão de Normas enviou um ofício
945 ao conselho municipal, à Secretaria Municipal, solicitando formalmente as
946 informações referentes ao processo eleitoral, quais são os documentos que
947 regularam; como foi feito o processo de divulgação; se foi feito o processo de
948 escolha dos conselheiros, ele foi feito para quê? Para recomposição através de
949 novo mandato? Como se explica ausência de trabalhadores? Ausência dos próprios
950 usuários? Uma série de solicitações e eu não detalhar aqui porque são várias. A
951 Comissão de Apoio, também na reunião que a gente teve, solicitou diligências
952 adicionais como, por exemplo, solicitação da ata do processo eleitoral. A gente está
953 aguardando o envio desses documentos. A gente deu prazo para o município
954 responder conforme as normativas do CEAS. Já existe uma caracterização, uma
955 visualização de que esse município tem problemas para responder as diligências do
956 CEAS. E a gente está preparado para fazer uma cobrança mais firme. E a partir
957 dessas cobranças configurar quais são as intervenções do CEAS, já tendo em
958 mente não só ações de algo, mas intervenções mais fortes como, por exemplo, se
959 for pertinente, acionar Ministério Público e por aí vai. Uma outra questão também
960 muito importante é que na capacitação que está sendo pensada pela Comissão de
961 Normas e pela Comissão de Apoio, referente às dificuldades dos conselhos

962 municipais para o Regimento Interno, o processo eleitoral, lei de criação, esse
963 município já está incluído assim como os outros que porventura estiverem sendo
964 alvos de denúncia, processos de apoio, etc. Se a Rosa quiser complementar
965 alguma coisa, fique à vontade, ou outro conselheiro de comissões. **ROSA - CEAS:**
966 Só informar que eles têm o prazo até dia 5 de agosto para dar o retorno para nós.
967 Mas, em contato telefônico que já tivemos, só para confirmar se eles receberam a
968 solicitação, eles devem responder ainda essa semana a nossa diligência. **IARA,**
969 **CSJB:** Presidenta, eu tenho uma dúvida porque você sinalizou aqui para a gente a
970 importância e reitero isso, das reuniões das comissões. A Comissão de Política
971 também teve algumas reuniões extraordinárias, mas quando as comissões se
972 reúnem e ficam, por exemplo, o dia todo. É previsto diária? Como que isso é
973 organizado? Eu fiquei com dúvida porque a gente que não mora em Belo Horizonte,
974 às vezes, fica um pouquinho fora dessa questão. **PRESIDENTE:** A diária é para o
975 funcionamento do conselho quando for necessário, então, se houver necessidade.
976 A gente está vendo a resolução e surgiu uma dúvida, principalmente que o que a
977 Grazielle falou é extremamente importante. O denunciante tem que ter acesso e
978 informação do que está sendo feito. Na nossa resolução, no parágrafo 2º do artigo
979 3º diz: “Na oportunidade dará ciência ao denunciante sobre as medidas adotadas.”
980 Eu acho que esse procedimento não está sendo feito. Eu acho que a gente acabou,
981 com a sua fala, trouxe a luz aqui uma questão que não está sendo observada da
982 resolução. **GRAZIELE, CRP:** No GT de Organização do CEAS, a gente colocou
983 esses prazos, não é Rosa, para a gente poder ter bem alinhado isso e a gente
984 sempre retomar essa organização do GT para a nossa atuação. **PRESIDENTE:** A
985 nossa resolução é falha, é o que o Lucas está chamando atenção, porque ela não
986 traz prazos, ou seja, se eu não coloco limite para a minha atuação, ela pode ficar *ad*
987 *eternum* aqui e nada vai ser feito. E o retorno para o denunciante também não
988 existe. Eu acho que são duas questões que a gente tem que chamar atenção para
989 as comissões, para a Secretaria Executiva, para nós todos aqui. Estou falando que
990 procedimento que a gente deveria estar fazendo que a gente não está, que é dar
991 retorno ao denunciante. E, segundo, que a gente precisa estabelecer prazos para
992 que as coisas aconteçam. Ok? Está registrado como encaminhamento, Secretaria
993 Executiva? Eu acho importante os técnicos das comissões estarem cientes, os
994 outros técnicos que estão acompanhando também, para a gente não perder isso na
995 nossa rotina. **LUDSON, CRESS:** Mariana, de qualquer forma, poderia ficar como
996 encaminhamento imediato, tendo em vista a particularidade desse caso, o retorno
997 para o fórum de trabalhadores e até mesmo por e-mail de todas as diligências que
998 já foram tomadas pelas duas comissões. **ROSA - CEAS:** Eu vou fazer isso na

999 segunda-feira. **GRAZIELE, CRP:** Só reforçando os prazos que foram estabelecidos
1000 nesse grupo de trabalho. A gente só precisa estar atento, tanto ao regimento quanto
1001 a essa organização nossa. **ROSA - CEAS:** Só sobre o fluxo que foi definido, como
1002 ainda não passou em plenária, na resolução não consta, então a gente tem que...
1003 **PRESIDENTE:** Tem que alterar a resolução. Vamos caminhar nesse sentido
1004 também. **DANIEL - CEAS:** Eu só fiz a solicitação para que essa resolução fosse
1005 encaminhada porque eu, ouvindo o comentário do colega Ludson, sinceramente
1006 achei muito pequeno tão somente se limitar a enviar para o Ministério Público,
1007 porque não vai fazer sentido a gente enquanto CEAS. Porque, senão, amanhã a
1008 gente vai até perder a função com relação até a essa comissão. Na realidade, isso,
1009 as próprias pessoas lá da comunidade podem encaminhar, via corregedoria, para o
1010 Ministério Público. Se a gente pensar em tomar todas as atitudes aqui dentro e
1011 depois tão somente encaminhar para o Ministério Público, de uma certa forma a
1012 gente acaba esgotando as possibilidades que o CEAS teria. Fica só esse
1013 requerimento para que seja encaminhado para a gente avaliar e, até se for o caso,
1014 deliberar em outra oportunidade com relação à alteração, se necessário, dessa
1015 resolução. Eu acho muito pequeno a gente simplesmente se resumir em
1016 encaminhar ao Ministério Público porque a gente sabe que isso não vai se resolver.
1017 **PRESIDENTE:** Vocês estão registrando os encaminhamentos, Secretaria
1018 Executiva? A resolução encaminhei no grupo agora. Acabei de postar. **ROSA -**
1019 **CEAS:** Só um esclarecimento, Mariana, enquanto Secretaria Executiva, todos os
1020 conselheiros receberam esse material, todas as resoluções. O nosso material de
1021 trabalho é enviado para os conselheiros. Quando vocês tomam posse, é um kit que
1022 foi encaminhado para vocês. **DANIEL - CEAS:** Só para esclarecer, realmente foi
1023 encaminhado, todavia, pelo site estar fora do ar, quando a gente clica no link, a
1024 gente não consegue acessar. Ok? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO**
1025 **- SSV:** Só para dar conhecimento também, a Comissão de Normas já está se
1026 debruçando para apresentar a resolução que altera essa resolução do
1027 procedimento de denúncias. Foi um pedido de deliberação de plenária do ano de
1028 2020. Nós estamos tentando fazer cumprir essa deliberação, como tivemos troca de
1029 conselheiros, o único que sobrou fui eu. Estou falando da Comissão de Normas.
1030 Sobramos eu e a Gabi, a gente já está fazendo a revisitação daquele texto da
1031 minuta que consolidamos anteriormente para apresentar o substrato aqui para que
1032 todos possamos avaliar e aprovar. **ROSA - CEAS:** Tem mais uma denúncia que
1033 está sob a responsabilidade da Comissão de Normas que é Jequitaí, que está com
1034 o Conselheiro Lucas. O senhor poderia relatar, Conselheiro Lucas? **LUCAS,**
1035 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSV:** Só retomando o que é o processo

1036 de Jequiá. Nós recebemos a denúncia sobre a suspensão das atividades dos
1037 postos de atendimento de assistência social. Esse plenário já se debruçou sobre a
1038 matéria há duas plenárias anteriores. Nós aprovamos algumas medidas, mas, para
1039 além delas, a gente precisa retomar outros encaminhamentos. E agora trata de dois
1040 encaminhamentos. Um deles é alteração da resolução que aprovou o Projeto
1041 Hidroagrícola de Jequiá, e o encaminhamento de um ofício para o COPAM e
1042 também para o empreendedor, CODEVASF e IDENE, antiga SEPLAG. A alteração
1043 da resolução vai dizer sobre a alteração do prazo do encaminhamento de relatório
1044 do empreendedor para o CEAS, de 3 meses para 4 meses, ou seja, ao invés de ele
1045 encaminhar 4 relatórios, ele vai encaminhar 3 relatórios. Uma vez que o
1046 empreendimento está parado, não faz sentido a gente gastar tempo da nossa
1047 Secretaria Executiva para se debruçar sobre matéria que pode ser completamente
1048 atendida em relatórios quadrimestrais e não trimestrais. Para além disso, tem um
1049 encaminhamento solicitando uma atualização dos dados das pessoas que são
1050 atingidas pelo empreendimento. O último dado que temos é de 2013, então esses
1051 dados não foram atualizados. E a gente pede que esses dados das famílias que já
1052 foram contempladas por aquilo que está previsto no Plano de Assistência Social
1053 aprovado pelo conselho, seja atualizado anualmente para este conselho, ou seja,
1054 quem já teve a sua terra ressarcida, quem já teve o reassentamento realizado,
1055 como está, por óbvio, a implementação do Plano de Segurança Alimentar, é nessa
1056 perspectiva. São essas duas as principais alterações. E mais uma alteração da
1057 legislação que é justamente acrescentando no texto do parágrafo único do art. 3º,
1058 salvo melhor juízo, aquela equipe mínima no Posto de Atendimento Social que está
1059 justamente na Resolução nº 246/2010, do CEAS. Somente essas três alterações
1060 para o texto normativo da resolução. Grazi. **GRAZIELE, CRP:** Acredito que na
1061 última plenária a gente até comentou de também encaminhar para o CREAS sobre
1062 a situação dos trabalhadores do atendimento social. **LUCAS, CONSELHO**
1063 **CENTRAL DE CURVELO - SSV:** Isso. É isso mesmo. **GRAZIELE, CRP:** A carga
1064 horária extrapolava também. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO -**
1065 **SSV:** Isso. Tem mais esse ofício que a gente vai pedir para ser encaminhado.
1066 Com relação aos ofícios que estamos encaminhando para o COPAM e também
1067 para os empreendedores, dizem respeito à condicionante colocada pelo COPAM
1068 que não versa sobre a autonomia de decisão daquele conselho, que diz sobre a
1069 autonomia de decisão do CEAS. A gente entende, essa relatoria entende que essa
1070 condicionante colocada impede a realização e a implementação do Plano de
1071 Assistência Social, então nós estamos comunicando o empreendedor que ele peça
1072 diretamente ao COPAM a suspensão, ou mesmo a retirada dessa condicionante

1073 colocada. E nós diretamente estamos informando ao COPAM que aquela
1074 condicionante tem que ser suprimida por ela interferir na competência legal deste
1075 conselho. São essas duas comunicações que a gente está pedindo para serem
1076 aprovadas, para solucionar esse problema com maior brevidade possível até
1077 porque já estamos atrasados com esse compromisso que fizemos com a população
1078 dos três municípios. **PRESIDENTE:** A plenária está esclarecida sobre a proposta de
1079 encaminhamento da Comissão de Normas? Estão de acordo com o
1080 encaminhamento? Posso colocar em deliberação? **ROSA - CEAS:** Tem a minuta de
1081 resolução. **PRESIDENTE:** Pode ler, Rosa. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
1082 **CURVELO - SSVP:** “Resolve: Art. 1º. Alterar o parágrafo único do art. 3º da
1083 Resolução CEAS nº 437, de 27 de março de 2013, que passará a vigorar com a
1084 seguinte redação:” Pode cortar esse meio todo, Rosa. **ROSA - CEAS:** Vou cortar
1085 isso tudo aqui. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Isso tudo.
1086 “Parágrafo Único. Os postos de atendimento social instalados no prazo máximo de
1087 30 dias.” E o texto original da própria resolução, esse prazo de 30 dias. “A contar da
1088 data da publicação desta resolução, funcionarão par atender toda a demanda
1089 relativa ao cumprimento da Política de Assistência Social PAS/BARRAGEM com
1090 estrutura administrativa física e humana formada por corpo técnico composto por
1091 profissionais de serviço social e psicologia, devidamente contratados pelo
1092 empreendedor para o atendimento da população atingida durante o período diário
1093 de funcionamento do posto.” Essa é aquela primeira alteração que falei com vocês,
1094 que eu acrescentei o texto que já estava na Resolução nº 246 do CEAS. “Artigo 2º.
1095 Alterar o art. 5º da Resolução CEAS nº 437/2013, que passará a vigorar com a
1096 seguinte redação: Artigo 5º. O empreendedor protocolará quadrimestralmente, ou
1097 seja, aquela responsabilidade que era trimestral passa a ser quadrimestral (4
1098 meses), no CEAS e no CMAS, relatório de execução das ações relacionadas no
1099 Plano de Assistência Social, conforme instrumental anexo a Resolução CEAS nº
1100 317/2010.” A outra alteração que estou sugerindo é esse acréscimo daquele
1101 relatório anual. “Parágrafo Único. O empreendedor protocolará anualmente no
1102 CEAS e no CMAS um relatório atualizado das propriedades e das famílias atingidas
1103 pelo empreendimento especificando as que se encontram com as negociações e
1104 indenizações resolvidas e as que ainda pendem de resolução.” São essas as
1105 alterações que a gente propõe. **PRESIDENTE:** Em votação. Conselheiros que
1106 concordam com a proposta apresentada, por favor, se manifestem com a plaquinha
1107 do crachá. Aprovado por unanimidade. Obrigada. Continuação do encaminhamento.
1108 O Lucas está solicitando para lembrar, Rosa, além desse encaminhamento, os
1109 outros encaminhamentos foram: realização de ofício para COPAM, CODEVASF,

1110 IDENE e CRESS. Plenária está de acordo com os encaminhamentos? Aprovado,
1111 Rosa. Mais alguma coisa da Comissão de Normas? Próxima comissão? Pode ser a
1112 do João? Acho que a Soraia e a Kariny não estão aqui, então a Comissão de
1113 Política hoje a gente pode deixar para a parte da tarde, ou então deixa com o
1114 técnico. João Vitor e Paula. **JOÃO, CMAS/CAETÉ:** Isso. Primeiro ponto, depois o
1115 Ludson vai passar a proposta conjunta para capacitação dos CMASs. O Ludson vai
1116 fazer a apresentação dela ainda conjunta das comissões, tanto de Norma quanto a
1117 de Apoio. Segundo ponto, uma solicitação de capacitação do município de
1118 Caratinga que vai ater atendida no dia 27/07/2022 pela Marinete e pelo Philipe,
1119 pelos dois conselheiros. O terceiro ponto é uma solicitação da nossa companheira
1120 Gabriela Loiola de capacitação pelos conselheiros de Salinas, que vai ser atendida
1121 no dia 28/07/2022 pela Conselheira Arlete. Também foi atendida, durante essa
1122 semana, uma denúncia feita do município de Curvelo mediante ao trabalho do
1123 CMAS, onde tinha alguns problemas de questão de paridade e eleição, questão de
1124 formação de ata, Secretaria Executiva. Eu e o Philipe e a Lindinha que fizemos o
1125 atendimento no dia 28 e estamos fazendo acompanhamento para eles fazerem a
1126 adequação do CMAS lá junto com a gestão. Todos lá estão querendo, sim,
1127 regularizar o conselho. Se já tem a boa-vontade de regularizar, fica mais fácil de a
1128 gente trabalhar. Também estamos aguardando alguns retornos de umas demandas
1129 que fizemos. Como processo de denúncia de Virgem da Lapa estamos aguardando
1130 o retorno, como eles estão bancando o atendimento e prosseguindo o trabalho.
1131 Lagoa Santa, em conjunto com a de Normas, o Ludson já apresentou aqui hoje
1132 para vocês. A questão de Juiz de Fora também estamos aguardando o retorno. Já
1133 fizemos as diligências. Já fizemos as reuniões, a apuração da denúncia. O CMAS,
1134 junto com o município, está dentro do prazo para enviar a documentação sobre
1135 essas denúncias. É só isso. Mais alguma coisa, Paula? Betim, não. **PAULA,**
1136 **SEDESE:** É só isso mesmo. Só reforçando aquilo que eu sei que a Grazielle fica um
1137 pouco ansiosa cobrando retorno imediato, mas a gente segue as resoluções, então
1138 a gente está trabalhando, sim. Nós estamos com as três denúncias em aberto com
1139 os andamentos já correndo. E aguardando mesmo os retornos de ofícios e
1140 documentações solicitadas. E também estamos fazendo alguns atendimentos
1141 individuais de municípios que solicitaram há mais tempo. A comissão não
1142 conseguiu se organizar tanto nessa questão das reuniões de grupo devido a várias
1143 dificuldades. A questão das URCMAS ainda está atrasada, sim, mas enquanto a
1144 gente não consegue se organizar para o grupo estar agindo, os conselheiros
1145 individualmente, quem tem mais facilidade, está tocando. As ações estão
1146 acontecendo e nós estamos fazendo os atendimentos conforme as solicitações. Já

1147 fizemos dois recentemente e estamos com três previstos ainda para esse mês, e
1148 com mais algumas solicitações que ainda não conseguimos agendar por falta
1149 mesmo de pernas porque, às vezes, é tanta gente, a gente tem quase toda semana
1150 um lugar para marcar todos os dias, mas temos alguma ainda que a gente
1151 pretendia atender em julho e vamos ter que deixar para agosto porque acaba que a
1152 agenda ficou até pesada. Tem hora que ficou faltando perna para os atendimentos.
1153 Assim que a gente conseguir colocar com as URCMAS vai dar uma aliviada e a
1154 capacitação que está sendo organizada também, não é Lucas, vai dar um bom
1155 alívio para a comissão, para a gente atender em mais larga escala. É isso. **LUCAS,**
1156 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Isso que a Paula traz para a gente,
1157 de certo modo é da gente se preocupar. A Comissão de Apoio é a própria cara do
1158 conselho. É quem está ali dando suporte direto, conversando direto com os
1159 conselhos, com os fóruns, com as URCMAS, é quem vai estar mais diretamente
1160 ligado com o pessoal. E ainda tem a tarefa árdua de cuidar das denúncias que
1161 chegam que dizem respeito do controle social. E ela precisa estar bem forte, se
1162 reunindo com bastante frequência. E a gente sabe das dificuldades, mas eu quero
1163 chamar os conselheiros que não são da comissão e que puderem auxiliar a
1164 comissão na realização das atividades, é de suma importância. Porque se atrasa
1165 um trabalho da comissão de apoio, atrasa todo o trabalho do conselho em si. Eu
1166 entendo ser a comissão, claro, respeitado o trabalho das demais comissões, eu
1167 entendo ser a comissão mais importante do conselho, porque ela é a cara do
1168 conselho junto com a ponta. Se ela não está conseguindo realizar as suas
1169 atividades, e não estou dizendo que ela não está conseguindo, mas tem dificuldade
1170 para conseguir assim, como outras comissões também têm, se ela está tendo essa
1171 dificuldade, por via de consequência, quem está na ponta vai entender que o CEAS
1172 está com essa dificuldade. É importante que nós, que temos um pouco mais de
1173 disponibilidade, possamos fazer esse esforço para colaborar um pouco mais com a
1174 Comissão de Apoio. Vou fazer esse pedido para todos os conselheiros, a única que
1175 não compõe a Comissão de Apoio possa auxiliar nos trabalhos. Eu já havia deixado
1176 o meu nome à disposição. O pessoal já tem me procurado para auxiliar, mas quem
1177 puder fazer esse esforço a mais de auxiliar na Comissão de Apoio, vai ser muito
1178 importante para nós porque, como já disse e reafirmo, ela é a cara do CEAS junto a
1179 quem está na ponta. **JOÃO, CMAS/CAETÉ:** Lucas, fico muito feliz com as palavras
1180 e, realmente, é isso mesmo. A gente tem uma demanda grande. A gente tem um
1181 projeto, um plano anual da Comissão de Apoio que é muito extenso, de um grande
1182 trabalho, quanto mais mãos para trabalhar melhor. E é esse esforço que a gente
1183 pede de cada um de nós que compõe. Sabíamos, quando assumimos essa cadeira,

1184 assumimos como responsabilidade muito grande. Uma responsabilidade de ampliar
1185 mais o nosso controle social e, realmente, de efetivar o trabalho do SUAS. Nós
1186 vamos fazer isso se tivermos mais dedicação de todos nós, para que a gente possa
1187 suprir todas as demandas que o CEAS vem recebendo na adequação do SUAS
1188 dentro do estado de Minas Gerais. Obrigado. **PRESIDENTE:** João, só concluir. Eu
1189 acho que o que o Lucas falou foi muito bom. Eu agradeço e peço, reitero o que ele
1190 falou, pedir à Secretaria Executiva, Paula, quando tiver as agendas da Comissão de
1191 Apoio, compartilhe com os outros técnicos para que possam compartilhar nas
1192 outras comissões, se tiver algum conselheiro de outra comissão com
1193 disponibilidade de agenda, pode entrar na reunião, participar e eu acho isso muito
1194 bom isso. Proposta muito bem-vinda. **PAULA, SEDESE:** Com certeza, isso é ótimo.
1195 Inclusive nós já fizemos duas esse ano com conselheiros de outra comissão. Está
1196 aí o Lucas que já atendeu duas capacitações, uma presencial em Campanha e a
1197 outra do art. 30, também virtual. Já contribuiu muito conosco e a gente fica muito
1198 grato com isso. **PRESIDENTE:** Podemos passar para a próxima? **ROSA - CEAS:**
1199 Mariana, pode ser a Comissão de Ética, porque é bem pequenininha.
1200 **PRESIDENTE:** A Marinete está perguntando: “E a proposta que foi conjunta?” A
1201 gente faz agora ou faz à tarde? É porque a gente já está falando do assunto, vamos
1202 falar de uma vez? É porque ela está até como ponto da tarde para deliberação. É
1203 um trabalho conjunto da Comissão de Apoio e de Normas, que é uma proposta de
1204 capacitação para CMAS. Só para a gente combinar porque são 11h45. Eu acho que
1205 a gente consegue esgotar esse ponto agora, aí a gente para o almoço e reorganiza
1206 o que faltar da parte da tarde. Pode ser? Está claro, pessoal? Estão esclarecidos
1207 sobre o que eu falei? Podemos? **LUDSON, CRESS:** Rosa, para agilizar, vou pedir
1208 para você expor e a gente vai comentando. **ROSA - CEAS:** Comissão de Normas e
1209 Apoio. Vocês querem que leia tudo? **LUDSON, CRESS:** Não. Pode resumir. Pode
1210 fazer um resumo dos pontos, da estrutura da proposta já é suficiente. **ROSA -**
1211 **CEAS:** Como já foi falado, a Comissão de Normas e a Comissão de Apoio têm o
1212 seu planejamento de capacitação a todos os conselhos municipais de assistência
1213 social. O objetivo da nossa capacitação são os conselhos municipais com
1214 dificuldade, com problemas de lei de criação desatualizada e tem alguns ainda sem
1215 Regimento Interno. Nós conseguimos fazer uma capacitação visando atender
1216 prioritariamente esses municípios. Ontem nós criamos, na medida que eu for
1217 falando queria que os conselheiros fossem contribuindo com explicação para todos
1218 entenderem. **LUDSON, CRESS:** Rosa, só para complementar a sua fala. O objetivo
1219 foi fazer uma intervenção sobre conselhos municipais que têm situação de
1220 fragilidade. A gente entendeu que as duas comissões e, considerando o tempo que

1221 a gente tem disponível até o final do ano, não é viável promover uma intervenção,
1222 uma capacitação de grande porte, com muitos dias e voltadas a todos os
1223 municípios do estado. A gente teria que selecionar. Pensando em um formato para
1224 esses municípios, viável para as duas comissões. E tendo em vista também que a
1225 própria SEDESE, no final do ano, vai promover um curso mais estrutural com vários
1226 dias de duração, também voltado para esses municípios. A intervenção das
1227 comissões, e por consequência do próprio CEAS, vai ser nesse sentido mais
1228 pontual. E, para os próximos anos, já pensando em 2023, para que a gente possa
1229 estruturar uma intervenção mais ampla, mais ambiciosa. Volta para você, Rosa,
1230 para apresentar a estrutura. **ROSA - CEAS:** A gente nem está chamando de
1231 capacitação. A gente está chamando de apoio técnico por videoconferência. Nós
1232 fizemos alguns critérios para os municípios. O primeiro critério que vamos
1233 selecionar: municípios de porte I e porte II; municípios que não atualizaram suas
1234 leis de criação entre 2017 e 2021. Por quê? Em 2016, o Conselho Nacional liberou
1235 uma cartilha de criação, de atualização de leis. Pegamos isso como base e
1236 colocamos municípios que não atualizaram entre 2017 e 2021; municípios que não
1237 têm Regimento Interno; municípios que estão com dificuldade em cumprimento do
1238 artigo 30 no que diz respeito à paridade dos conselhos municipais. O artigo 30, da
1239 LOAS, todo mundo sabe que é lei, plano e fundo. Não é isso? Nós colocamos
1240 conselhos municipais com dificuldade na paridade, porque no artigo 30 eles cobram
1241 a paridade. Nós vamos trabalhar isso nos municípios. E municípios que não têm
1242 Secretaria Executiva, porque é um aspecto importante que estaremos conversando
1243 nesse apoio técnico para que os conselhos municipais entendam a necessidade de
1244 eles atualizarem esses instrumentais. Em caso de empate ou que o número de
1245 municípios ultrapasse, porque lá embaixo a gente vai falar que a gente vai fazer
1246 para cada encontro, são 4 encontros. Porque já está lá embaixo, serão 4 encontros,
1247 2 em outubro e 2 em dezembro, em datas ainda a serem avaliadas. Em cada
1248 encontro vai ser no máximo 50 municípios com 3 representações de cada município.
1249 Nós estamos fazendo uma média de 150 pessoas em cada encontro. Para não se
1250 tornar uma grande conferência regional e nem estadual, nós colocamos esse limite,
1251 150 pessoas, 50 municípios em cada encontro. E se houver empate? Nós
1252 pensamos nisso também. Nós vamos fazer esse critério e se der 600 municípios,
1253 dentro desses critérios? Nós vamos filtrar. O primeiro filtro vai ser o maior número
1254 de critérios, ou seja, de repente tem um município que está no porte I que não
1255 atualizou a lei, que não tem Regimento Interno, que está com dificuldade no artigo
1256 30 e ainda não tem Secretaria Executiva. Ele vai ser o primeiro. Nós vamos usar
1257 esse critério como o desempate. Os que não possuem Regimento Interno, isso é

1258 importantíssimo a gente trabalhar dentro dos municípios. Falta de secretário
1259 executivo e a data de atualização mais antiga. Se ainda der muitos municípios, a
1260 gente vai pegar aqueles municípios com data de criação do conselho, a data de
1261 atualização muito antiga, então nós vamos fazer essa filtragem. Se ainda continuar
1262 dando empate, dando problema, a gente vai pegar o município de menor IDH,
1263 dentro do porte I e porte II. Somando a esse grupo, a gente vai pegar todos os
1264 municípios que tiverem denúncia aqui dentro do conselho. Todos os conselhos
1265 municipais que tiveram denúncia de alguma irregularidade dentro do conselho. Nós
1266 vamos fazer esse levantamento aqui dentro do conselho e vamos convidar esses
1267 municípios para participarem dessa rodada de apoio técnico. A proposta, depois
1268 podemos encaminhar para vocês, é isso que eu falei. É facilitar os conselhos
1269 municipais ao entendimento sobre a necessidade da atualização da lei de criação e
1270 da elaboração do seu Regimento Interno. Nós colocamos aqui o que vamos abordar
1271 nesse apoio técnico, que é: elaboração de regimento, lei municipal, a instância
1272 deliberativa, o que é o conselho municipal como instância deliberativa, a
1273 composição paritária entre governo e sociedade civil, e além disso a
1274 proporcionalidade. Porque nós encontramos municípios que têm a paridade, mas
1275 colocam uma representação a mais dentro da sociedade civil que a gente não
1276 entende como representação. A gente vai falar sobre isso também. As
1277 competências dos conselhos. A composição da estrutura de plenária, Mesa Diretora,
1278 comissão temática, Secretaria Executiva, isso tudo tem que estar dentro do
1279 Regimento Interno. São tópicos que vamos falar. Eleição da Mesa Diretora,
1280 infraestrutura do conselho. São vários aspectos que a gente vai abordar que falam
1281 sobre estar dentro da lei e do Regimento Interno. A metodologia, como eu já disse,
1282 serão 4 encontros na parte da manhã, de 8h às 12h, 2 em outubro e 2 em
1283 novembro. Esses grupos vão ser distribuídos, os municípios vão ser separados de
1284 acordo com a regional SEDESE. Como temos 22 regionais, em cada encontro
1285 serão 5 a 6 regionais, mas priorizando esses municípios. Só para a gente ter os
1286 municípios próximos, municípios da mesma regional com a mesma cultura, com a
1287 mesma linguagem, eles próximos nesses encontros. Como eu falei, nós vamos ter,
1288 no máximo, 50 municípios com 150 participantes por encontro. A gente vai sugerir
1289 um da sociedade civil do CMAS, um da gestão da assistência técnica e ainda
1290 sugerir um representante da assessoria jurídica do município. Porque o CMAS
1291 sozinho, a gente precisa de uma assessoria jurídica para ele. Assessoria jurídica
1292 tem que entender de Política de Assistência Social, entender da importância desses
1293 instrumentais. **LUDSON, CRESS:** Rosa, e principalmente pensando porque como a
1294 gente está falando de um assunto como lei de criação, e esse tema vai passar

1295 pelas procuradorias municipais, se for o conselho sozinho, o conselho não costuma
1296 ter articulação, não costuma ter poder, não costuma ter gerência sobre os assuntos
1297 jurídicos e a assessoria jurídica municipal pode ser decisiva nesse sentido de levar
1298 para dentro da gestão municipal a ideia de que (texto incompreensível) [2:45:28]
1299 conselho, vamos ser parceiros do conselho, vamos dar suporte. Acho que essa foi a
1300 ideia. **ROSA - CEAS:** E também a questão do gestor, porque o conselho, às vezes,
1301 não tem o apoio direto da gestão. A gente está pedindo que o gestor também venha
1302 para ele entender a necessidade de atualizar a lei. A lei de criação do conselho
1303 municipal pode estar instituindo o SUAS municipal. Entendeu? A gente precisa ter
1304 eles também dentro desse apoio técnico. Nós fizemos um cronograma. Nós
1305 precisamos de indicação na plenária de conselheiros que possam coordenar esses
1306 encontros. São 4 encontros. Nós tiramos da comissão de ontem, da reunião, dois
1307 nomes. **LUDSON, CRESS:** Rosa, na verdade foram 3, porque depois eu esqueci de
1308 falar com você que a Juanita confirmou. Seriam eu, o Lucas e a Juanita. Confirmou
1309 a disponibilidade, mas se os outros conselheiros quiserem a gente pode debater
1310 aqui e chegar a um outro consenso. **ROSA - CEAS:** Tem que ser conselheiros,
1311 desculpa, é uma questão técnica. Um conselheiro que tenha facilidade de falar
1312 sobre lei de criação e Regimento Interno. **LUDSON, CRESS:** Não necessariamente
1313 precisa ser, nesse caso, acho que um de cada segmento a gente vai mais pela
1314 habilidade mesmo. **PRESIDENTE:** Eu, na comissão, também coloquei à disposição
1315 os servidores da SUBAS. Se o conselho quiser, a gente pode convidar também,
1316 destacar a equipe da SUBAS para... **ROSA - CEAS:** Deixando claro que eles não
1317 estarão junto, não. Exemplo, o Ludson vai pegar um encontro e ser responsável por
1318 esse encontro. Ele vai expor isso. Nós, da Secretaria Executiva, criamos um grupo
1319 dentro do grupo, dentro das duas comissões, um grupo que vai elaborar o conteúdo
1320 dessas capacitações para a gente apresentar aqui na plenária em setembro, me
1321 parece, eu esqueci a data. Nós vamos apresentar o conteúdo aqui na plenária. E
1322 essa plenária vai deliberar o conteúdo que vai ser deliberado. As falas estarão
1323 deliberadas, aqui porque é uma fala do conselho. É uma fala que vai representar o
1324 conselho. E essa pessoa tem que ter essa habilidade de explanação em relação a
1325 esses dois instrumentais. Porque a gente precisa de um momento de sensibilização
1326 também. A gente não vai ensinar. A gente vai sensibilizar dessa necessidade e o
1327 que tem que constar nesse documento, então tem que ser conselheiros com essa
1328 facilidade. **GRAZIELE, CRP:** Eu pergunto aos representantes da sociedade civil, na
1329 representatividade de usuário, se eles têm essa tranquilidade, se eles se sentem à
1330 vontade. Porque o Isac, eu já vi ele falando sobre formação de usuários. Simone e
1331 a Lindinha eu não sei. Mas, se sentirem à vontade, eu me coloco à disposição e

1332 estou perguntando a vocês se querem apresentar seus nomes, até mesmo porque
1333 a questão da linguagem, eu acho que facilita também. Exatamente, Maria Baião,
1334 por isso que estou perguntando aqui para a Simone, para o Isac, para a Lindinha,
1335 se eles se sentem à vontade de falar. A Baião também é representante de usuário,
1336 para a Baião também. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Se eu não sei, eu vou
1337 aprender porque ninguém sabe tudo, não. **GRAZIELE, CRP:** Eu estou perguntando
1338 para vocês, porque aí eu abro mão, apesar de terem citado o meu nome, mas eu
1339 abro mão porque eu acho que fica mais coerente, mais participativo, mais
1340 democrático ter a participação de um usuário. **ISAC, ASQUIS:** Eu vou até falar e
1341 durante a reunião estava conversando com a Marilene sobre isso. Eu me sinto à
1342 vontade para falar, mas eu não tenho a disponibilidade para participar desse
1343 momento. Esse foi o nosso diálogo durante a reunião das comissões conjuntas.
1344 **GRAZIELE, CRP:** Simone não. Baião e Lindinha? Marilene, não? Ok, eu me
1345 disponho. Rosa, eu me disponho. **ROSA - CEAS:** Só mais uma coisa que eu
1346 esqueci. Esse grupo que a gente vai falar sobre o conteúdo, a gente vai criar uma
1347 cartilha, tipo um passo a passo para facilitar esse grupo. A gente vai usar uma
1348 linguagem mais clara possível, mais simples possível. A gente vai trazer esse passo
1349 a passo para vocês também avaliarem aqui. Isso tudo que a gente está falando de
1350 conteúdo, de passo a passo, a gente vai trazer para deliberação aqui da plenária.
1351 Vocês vão avaliar até a linguagem que o grupo está utilizando. É isso sobre a
1352 capacitação. Como eu falei, será em outubro e novembro, só que a gente está para
1353 fechar as datas ainda. Isso, antes de acontecer a capacitação que vai ter pela
1354 SEDESE em relação aos conselhos municipais. **PRESIDENTE:** No próximo mês e
1355 dentro das comissões também que a gente vai ter outras reuniões, a gente traz
1356 mais informações do que vai ser feito nos próximos dias. Estamos esclarecidos? A
1357 plenária concorda com a proposta das comissões? Proposta aprovada. Só
1358 alinhando aqui, volta no slide da pauta. Para depois do almoço: a Comissão de
1359 Política, a Comissão de Ética, Comissão de Monitoramento e a Comissão de
1360 Orçamento. A Rosa pediu para ser a Comissão de Ética na sequência. A Gabriela e
1361 o Elder pediram para ficar depois. A Comissão de Política, a Kariny e a Soraia não
1362 estão. A Iara participa, não é? **IARA, CSJB:** Já conversei com a Miriam. Ela vai nos
1363 representar enquanto Secretaria Executiva. **PRESIDENTE:** Depois do almoço a
1364 gente volta com a Comissão de Ética, Comissão de Política, Comissão de
1365 Monitoramento e a Comissão de Orçamento. Combinado? **PRESIDENTE:** Em ata,
1366 conforme sugestão dos colegas aqui ao meu lado, que a reunião hoje está muito
1367 agradável, muito feliz. Está todo mundo rindo. Vamos lá. Pessoal, retomando a
1368 reunião. Agradeço a doação de rapadura que foi feita para todos os conselheiros.

1369 Viva a rapadura. Dando continuidade à pauta da parte da tarde. Relato das
1370 comissões. Comissão de Ética, conselheiros presentes aqui, Silvestre, Rosa, a
1371 Técnica da Secretaria Executiva, Lindinha e o Philipe. A Rosa que vai fazer o relato
1372 ou o senhor? Silvestre, pode ficar à vontade com o microfone. **SILVESTRE,**
1373 **SEF/MG:** Boa tarde a todos. Bom retorno de trabalho para todos nós. A Comissão
1374 de Ética, desde o início desse ano, vem trabalhando com a revisão do Regimento
1375 Interno de ética do conselho. E, para isso, está contando com o acompanhamento
1376 da Secretária Executiva, a Rosalice com a competência dela e, acima de tudo,
1377 também com a competência do Lucas no assessoramento jurídico. O nosso
1378 trabalho aqui nós fizemos na nossa última reunião no dia 18/07, quando quase
1379 concluímos todo o trabalho. Nós deixamos para concluí-lo em setembro, conforme
1380 havíamos agendado. Nós fizemos uma elaboração de uma minuta. E, nessa minuta
1381 que vai ser exposta e entregue a cada conselheiro no dia 9 do mês de agosto, na
1382 reunião do dia 9 de agosto, nós iremos entregar, tem 3 colunas na minuta. É um
1383 formulário para que vocês possam apreciar aquilo que foi alterado. Ele terá uma
1384 coluna com proposta que consta na minuta de alteração. A segunda coisa é artigos
1385 que se referem ao código atual, e a terceira, para manifestação dos conselheiros. É
1386 um quadradinho pequeno, fácil. Se o conselheiro quiser alterar ou acrescentar
1387 alguma coisa, ele faz. Essa minuta será entregue no dia 9/08 e o conselheiro nos
1388 entregará no dia 24/08 para que possamos terminar, finalizar essa reformulação na
1389 plenária do dia 23/9. Esse é o comunicado da Comissão de Ética. **PRESIDENTE:**
1390 Muito obrigada, Silvestre. Parabenizo vocês pela objetividade, definição do tempo e
1391 pedir atenção dos conselheiros para manifestar nesse tempo. Quem não manifestar
1392 é porque concordou com a proposta da comissão. Correto? Rosa, é isso? Podemos
1393 passar para a próxima comissão? Comissão de Política. **KARINY, BEM-ESTAR DO**
1394 **MENOR:** Antes de dar o resumo do que a comissão fez, gostaria de justificar a
1395 minha ausência pela manhã devido a uma demanda de urgência de meu outro
1396 empregador, então não tive condições de vir pela manhã. A Comissão de Política
1397 se reuniu no dia 6 de julho, a respeito do PEAS, pelo que o Rodrigo me passou, foi
1398 aprovado pela manhã. E sobre os encaminhamentos de Betim, nós só tivemos
1399 retorno do Ministério Público, porém, não conseguimos nos reunir ontem devido a
1400 apresentação, devido ao tempo. O tempo foi limitado. A comissão vai deliberar
1401 sobre o que vai levar, possivelmente a gente vai fazer online nos próximos dias.
1402 Alguma pergunta? **GRAZIELE, CRP:** Kariny, vocês encaminharam, fizeram um
1403 pedido de informação? **KARINY, BEM-ESTAR DO MENOR:** Fizemos um
1404 encaminhamento para o conselho, só que não obtivemos resposta. Para o
1405 Ministério Público que foi o único que nos deu resposta, encaminhou o despacho,

1406 porém esse despacho ainda não foi lido, embora a Miriam já socializou com todos
1407 os conselheiros da comissão. **GRAZIELE, CRP:** Já extrapolaram o prazo de
1408 resposta? **KARINY, BEM-ESTAR DO MENOR:** Não. **GRAZIELE, CRP:** Ainda não.
1409 **KARINY, BEM-ESTAR DO MENOR:** Ainda não. Temos a deliberação da
1410 capacitação para a plenária de agosto. Ela vai ser de meio período no dia 17, um
1411 dia antes das atividades dos dias 18 e 19. O convidado é o Rodrigo, de Nova Lima,
1412 e a Magna, do COGEMAS, que se dispôs também a compartilhar a experiência dela.
1413 A Miriam vai fazer outro esclarecimento. **MIRIAM:** Sobre a capacitação no próximo
1414 mês, vai ser um dia antes das reuniões conjuntas pela manhã. Já fizemos o convite
1415 para o Rodrigo que foi ex-presidente aqui do conselho. Ele já aceitou e vai trazer a
1416 experiência de Nova Lima. E também a Magna que é da comissão, ela vai trazer a
1417 experiência do município dela. A gente vai fazer uma reunião só para acertar esses
1418 últimos detalhes de como vai ser a organização, mas está quase fechado. Sobre as
1419 denúncias da comissão, nós temos 4. Todos os encaminhamentos já foram dados.
1420 Estamos aguardando o retorno. O de Betim já recebemos do Ministério Público,
1421 como a Kariny falou. As outras duas não são denúncias. Uma foi orientação e a
1422 outra uma solicitação de informação para 4 CMASs. A gente está aguardando
1423 resposta das 4 denúncias. **PRESIDENTE:** Pessoal, vamos ajustar aqui para ficar
1424 bem claro. A proposta é que no mês de agosto sejam 3 dias de reunião. Uma na
1425 quarta-feira com capacitação. Na quinta-feira temos o rito normal, mas só
1426 lembrando que na quinta-feira tem a questão do GT de Funcionamento, e que as
1427 meninas estão falando que vai demorar muito tempo. Eu só peço à Secretaria
1428 Executiva para conferir também no planejamento como que vai ficar a pauta de
1429 agosto. Por que estou falando isso? Porque agosto é prazo de PPAG, revisão de
1430 PPAG e LOA. Se o CEAS não manifesta em agosto, vai para a Assembleia
1431 Legislativa sem manifestação do CEAS. Depois o CEAS só é chamado a manifestar,
1432 salvo engano, novembro ou dezembro, quando a assembleia abrir para consulta
1433 pública. É um prazo que é do poder legislativo. É um prazo constitucional que o
1434 executivo tem que cumprir e mandar para o legislativo. Ou o CEAS vai se
1435 manifestar em agosto ou, depois, ele só é chamado a manifestar em consulta
1436 pública que geralmente acontece em novembro. Estou chamando a atenção para
1437 pensar na nossa organização. Como que está a programação? Era a capacitação
1438 dos benefícios na quarta-feira de manhã. E na parte da tarde a Secretaria Executiva
1439 tinha uma proposta de quê? Tem uma proposta. A gente conseguiria colocar... É
1440 isso que estou pensando. **SIRLENE - CEAS:** Eu ia falar também. **GABRIELA,**
1441 **CMAS/SALINAS:** Eu penso que essa questão do PPAG é muito importante tem
1442 que ser trazido com prioridade. Se for possível, na quarta-feira, na parte da tarde, a

1443 gente aproveita o momento para discutir essa questão do PPAG. Eu acho que a
1444 gente não pode deixar para depois. **PRESIDENTE:** O que ia falar é deixar o PPAG
1445 para quinta-feira que já era pauta normal, porque ele já está lá no planejamento
1446 anual. Todo mês de agosto tem que acontecer. E colocar o GT de Funcionamento
1447 na quarta-feira, porque a quarta-feira é o dia de capacitação. Vocês concordam?
1448 **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Sim. É. Minha preocupação é só com essas
1449 comissões que acabam ficando só uma hora para reunir. **PRESIDENTE:** Mas a
1450 quinta-feira, que é comissão conjunta, ia ser toda de PPAG e LOA. Acho que nem
1451 gasta a tarde inteira. A gente tem que pensar, porque tem que passar todas as
1452 ações orçamentárias. É igual a prestação de contas, tem que passar ação por ação
1453 de novo e ver a revisão, a proposta de revisão que a SEDESE tem que apresentar.
1454 A Roberta está falando que tem a prestação de contas, mas essa eu já estou
1455 achando que vai ser para frente mesmo. A SEDESE vai encaminhar, minha equipe,
1456 nós vamos encaminhar a proposta de revisão do PPAG até que dia? É até o final
1457 desse mês, não é? Está na SEPLAG ainda. **ROBERTA, SEDESE:** Está na
1458 SEPLAG ainda. A gente está fazendo as construções para submeter. A gente está
1459 iniciando o processo internamente. A gente não tem a documentação pronta para
1460 poder submeter porque tem muita coisa... **PRESIDENTE:** Que dia que a
1461 documentação chega no CEAS? **ROBERTA, SEDESE:** Eu vou ter que confirmar
1462 com a SPGF e a SEPLAG e AGE, a assessoria estratégica, quando que a gente vai
1463 ter informações para consolidar os dados. **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Registrar
1464 a importância de a gente ter acesso a essa documentação antes da próxima
1465 plenária, porque a Comissão de Deliberação de Conferências vai trabalhar em cima
1466 dessa ferramenta também para trazer contribuições. A gente não sabe como que
1467 vai ser esse trabalho, inclusive vai ser ponto de pauta mais à frente, mas já vou
1468 antecipar que nós estamos sem Secretaria Executiva. Seria muito importante e é
1469 muito importante esse apoio da Secretaria Executiva nesse trabalho, até porque é
1470 uma comissão nova, então a gente está aprendendo a trabalhar fazendo. E a gente
1471 precisa muito desse apoio. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO -**
1472 **SSVP:** Quero corroborar com a fala da Gabi e, mais que isso, que essas
1473 informações possam ser trazidas com um pouco mais de antecedência para que as
1474 comissões separadas possam também se debruçar e trazer como sugestões para
1475 discussão na reunião conjunta. Há determinados assuntos que serão mais afetos a
1476 determinadas comissões, então seria oportuno que cada uma das comissões em
1477 reunião virtual, ou antes, não sei como que a gente pode articular isso, mas que a
1478 comissões também possam se debruçar com um pouco mais de antecedência para
1479 discutir essas matérias. **LUDSON, CRESS:** Estou com uma dúvida aqui. Me

1480 chamou atenção a fala da Gabriela sobre a ausência do apoio técnico da Secretaria
1481 Executiva para o apoio à Comissão de Monitoramento. Tem alguma comissão ou
1482 Mesa Diretora que no momento da reunião conjunta fica com mais de um técnico da
1483 Secretaria Executiva? Não? Todas estão com um? Era só isso, porque me passou
1484 pela cabeça que poderia ter mais de um. Era só uma dúvida mesmo.

1485 **PRESIDENTE:** Vamos lá. Um assunto de cada vez. A gente ainda não tem como
1486 precisar o prazo que a SEDESE vai encaminhar a proposta de revisão de PPAG. A
1487 reunião está prevista para o dia 18 de agosto. A SEDESE tem que tentar
1488 encaminhar até o dia 5 de agosto. Se a gente não conseguir vai ter que ter
1489 extraordinária na semana que vem. Eu vou colocar aqui o seguinte, se a SEDESE
1490 não conseguir encaminhar a proposta para o CEAS até o dia 5 de agosto, estou
1491 imaginando que vai ter que sair um indicativo de uma extraordinária depois. Não
1492 tem como a gente decidir isso agora. A gente tem que deixar registrado que esses
1493 assuntos vão ter que ser tratados no mês de agosto. Já temos a proposta de um dia
1494 de capacitação na quarta-feira que antecede as reuniões, que no caso é no dia 17
1495 de agosto. A proposta é que nesse dia 17 de agosto seja capacitação sobre os
1496 benefícios eventuais, e, na outra parte do dia, o funcionamento do CEAS. E para
1497 quinta-feira, que é o dia das comissões conjuntas, a gente vai ficar com LOA e
1498 PPAG. Se, porventura, acontecer de não conseguir encaminhar isso para o CEAS,
1499 a gente vai ter que deliberar no dia ou eu peço à Mesa Diretora anteriormente para
1500 discutir o assunto. Agora eu não tenho como precisar essa data. Podemos deixar
1501 dessa forma? Comissão de Política acabou? A proposta de capacitação está
1502 aprovada. Os encaminhamentos vocês informaram. **MIRIAM:** Se ninguém tiver
1503 dúvida, é só isso. Obrigada. **PRESIDENTE:** A Comissão de Orçamento é a Juanita
1504 e a Suzanne e a técnica no caso é a Sirlene. Tem algum informe, alguma questão?
1505 Não. Não tem. Agora é a Comissão de Monitoramento, pode ser vocês? Relato e
1506 informe da comissão? **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Nossa comissão já se reuniu
1507 duas vezes. Nós estamos tentando organizar os trabalhos de forma a conseguir
1508 contribuir, principalmente, com as principais ferramentas orçamentárias. Estamos
1509 aprendendo fazendo mesmo. Ontem a gente se reuniu, a gente chamou atenção
1510 para alguns pontos que dizem respeito às propostas vindas das conferências. A
1511 gente precisa discutir a qualidade dessas propostas, porque muitas vezes elas não
1512 estão precisas naquilo que precisa ser construído para as ações do governo do
1513 estado. O que nós vamos fazer? Nós vamos fazer uma solicitação à SUBAS de
1514 atualização do status do cumprimento das deliberações da conferência. O Elder
1515 está fazendo um trabalho muito bacana que é esse encaminhamento, separando as
1516 deliberações por setor da SEDESE, para que a gente já tenha essas respostas para

1517 saber como que está o status dessas deliberações. A gente também está fazendo
1518 um levantamento junto a Secretaria Executiva, vai fazer, já tem conversado na
1519 verdade, sobre como foi antes dessa comissão, a metodologia de acompanhamento
1520 dessas propostas nas conferências anteriores, aproveitando a forma de como esse
1521 trabalho funcionava. Na próxima reunião, a gente vai fazer a análise do retorno da
1522 SUBAS. Analisar as deliberações para a União, elaborar um documento com
1523 diretrizes da conferência estadual para ser encaminhado ao Conselho Nacional. O
1524 que acontece? Lá no nosso planejamento vocês vão ver que a gente tem como
1525 proposta encaminhar para a União as deliberações que são afetas à União. A gente
1526 vai encaminhar esses documentos e também fazer uma proposta de como que vão
1527 ser as diretrizes para a conferência estadual. Minas Gerais, pelo meu conhecimento,
1528 é o único estado que tem conferência regional. A gente está estudando uma nova
1529 metodologia para trazer aqui, para o conselho, de forma que a gente consiga
1530 atender melhor os municípios e as regionais dentro das competências do estado.
1531 Isso é uma coisa que está em amadurecimento junto com a comissão. E vai ser
1532 trazida aqui como uma proposta do conselho. E a outra questão, que a gente vai
1533 trazer para a próxima reunião, que vai ser discutido na próxima reunião, é verificar
1534 como está o acompanhamento das deliberações da União junto ao Conselho
1535 Nacional de Assistência Social, que é o que eu já tinha colocado. Nós fizemos o
1536 nosso planejamento no mês passado. Primeiro eu gostaria de saber se alguém da
1537 comissão gostaria de colocar mais alguma coisa sobre os pontos discutidos ontem?
1538 Simone? Elder? É isso mesmo? A respeito do planejamento das nossas atividades.
1539 Para o mês de julho estava previsto o acompanhamento e avaliação das
1540 deliberações. A proposta seria fazer as discussões de métodos e
1541 acompanhamentos da priorização de avaliação das deliberações. A gente começou
1542 fazendo as leituras das deliberações, separação por temática, inclusive o Elder vai
1543 fazer esse encaminhamento junto a cada setor da SEDESE. E a criação de um
1544 documento de acompanhamento para saber o status dessas deliberações. Agora,
1545 no mês agosto, seriam essas recomendações para o Conselho Nacional de
1546 Assistência Social, que a proposta vai ser elaborar uma recomendação ao conselho
1547 nacional das ações e deliberações que são de competência da União e que foram
1548 deliberadas nas conferências regionais e estadual. A maneira de como a gente vai
1549 fazer tudo isso é mesmo a leitura dessas deliberações, separar por temática, definir
1550 prioridades e elaborar um documento de encaminhamento ao conselho nacional,
1551 isso para o mês de agosto. Agora, no mês agosto, nós temos esse desafio para
1552 contribuir com o PPAG e a LOA. A gente não tinha pensado nisso agora para o mês
1553 de agosto. Para o mês de setembro e mês de outubro, a questão do monitoramento,

1554 a gente vai fazer o acompanhamento e monitoramento dessas deliberações. E uma
1555 das nossas preocupações no meio de tudo isso é, inclusive, contribuir com essas
1556 ferramentas, e acabou ficando para os meses de setembro e outubro que é a
1557 criação de instrumento de acompanhamento das deliberações para ser preenchido
1558 periodicamente pela SEDESE e monitorado pela comissão e está previsto para
1559 setembro e outubro. No mês de novembro vai ser o plano decenal. A gente vai fazer
1560 uma análise e organização das liberações da conferência e da conferência estadual
1561 e das conferências regionais a partir das diretrizes do plano decenal, que é uma
1562 ferramenta muito importante para o nosso trabalho também. Fazendo leitura do
1563 plano, identificar todas as prioridades e a divisão das deliberações com base nas
1564 prioridades do plano decenal também. Isso está previsto para o mês de novembro.
1565 Todas as nossas ações, eu só queria fazer essa observação, elas têm sido muito
1566 preocupantes. Estamos nos preocupando bastante principalmente para o ano que
1567 vem. O ano que vem é um ano de conferência, então a gente precisa pensar muito
1568 em como tudo vai acontecer para a gente não ser engolido pela conferência do ano
1569 que vem, a gente se organizar nesse sentido. Para o mês de dezembro, a proposta
1570 é criar um instrumental de avaliação das conferências, elaboração um instrumental
1571 de monitoramento e avaliação das propostas das conferências municipais a serem
1572 enviadas ao CMAS. Elaborar um instrumental e metodologia de acompanhamento
1573 das deliberações das conferências municipais e encaminhar instrumental de
1574 promover videoconferências para capacitar gestores municipais, isto é para o mês
1575 de dezembro. Uma questão muito importante que afeta as conferências e que foi
1576 discutida, é porque quando a gente foi pegar as deliberações das conferências, a
1577 gente se deu conta de que elas precisam estar melhor organizadas para a gente
1578 conseguir trazer como diretriz para os trabalhos do estado e do próprio CEAS. E,
1579 muitas vezes, a gente viu que elas estão desconexas, não trazem, por exemplo,
1580 quantitativo que seria muito importante. Às vezes muito subjetivas, o cunho não tem
1581 objetividade, clareza. E a gente pensou de como que a gente vai fazer com que
1582 reduza esse tipo de deliberação para que as coisas aconteçam da melhor maneira
1583 possível. Eu já registrei isso, em um primeiro momento, quando a gente estava
1584 conversando sobre a questão do PPAG, e queria registrar mais uma vez, que é a
1585 questão da ausência da Secretaria Executiva. Eu acho que é muito importante a
1586 presença, principalmente nesse momento. Trata-se de uma comissão que é nova.
1587 Ela está aprendendo a caminhar e a gente tem um desejo, eu acredito que é uma
1588 comissão que tem boas ideias, boas sugestões e tem interesse de fazer alguma
1589 coisa diferente. E a Secretaria Executiva é muito importante, até na memória das
1590 ações, porque quando a gente está com a Secretaria Executiva, ela traz uma

1591 memória do que aconteceu, o que ficou proposta para desenvolver, e fora que o
1592 funcionamento técnico pode nos auxiliar muito. Era isso e deixo a palavra aberta
1593 para os companheiros que estão na comissão para contribuírem mais. **ELDER,**
1594 **SEDESE:** Obrigado, Gabriela. Primeiro, no nosso planejamento, acho que tem um
1595 texto que saiu errado. Na verdade, a gente quer elaborar um instrumental para
1596 avaliação das deliberações das conferências municipais, mas ficou só instrumental
1597 de avaliação das conferências municipais. Na verdade, é das deliberações das
1598 conferências. Gabi já trouxe os pontos principais, mas é muito importante, a nossa
1599 comissão tem muita interface com a comissão que vai organizar a próxima
1600 conferência. E a gente tem percebido essa necessidade de ter um momento, não
1601 sei se dentro da conferência ou fora, para capacitar os delegados a fazerem boas
1602 propostas, porque uma deliberação vaga é ruim para todo mundo. Ela é ruim para a
1603 SEDESE porque é tão vago que a gente vai até ter dificuldade de responder aquilo.
1604 Tem uma proposta na deliberação, por exemplo, que fala que tem que divulgar as
1605 ações do CEAS em todas as mídias existentes, todas. E a gente até ficou brincando,
1606 de todas as mídias existentes? Como é que você vai no Twitter, no Facebook, Le
1607 Monde, Vogue, sabe assim? Tudo isso é mídia. Exatamente, todas as mídias
1608 existentes, são todas, basicamente. É uma deliberação que, na hora do
1609 acompanhamento, ela é inexecutável. É muito importante a gente pensar nessas
1610 maneiras de melhorar essas deliberações até porque se perde uma chance de criar
1611 uma deliberação que se traduz em uma obrigatoriedade para o órgão central que
1612 depende, de fato, executar. **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Só para dar mais um
1613 exemplo do que o Elder está colocando, tem uma questão que não é bem isso que
1614 está lá no documento, mas, por exemplo, ampliar o número de capacitações. O
1615 Elder traz para a gente, se eu colocar uma capacitação a mais no status, no status
1616 dela já cumpriu. O status dela está cumprida. E não é bem isso, eu acho, que quem
1617 está lá está querendo falar. A gente precisa qualificar as pessoas que estão dentro
1618 dessas conferências para construir propostas que sejam mais fáceis até para
1619 dimensionar a avaliação depois das ações da própria secretaria. Eu penso que
1620 nesse sentido a relatoria vai fazer também muita diferença, no direcionamento de
1621 como que deve ser e de traduzir o desejo da população nos momentos das
1622 conferências para construir deliberações importantes para a gente conseguir fazer
1623 alguma coisa com mais direcionamento. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
1624 **CURVELO - SSVV:** Eu estou encantado com o planejamento da comissão e
1625 preciso parabenizar o trabalho. Claro que com o respeito ao planejamento das
1626 demais comissões, até da minha própria, mas eu acho que é um planejamento
1627 muito conciso, muito direto, muito objetivo e muito claro de aquilo que a comissão

1628 quer fazer. E não é aquilo que é intocável, uma utopia colocada. Por mais que seja
1629 uma comissão que vai monitorar aquilo que é o anseio da sociedade e aquilo que o
1630 estado pode e consegue cumprir. É um planejamento muito bonito. E o bonito aqui
1631 não é de beleza estética, mas de atender essa expectativa do planejamento em si,
1632 bem objetivo. Nesse sentido, eu gostaria de sugerir, Gabi, quando você traz de
1633 essa necessidade da construção das deliberações serem mais claras, mais
1634 objetivas, refletirem aquilo que é o desejo de quem está deliberando, é importante
1635 ser o papel fundamental da relatoria. Eu acho que poderia, não sei como,
1636 acrescentar pela organização da conferência, oferecer um curso pela comissão
1637 para a relatoria, que for auxiliar para preparar a relatoria, para quem for conduzir os
1638 trabalhos. E não só para a relatoria. Relatoria é aquela empresa contratada, não é?
1639 Então é relatoria mesmo, e quem vai conduzir os trabalhos na mesa. É importante
1640 que os coordenadores de mesa também estejam atentos a essa linguagem e a
1641 essa objetividade que se espera das deliberações. Seria nesse sentido de sugerir
1642 essa capacitação também. Não sei se vocês terão pernas para isso, mas eu acho
1643 que poderia ser uma sugestão. E já faço outra sugestão também para que, como
1644 vocês estarão por dentro da conferência em si, futuramente nós possamos
1645 amadurecer o entendimento de quem deva organizar a conferência de assistência
1646 social seja esta comissão junto à presidência, a Mesa Diretora. Seja essa comissão,
1647 que já está por dentro dessa discussão, que vai organizar os processos de
1648 deliberação, que é o processo conferencial. Quem está com a mão na massa é
1649 quem tem direito, propriedade para dizer daquilo que seja o melhor para a
1650 condução desse trabalho. Obrigado. **PRESIDENTE:** Muito bem. Eu também gostei
1651 muito. Só para compartilhar, nem todos os conselheiros estavam aqui no ano
1652 passado, mas o processo de organização das conferências é sofrível para o CEAS,
1653 para o governo e para a Secretaria Executiva, para os conselhos municipais. Eu
1654 vejo uma grande diferença, um salto qualitativo enorme o fato de a gente ter criado
1655 essa comissão especificamente para isso. Porque no ano passado a gente
1656 trabalhava com aquela comissão paralela que só se reunia de vez em quando, que
1657 tinha que pegar membros de um aqui e membros de outro ali. O fato de a gente ter
1658 a comissão específica para tratar disso faz toda a diferença. Isso que vocês estão
1659 apresentando aqui é reflexo disso. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO**
1660 - **SSVP:** Mas tem que ter apoio técnico. **PRESIDENTE:** Claro. Só para completar.
1661 Eu acho que a gente tem que amadurecer essa proposta que o Lucas está trazendo.
1662 Lógico, não é nem para deliberar agora. Eu acho que é até para a própria comissão
1663 refletir sobre isso. E trazendo o exemplo do que foi no ano passado, foi criada uma
1664 outra comissão paralela. No ano passado a gente tinha Comissão de

1665 Monitoramento e foi criada uma comissão paralela de organização de conferências.
1666 Isso acabou inviabilizando os outros trabalhos do CEAS, porque todo mundo só
1667 fazia isso. Lógico, é humanamente impossível a gente fazer tudo, então o fato de a
1668 gente já ter a comissão e que possa amadurecer, acho que é importante a gente
1669 pensar para frente. Eu só estou reforçando essa proposta para a gente refletir e,
1670 quem sabe, no final desse ano a gente consiga deliberar isso. **SIMONE, CMAS/BH:**
1671 A gente fica muito orgulhosos pelos elogios, pela contribuição, mas a gente também
1672 quer continuar atentando aqui a necessidade de ter o acompanhamento da
1673 secretaria. A gente fica feliz, mas infeliz porque queremos dividir isso com todos.
1674 Parabenizar o Elder também que tem feito esse papel de nos assessorar, eu e a
1675 Gabi. Mas a gente também entende que não é o compromisso dele, ele é
1676 componente da comissão. A gente gostaria muito que a secretaria revisse esse
1677 posicionamento e que nos desse uma resposta o mais rápido possível de uma
1678 assessoria. **SIRLENE - CEAS:** Eu estou acompanhado a de orçamento e
1679 financiamento porque a Juanita está de férias. O horário de trabalho dele é até às
1680 13h. Esse é o nosso problema. Eu já conversei com ele, mas ele não se dispõe.
1681 **GABRIELE, SEDESE:** Só reforçar essa proposta sua, Simone, porque é muito
1682 importante. Como é o primeiro ano dessa comissão, como comissão separada, isso
1683 talvez não se reflita, já para essa primeira conferência, mas pensando nisso a longo
1684 prazo, o quanto é importante. A gente já começar a tentar amadurecer os contratos.
1685 Por exemplo, se for presencial, a gente vai precisar de contrato disso e daquilo.
1686 Facilitaria muito se no ano pré-conferência a gente já se organizasse para pensar
1687 esses contratos e não esperar uma convocação no final do ano, uma comissão
1688 organizadora ser formada para tomar decisões. Essa proposta é fundamental,
1689 inclusive para melhorar a organização das conferências que, se a gente não
1690 conseguir esse ano, mas a longo prazo seja possível. **LUCAS, CONSELHO**
1691 **CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Eu quero só acrescentar é que a gente precisa,
1692 para além do trabalho de organizar uma conferência, é também ouvir da população
1693 que participa da conferência, qual a qualidade daquela conferência. No mandato
1694 passado eu fui apedrejado porque eu queria saber qual que era a opinião do povo
1695 da qualidade da conferência. Eu precisava qualificar o trabalho que a gente fez,
1696 para saber se a gente conseguiu atingir o objetivo se a gente vai conseguiu atingir
1697 esse objetivo, e de que maneira atingir ou não. É importante que a gente tenha
1698 qualidade daquilo que oferece, da mesma forma que a gente exige do governo uma
1699 qualidade dos serviços, a gente também tem que pedir uma avaliação da qualidade
1700 daquilo que nós, controle social, oferecemos para a população, porque diz da
1701 participação do trabalhador, diz da participação de gestor, diz da participação de

usuário, diz da participação das entidades. É o ápice. Isso quem diz não sou eu, é a própria Política de Assistência Social. O ápice do controle social, a manifestação desse controle social é a conferência, seja ela municipal, estadual, regional ou nacional. A gente precisa ter esse cuidado maior dessa joia, dessa pérola que temos que é o processo conferencial. **GRAZIELE, CRP:** No GT de Organização do Trabalho a gente viu que organizar uma conferência é um trabalho muito árduo. Dentro da medida do possível, a gente vai trazer para a plenária essa organização, então, é algo que a gente já precisa ficar atento. Só saber da Rosa, da Sirlene, se o resultado final do planejamento das comissões está pronto? Foi finalizado o documento final do planejamento? É isso que eu queria saber. **PRESIDENTE:** Encerrado isso. Parabenizada a comissão e aproveitando o gancho que a Graziele está colocando. Primeiro, pergunto, está aprovado o planejamento e apresentação da Comissão de Monitoramento? Plenária concorda? Aproveitando, isso estava como um ponto de pauta um pouquinho para baixo. A gente pode colocar para aprovação o planejamento anual de 2022. Era isso que estava faltando? Uma resolução de um artigo. “Aprova o planejamento anual 2022 do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, consolidado em documento apresentado durante a 275ª Plenária Ordinária do CEAS ocorrida na data de hoje. Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.” E que os anexos sejam publicados junto da resolução. O quadro anexo conforme... Tem que estar expresso aí. Conforme anexo. Conselheiros, podemos colocar em votação a Resolução de aprovação do planejamento anual do CEAS? Conselheiros que aprovam, por favor, se manifestem com o crachá. Aprovado por unanimidade. O próximo ponto de pauta é a carta-compromisso dos candidatos ao governo. Ontem, na Mesa Diretora, a Secretaria Executiva nos falou que o grupo não conseguiu se reunir. A proposta que foi feita, foi uma proposta redigida pela Conselheira Juanita. E eu tinha combinado com a d. Arlete que a gente ia pedir aos conselheiros de apoio do governo e da sociedade civil para olhar a proposta da Juanita. Ver se tinha questões para acrescentar. **SIRLENE - CEAS:** O Philipe e a Baião que estavam aqui, e o Daniel também. Eles concordaram com a carta e não tinham nada a acrescentar. **PRESIDENTE:** Obrigada. Essa é a proposta. Eu vou pedir à Secretaria Executiva para ler e eu pergunto a essa plenária. De acordo com a resolução que foi aprovada quando criou esse grupo, era para fazer uma proposta de carta que seria lida na plenária de hoje. Apesar de o grupo não ter se reunido, tem a proposta e os conselheiros do grupo estão de acordo com essa proposta. Essa proposta, agora, está sendo colocada aqui para essa plenária. Eu vou pedir à Secretaria Executiva para ler. E eu peço que os conselheiros atentem, por favor, para saber se

1739 a gente pode aprovar esse texto ou se a plenária entende que precisa de mais
1740 tempo para a redação ou para outras contribuições. Está claro? Você pode ler,
1741 Rosa, por favor? **ROSA - CEAS:** “Carta compromisso do SUAS-MG às candidatas
1742 e candidatos ao Governo de Minas Gerais nas eleições de 2022. A assistência
1743 social direito do povo com financiamento público e participação social. O Conselho
1744 Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, instituído pela Lei nº 12.262/1996,
1745 (trecho incompreensível) [0:45:02] pelo funcionamento do SUAS, apresento a carta-
1746 compromisso aos candidatos e candidatas ao Governo de Minas Gerais nas
1747 eleições de 2022, para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social de
1748 Minas Gerais, SUAS no estado. O SUAS-MG instituído pela Lei nº 12.262/1996
1749 trouxe institucionalidade à política pública de assistência social, para enfrentar a
1750 desigualdade social lutar pela justiça e pelos direitos sociais. A afirmação e
1751 expansão dessas conquistas é uma história escrita pela sociedade mineira e
1752 assumida por governos e parlamentares comprometidos com a garantia dos direitos
1753 sociais e com a democracia. Por isso, nós, da sociedade organizada, unimos e
1754 propomos uma agenda de compromisso para a Política Estadual de Assistência
1755 Social, que deve ser assumida pelas candidatas e pelos candidatos ao Governo de
1756 Minas Gerais, com investimento público na garantia e consolidação do SUAS em
1757 Minas Gerais. A saber: vinculação de receita, definir percentual de receita para a
1758 Política Estadual de Assistência Social em lei, com vistas a universalizar a
1759 cobertura de serviços e benefícios socioassistenciais na garantia da proteção social
1760 como direito do cidadão e dever do estado. Secretaria própria de assistência social.
1761 Definir secretária estadual própria para a assistência social desvinculando de outras
1762 políticas públicas, afirmando a sua entidade pública e de comando único.
1763 Participação popular. Garantir a participação popular com a organização e
1764 efetivação do controle social na perspectiva de atualização das normativas da área
1765 e da consolidação dos direitos socioassistenciais. Gestão do trabalho. Implantação
1766 da política de gestão do trabalho do SUAS-MG com recomposição das equipes de
1767 recursos humanos, com a realização de concurso público para todas as categorias
1768 de trabalhadores do SUAS. Sabedores de que essa agenda de compromisso é um
1769 desafio, mas um caminho para assegurar proteção social constitucionalmente
1770 consagrado para todas as pessoas que dela necessitarem em todo o território
1771 mineiro. Vamos eleger quem defender a Política de Assistência Social como direito
1772 do povo e dever do estado, com financiamento público e participação popular.
1773 Defender o SUAS-MG é defender os interesses do povo mineiro que se encontra
1774 em situações de vulnerabilidade e risco social.” Temos o termo de compromisso
1775 que é a consolidação do SUAS. “Eu, candidato ao Governo de Minas Gerais, pelo

1776 partido, comprometo-me, caso eleito, garantir os compromissos assumidos em
1777 campanha de vincular percentual de receitas em lei com a Política de Assistência
1778 Social, definir secretaria de estadual de assistência social exclusiva e de garantir a
1779 participação popular.” **ELDER, SEDESE:** A Gabriele falou que em cima tem uma
1780 proposta sobre o concurso público e no termo não tem. Levar esse trecho também
1781 para o termo. **GRAZIELE, CRP:** Eu acho que tem um a, a lutar ali, é dessa forma
1782 mesmo? Está estranho. E só para resgatar também, essa carta, a Juanita escreveu,
1783 redigiu brilhantemente, mas essa carta foi uma construção da sociedade civil. A
1784 gente elencou, em uma reunião, quais seriam os pontos dessa carta. E a Juanita,
1785 com muita disponibilidade, conseguiu organizar em um documento simples que
1786 também era uma demanda nossa, que fosse um documento de fácil leitura, enxuto,
1787 de publicação fácil. Agradecer a companheira Juanita, ela não está presente, mas
1788 deixar o agradecimento porque ela conseguiu traduzir a nossa reunião. **SIRLENE -**
1789 **CEAS:** “Trouxe institucionalidade à política pública para enfrentar a desigualdade
1790 social e lutar pela justiça e pelos direitos sociais.” Deve ser e, aqui. **IARA, CSJB:**
1791 Eu também quero fazer duas contribuições. A primeira é uma reflexão que a gente
1792 tem, lá no início, por favor, Rosa ou Sirlene. Onde fala: “Conselho Estadual de
1793 Assistência Social, fala que ele é constituído pela Lei nº 12.262”, no parágrafo de
1794 baixo também repete. Eu acho que poderia ir direto. “O SUAS-MG trouxe
1795 institucionalidade.” Já que a gente citou quando ele foi instituído. É isso. E, depois,
1796 lá embaixo onde está escrito sabedores, eu trocaria pela palavra cientes. **LUCAS,**
1797 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Para além de aquilo que tão bem
1798 redigiu a Conselheira Juanita, foi até um dos pontos que discutimos na sociedade
1799 civil, foi o fortalecimento da atuação das entidades. Acredito que seria oportuno
1800 fazer o acréscimo do ponto número 5, no que diz respeito ao fortalecimento da
1801 atuação do trabalho das entidades do terceiro setor. Aí vocês vão me dizer: “Lucas,
1802 mas entidade tem o viés privado.” Mas quando a gente trata de política pública, o
1803 conceito de público avança sobre aquilo que é de interesse coletivo. Ainda que a
1804 entidade seja privada, se ela trabalha uma política pública, ela é de interesse
1805 coletivo, ainda que ela não seja uma entidade pública. É nessa perspectiva que
1806 seria oportuno acrescentar esse ponto sobre o fortalecimento do trabalho das
1807 entidades não governamentais. **SIRLENE - CEAS:** Acho que poderia só organizar,
1808 porque lá em cima está como tópicos, está vendo? Gestão do trabalho. Participação
1809 popular. Poderia colocar, trabalho das entidades não governamentais.
1810 **PRESIDENTE:** Eu estou só chamando a atenção para a gente organizar o termo
1811 que já está lei, organização da sociedade civil. Na LOA é entidades e organizações
1812 de assistência social. **IARA, CSJB:** Tem, Lucas. Ela está dizendo que está disposto

1813 na LOA... **PRESIDENTE:** Está na LOA. **IARA, CSJB:** São organizações da
1814 sociedade civil. Na verdade, o significado é muito mais importante quando ele traz
1815 para o MROSC, quer dizer que nós não somos governamentais, mas que somos
1816 organizações da sociedade civil organizadas em entidades. Eu acho que é
1817 importante, sim, alinhar o termo. **PRESIDENTE:** Eu também acho.
1818 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** A minha sugestão é que coloque lá
1819 entidades e organizações de assistência social ou, então, as organizações da
1820 sociedade civil que são cogestores e corresponsáveis pela proteção social. **ROSA -**
1821 **CEAS:** Não seria melhor colocar na explicação? **INTERLOCUTOR NÃO**
1822 **IDENTIFICADO:** Fortalecer o trabalho das organizações da sociedade civil que são
1823 corresponsáveis pelas ofertas do SUAS nos territórios. Tem programa, tem projeto,
1824 então a gente pode colocar ações ou ofertas. **IARA, CSJB:** Estou aqui pensativa
1825 em relação à parte da entidade, Lucas. Eu não sei se você concorda comigo,
1826 porque acabamos de encaminhar uma carta pedindo uma retratação do governo
1827 por entender que a execução dos pastores está dentro dessa perspectiva de
1828 trabalho das entidades. Não sei se a gente tem que frisar que são entidades que
1829 executam política pública. Para a gente não cair naquilo que é ser contraditório,
1830 naquilo que acabamos de indicar, que não é o correto. Eu acho que a gente deveria
1831 considerar isso, fortalecer o trabalho das organizações da sociedade civil quem
1832 executa a política pública na parceria pelas ofertas do SUAS no estado. **LUCAS,**
1833 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSV:** Política pública de assistência
1834 social, porque tem várias que executam políticas públicas. **IARA, CSJB:** Exato. É
1835 verdade, mas às vezes a gente tem que refletir melhor algumas coisas. Então, que
1836 executam política pública na parceria, porque fica claro que elas executam política
1837 pública e, tendo a parceria, sempre é ela por meio de termo jurídico ou não, mas
1838 são entidades. Igual a minha não tem termo jurídico, não tem recurso, mas ela
1839 executa política pública. Que executam política pública de assistência social na
1840 parceria pelas ofertas do SUAS do estado. Eu temo parceria, porque é um termo
1841 que a gente vem utilizando, inclusive em Belo Horizonte a gente defende muito que
1842 essas entidades parceiras não são só as que têm termo jurídico de parceria, mas
1843 aquelas que executam o SUAS e têm inscrição no CMAS. Você acha que é só
1844 execução? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSV:** Iara, o meu
1845 medo de colocar o termo parceria é porque tem entidade que não tem. **IARA,**
1846 **CSJB:** É isso, Lucas que eu estou querendo tratar com vocês que foi objeto de
1847 discussão no CMAS de BH e a gente chegou a um entendimento. Parceiras são
1848 todas as entidades que estão inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social.
1849 E, às vezes, a gente enxerga entidades parceiras só as que têm termo jurídico de

1850 parceria com aporte de recursos e não é. A entidade que eu trabalho é inscrita no
1851 Conselho Municipal de Assistência Social. Ela não tem parceria de recurso com o
1852 poder público do município, mas ela executa política pública, porque ela tem
1853 inscrição no CMAS. Se ela não tem inscrição no CMAS, ela não executa política
1854 pública. O princípio da gente tem que ser inscrição no CMAS, todas que são
1855 inscritas no CMAS. **PRESIDENTE:** Atenção, isso que a Lara falou tem que ser
1856 traduzido no texto. A gente está falando de entidades de assistência social
1857 reconhecidamente que têm o vínculo SUAS nos termos da LOA. Por quê? Porque
1858 quase todas as entidades que estou falando, entidades sociais, comunitárias, tem lá
1859 no estatuto, presta assistência social. Isso não a credencia como prestadora da
1860 política pública. Eu acho que tem que repensar a nossa redação. Entidades e
1861 organizações. Reconhecidamente. **ROSA - CEAS:** Com o vínculo SUAS
1862 reconhecido. Eu acho que é isso. O vínculo SUAS é a inscrição no CMAS e a
1863 inscrição no CNEAS e que é o que reconhece que é a entrada da entidade ou da
1864 organização na rede socioassistencial. Se a gente coloca com o vínculo SUAS
1865 reconhecido, acho que é isso. **PRESIDENTE:** Tenta escrever para ver se todo
1866 mundo fica de acordo. Entidades e organizações de assistência social com o
1867 vínculo SUAS devidamente reconhecidas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
1868 **CURVELO - SSVF:** Rosa, tira esse devidamente reconhecidas que a Mariana
1869 colocou aí. Pode tirar ele. Que executam política pública de assistência social que
1870 tenham o vínculo com SUAS reconhecido. É claro que o governador não vai
1871 entender, mas nós precisamos. Deixa eu só dar um esclarecimento. Ainda que se
1872 assine essa carta-compromisso, todos esses pedidos que a gente apresenta têm
1873 que constar do plano de governo. Vocês vão me perguntar o porquê. O plano de
1874 governo é uma obrigação eleitoral com o qual o candidato apresenta o seu registro
1875 de candidatura. Ou seja, ele faz o pedido de registro de candidatura e ele tem que
1876 apresentar o plano de governo. A carta-compromisso que ele faz com a população
1877 e ele tem que cumprir esse plano de governo. Além dessa carta e esses termos têm
1878 que constar do plano de governo que é registrado junto ao tribunal regional eleitoral.
1879 **PRESIDENTE:** Vamos lá. A carta, é preciso ler de novo? Volta para ver se todos
1880 estão de acordo. Leia a parte que estava mudando lá embaixo. Nós ainda vamos
1881 discutir isso agora. Depois, à tarde, tem a parte dos procedimentos, quem que vai
1882 fazer, como que vai chamar, tem que oficial. Nós vamos ter que discutir isso. O
1883 Item 5 ficou: "Entidades e organizações de assistência social. Fortalecer o trabalho
1884 das entidades e organizações da sociedade civil que executam a política pública de
1885 assistência social e que tenham vínculos SUAS reconhecido." Posso colocar em
1886 votação a proposta? Em votação. Conselheiros que concordam com a proposta de

1887 carta apresentada, por favor, se manifestem. Aprovado por unanimidade. Aprovado
1888 o texto, agora a gente tem que discutir os procedimentos de envio dessa carta. Por
1889 favor, na resolução que criou o grupo de trabalho, a gente estabeleceu isso? Me
1890 ajudem a lembrar. Relembra o que ficou estabelecido na resolução, por favor.
1891 **LUDSON, CRESS:** Mariana, mesmo que não tivesse ficado estabelecido, não me
1892 lembro da composição do grupo de trabalho, mas este grupo deveria ficar
1893 responsável por encaminhar aos candidatos e, de preferência, agendar, tentar
1894 conversar com cada um deles. Junto com esse grupo, no dia da conversa,
1895 comparecer o Presidente, Vice-presidente para dar uma força institucional. Mas eu
1896 falo assim, esse grupo ficar responsável por encaminhar, agendar com o apoio da
1897 Secretaria Executiva, um encontro com os candidatos para a discussão da nota.
1898 Acho que é absolutamente fundamental e acho que é importante jogar isso no
1899 grupo, porque a gente já criou um monte de grupo, eu acho que passar para uma
1900 comissão ou Mesa Diretora, não sei se o pessoal vai dar conta. Fico com essa
1901 dúvida. **PRESIDENTE:** Só lembrando. A resolução ficou da seguinte forma: o
1902 grupo de trabalho tem a atribuição de elaborar e encaminhar a carta. O
1903 encaminhamento é responsabilidade do grupo com o apoio da Secretaria Executiva.
1904 Estou entendendo aqui que procedimentalmente o envio formal a Secretaria
1905 Executiva vai fazer. Vai ter que pegar o endereço de e-mail ou de correio e
1906 encaminhar. Para além disso, a gente está falando de organização de uma agenda.
1907 Eu pergunto, nós não entramos neste detalhe. Agenda presencial, virtual, em dia de
1908 plenária, fora de plenária, quando? Estou colocando aqui porque eu acho que esses
1909 detalhamentos agora. **LUDSON, CRESS:** Pode não estar na resolução, não sei se
1910 está. Mas o que eu penso é que este grupo que foi tirado, ele deveria fazer o
1911 encaminhamento da carta, mas o grupo também procurar esses candidatos para
1912 fazer uma reunião. Pode ser presencial, pode ser virtual. Não tem importância, mas
1913 que seja uma reunião do grupo (trecho incompreensível) [1:08:02] do CEAS com os
1914 candidatos para falar sobre a carta, pedindo o apoio, adesão da candidatura à carta
1915 e registrar, tirar uma foto, seja presencial ou da reunião virtual, que seja para
1916 divulgação disso. “Olha, candidato, você se comprometeu com a carta. Você se
1917 comprometeu integrar ela no seu plano de governo. Nós vamos divulgar isso e
1918 vamos te cobrar.” Acho que não é só encaminhar, mas ter também uma conversa
1919 que pode ser, tanto presencial quanto virtual. Eu acho que vai depender isso do
1920 candidato, da agenda do candidato. **GRAZIELE, CRP:** Eu não sei se ficou claro
1921 isso na resolução, mas na nossa reunião da sociedade civil, onde a gente construiu
1922 essa carta, tinha essa intenção de entrega pessoal aos candidatos, tanto que a
1923 gente indicou os nomes pensando também nessa proporcionalidade e paridade

1924 também, um representante de entidade, usuário e trabalhador. Não sei se na
1925 resolução que saiu daqui estava constando essa informação de que ia fazer esse
1926 esforço boca a boca dessa reunião. Eu acho que talvez tenha que rever. Tem ela
1927 aí? **LUDSON, CRESS:** Se não tiver é só a gente aprovar esse encaminhamento.
1928 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu acho temerária a
1929 apresentação presencial pelo seguinte, vamos supor que a gente organize a
1930 agenda com todos os candidatos. O primeiro vai querer tirar foto também dessa
1931 carta. Soltou na mídia dele lá que tem o apoio do conselho. Isso é muito temerário.
1932 Muito temerário. Entendeu? Eu acho temerária essa questão da entrega presencial,
1933 o registro de fotos. É claro que estamos falando de um compromisso público com a
1934 política, então a gente está falando de um compromisso com a política pública. Mas
1935 eu acho temerária a entrega presencial com registro de fotos porque isso vai ser
1936 utilizado como benefício eleitoral. Na verdade, nós do conselho não estamos
1937 fazendo compromisso com nenhum candidato, muito pelo contrário, o candidato é
1938 que tem que fazer o compromisso com a política pública que nós defendemos. De
1939 um lado a gente tem um objetivo que pode ser convertido de outra perspectiva. Por
1940 que estou fazendo esse relato? Estou fazendo esse relato porque eu lido
1941 diariamente com político e sei da dinâmica eleitoral em si. E por isso que faço esse
1942 relato e chamo a atenção, sob essa perspectiva. **MARILENE, FETAEMG:** Eu até
1943 entendo, Lucas, eu não consigo, assim, a gente está falando de uma carta-
1944 compromisso que também é um processo político. Se a gente também não tem
1945 esse momento presencial para que, de fato, construa isso pessoalmente com eles,
1946 pode mandar para o e-mail, pode receber, pode não receber, pode mandar
1947 assinado por PDF. Eu não consigo visualizar outra forma de chamar atenção para
1948 um compromisso de fato, se não presencial com esses candidatos. Quanto a essa
1949 questão da divulgação, de mídia e tudo, eu acredito que isso faz parte do processo
1950 e isso também está no processo de demonstração do conselho preocupado com
1951 essas políticas, inclusive faz parte também do processo. Eu não consigo entender
1952 uma carta-compromisso que a gente mande por e-mail, sei lá, por fax, e receba
1953 depois somente uma assinatura sem ter uma visibilidade política também para esse
1954 passo. **GRAZIELE, CRP:** Só corroborando com a Marilene, também essa questão,
1955 porque se a gente compreende, por exemplo, que um dos candidatos, a gente já
1956 disse o nome dele aqui várias vezes e dizem que é uma pessoa que é
1957 desinformada, declaradamente descompromissada com a assistência social. Ele já
1958 fez algumas declarações em relação a isso, com a política pública de forma geral.
1959 Eu acho que é o momento de olhar nos olhos da pessoa, do candidato, e dizer para
1960 ele das demandas que a sociedade civil, que a população tem em relação à Política

1961 de Assistência Social. É claro que eu entendo a preocupação do Lucas, mas a
1962 nossa preocupação é que a política seja efetivada e a gente precisa de pessoas
1963 que sejam compromissadas com essa política pública. Dando o critério da dúvida, a
1964 possibilidade da dúvida, talvez ele não saiba, não seja bem orientado, não seja
1965 bem-informado e não saiba nem que existe assistência nessa perspectiva que a
1966 gente pode apresentar para ele. É uma oportunidade para que ele seja informado,
1967 talvez. **LUDSON, CRESS:** Só complementando a fala dos colegas, eu entendo os
1968 riscos colocados pelo Lucas. É uma coisa importante que a gente tem que ter,
1969 principalmente na forma de a gente deixar claro que é um compromisso com a
1970 Política de Assistência Social, adesão da candidatura, porque esse tipo de carta-
1971 compromisso, esse tipo de processo é muito comum na saúde, é muito comum na
1972 educação, é muito comum na ciência e tecnologia. Vão lá os conselhos,
1973 representantes da área com uma carta, força os candidatos a assinar um
1974 compromisso com a educação, tirar foto, para construir mesmo, quer dizer, esse é
1975 um processo de vender o SUAS do ponto de vista político. Tem esses contratempos
1976 que a gente vai ter que gerenciar, mas eu acho que não tem muito como fugir disso.
1977 É importante ter um encontro. Eu acho que pode ser virtual ou presencial para a
1978 assinatura, mas tem que ter um encontro em que o candidato manifesta a adesão,
1979 torna pública a adesão e a gente pode cobrar esse compromisso no futuro. Lembrá-
1980 lo desse compromisso que ele fez, caso seja eleito. **ARLETE, GRAAL:** Isso me faz
1981 lembrar daquela história da assembleia dos ratos. Teve toda uma preparação e
1982 definiu-se por colocar um cincerro no pescoço do gato que estava acabando com os
1983 ratos. Depois de tudo pronto, a pergunta foi: “Quem é que vai colocar o cincerro no
1984 pescoço do gato?” Nós demos início a uma atividade desafiadora e agora a gente
1985 está sem saber como concluir essa atividade. Eu, particularmente, não vejo
1986 problema em entregar essa carta. Até porque não estamos instalados, dizer
1987 instalado, estou falando nós porque qualquer um que for estará representando o
1988 conselho. Ninguém vai estar lá fazendo compromisso de voto, até porque somos
1989 todos e todas eleitores e eleitoras. Isso não quer não dizer que CEAS está se
1990 comprometendo com o candidato. Nós estamos repetindo o que já foi dito aqui,
1991 tentando fazer com que esse candidato, ao ser eleito, ele se comprometa com a
1992 política do controle social. Estou tentando pensar, dar uma sugestão de como
1993 poderíamos encaminhar isso. E só vou dar um exemplo, enquanto Movimento de
1994 Mulheres, nós temos feito rodas de conversa com várias pré-candidatas. Sábado
1995 mesmo a gente teve uma roda e ninguém está se comprometendo a votar em
1996 ninguém, não. A gente senta com parlamentares que já estão no exercício e com
1997 pré-candidatos. E a gente tem colocado qual é o nosso desejo e quais as nossas

1998 necessidades, e as pessoas se pronunciam. A gente tira foto. Já vi foto minha
1999 rodando por aí, mas, pelo meu perfil, dependendo do candidato ou candidata, ele
2000 sabe que eu não vou votar nele e nem nela. Nós demos início a um trabalho. Nós
2001 precisamos definir aqui como que nós vamos concluir, porque só encaminhar isso
2002 não nos garante nada, colocar por e-mail, eu também não sei como fazer não. Eu
2003 acho que a gente tem que construir isso aqui. **LUDSON, CRESS:** Isso talvez seja
2004 um encaminhamento. Acho que, em consonância com aquilo que eu tenho falado e
2005 outros colegas também, que o grupo que a gente já tirou fique responsável por
2006 fazer, com o apoio da Secretaria Executiva, o envio da carta, que pode ser por
2007 correio ou e-mail, e o agendamento desse encontro com cada candidato. A gente
2008 convida todos. Os que não quiserem, não vai ser possível fazer, os que toparam a
2009 gente faz. Eles assinam a carta e estabelecem o compromisso com o conselho. Em
2010 cima disso em vão poder fazer algum tipo de divulgação? Vão. Mas isso é normal.
2011 Isso é do jogo, inclusive já fiz isso quando estava no conselho municipal. A gente
2012 fez com todos os candidatos. Forçamos todo mundo a assinar o compromisso com
2013 a assistência. Foi, inclusive, na frente da saúde e da educação porque eles sempre
2014 passavam na frente da assistência. Eu acho que é isso mesmo, é um
2015 constrangimento mesmo. Não tem muito para onde correr. **PRESIDENTE:** Antes da
2016 d. Maria, desculpa, só porque têm alguns conselheiros governamentais aqui me
2017 perguntando se os conselheiros governamentais podem participar. No caso de nós
2018 servidores vinculado ao estado, inclusive, eu acho que a gente tem que consultar a
2019 nossa AGE e as nossas secretarias para verificar. Eu só estou colocando aqui que
2020 uma questão é o CEAS elaborar esse documento e encaminhar, outra questão é
2021 como os conselheiros governamentais vão participar. Só para tranquilizar todos os
2022 conselheiros governamentais, a gente faz uma consulta a nossa AGE para ver se
2023 algum conselheiro governamental eventualmente pode participar de algum ato
2024 desse tipo. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Eu vou só dar um exemplo dessa
2025 questão do político, do compromisso dele. O conselho de Belo Horizonte, nós
2026 fizemos pressão duas vezes na casa, na Câmara. Primeiro, porque a gente queria
2027 falar do cartão de alimentação. Nós fizemos até uma camisa, alguém de dentro da
2028 Câmara nos ajudou, então vamos fazer um movimento. É para alimentação, então
2029 nós vamos fazer. O que nós fizemos para pressionar a casa? Nós tiramos um mês,
2030 cada dia da semana íamos dois conselheiros na Câmara de porta em porta de cada
2031 vereador. A proposta era só entregar a carta, mas a gente estava precisando tanto
2032 de ajudar a cidade, decidimos: cada carta que a gente entregava, a gente puxava o
2033 compromisso do SUAS, da assistência social, que era o carro-chefe, que era cuidar
2034 dessa miséria que estava acontecendo. Isso foi antes da pandemia. E depois da

2035 pandemia nós voltamos com esse auxílio que Kalil o deu, que não foi pressão de
2036 governo, não, foi pressão popular. Nós, usuários, fomos montando na casa, grupos,
2037 levando a carta e conversando. Ninguém entregou uma carta sem conversar com
2038 um político. Gente, surtiu um efeito que até os Bolsonaroistas daquela casa votaram
2039 a favor. Foi um sucesso. Mas com muito respeito. Nós não envolvemos o governo,
2040 não. Foi feito por nós. Nós que fizemos. Nós que entregamos. E o efeito, quem
2041 acompanha o problema da pobreza em Belo Horizonte, sabe que não foi o governo,
2042 fomos nós usuários e a entidade civil que fizemos. **ISAC, ASQUIS:** Só para
2043 contribuir um pouco também com relação à forma, eu acho também que é muito
2044 importante que o conselho consiga um agendamento presencial com esses
2045 candidatos. Compreendo também, Lucas, a preocupação com o uso do apoio do
2046 conselho, mas acho que nesse sentido se algum candidato for fazer isso, acho que
2047 ele vai fazer independente de ele ter a foto do conselho ou não. E, por outro lado,
2048 essa disputa de discurso, essa disputa de palavras, acho que o conselho também
2049 precisa divulgar essa ação do conselho esclarecendo a população. Tudo bem que a
2050 gente não tem o site, mas vai caber aos conselheiros também fazerem essa
2051 divulgação assim que os candidatos tiverem assinado as cartas. **PRESIDENTE:**
2052 Quais são as propostas de encaminhamento? Volta para ver o que ficou registrado.
2053 Resolução que cria o grupo. Eu estou com ela aberta aqui. Na resolução fala: “Criar
2054 o grupo de trabalho com a atribuição de elaborar e encaminhar.” Na resolução ficou
2055 definido que o grupo que elaboraria também seria responsável também por
2056 encaminhar. Eu acho que é o mais acertado também. **GRAZIELE, CRP:** Esse
2057 encaminhar pode ser o grupo que vai organizar. E quem é o grupo, Mariana?
2058 **PRESIDENTE:** O grupo foi composto por Juanita, Philipe, Maria Baião, Daniel Melo,
2059 Magna e Érica. **IARA, CSJB:** Questão de ordem. Considerando que nós trouxemos
2060 a discussão aqui para a plenária e que a plenária fez uma ampla discussão
2061 compreendendo que o ideal seria a entrega presencial, o grupo não pode
2062 desconsiderar o que foi tratado nessa plenária. A partir do momento que a gente se
2063 propõe a discutir, a gente tem que dar isso como diretriz. A minha sugestão é que,
2064 Lucas, eu também entendo os seus cuidados em relação a isso, mas o que difere o
2065 nosso processo para que os candidatos se apropriem da forma que você falou que
2066 é possível, é que todos os candidatos vão receber a carta e vão receber o convite
2067 para o agendamento, então não foi para um, foi para todos. Mesmo que algum
2068 deles faça uma divulgação incorreta, está claro que todos estão participando e que
2069 o CEAS não está tomando partido de ninguém, que ele está convocando para
2070 poder assumir um compromisso com a Política de Assistência Social. Eu acho que
2071 estamos aqui tirando da plenária um indicativo para o grupo que seja encaminhado

2072 e que nesse encaminhamento tenha uma agenda de reunião presencial com todos
2073 os candidatos. **PRESIDENTE:** Ficou registrado? Rosa e Sirlene que estão
2074 secretariando a reunião? O Lucas pediu para acrescentar. Se algum conselheiro se
2075 sentir constrangido, logicamente não é obrigado a participar. Encaminhamento. Foi
2076 aprovada a redação por unanimidade. E o grupo responsável, ou seja, o grupo de
2077 trabalho criado pela resolução do CEAS será o responsável por enviar a carta e
2078 agendar a reunião presencial com os candidatos. Ok? Minha hora de sair, faltam
2079 cinco minutos. E o ponto é sobre o relato do acordo do pagamento do passivo do
2080 Piso Mineiro e o relato da reunião da CIB. Eu vou falar especificamente, a pauta da
2081 CIB da reunião passada, a gente tratou de vários pontos. Esse ponto específico que
2082 eu vou falar, mas mesmo depois de eu sair a equipe pode esclarecer se ficar
2083 alguma coisa. Na pauta da CIB a gente tratou de planejamento de qualificações
2084 para 2022, do pagamento do acordo, do planejamento da implantação dos CREAS
2085 municipais e da Rede Cuidar. O termo de acordo foi assinado com o Governo de
2086 Minas. Ele foi uma proposta do Governo de Minas para a AMM. Isso é um pedido
2087 que já foi feito aqui no CEAS. Foi feito na CIB diversas vezes, principalmente pelo
2088 COGEMAS, que era de pagamento das parcelas devidas e não pagas na gestão
2089 passada. O valor dessas parcelas do Piso Mineiro Fixo estava girando em torno de
2090 R\$ 100 milhões. Tinha uma ou duas parcelas de 2015. Eu não lembro de 2016
2091 quantas. Era 2016, 2017 e 2018, sendo que 2018 eram as 12 parcelas, 2017, salvo
2092 engano, 7 parcelas. Essa proposta de acordo está contemplando o pagamento de
2093 parcelas de 2018 e 2017, porque teve um entendimento da AGE com a Secretaria
2094 de Fazenda de que conta-se a prescrição da dívida para o estado com o prazo de 5
2095 anos. A AGE entendeu serem nove parcelas, do Fundo Estadual para os fundos
2096 municipais, na mesma conta do piso, em nove parcelas. Esse termo de acordo é
2097 assinado pela AMM, Governo de Minas, Tribunal de Contas, Ministério Público,
2098 Procuradoria Geral. O termo de acordo são esses compromitentes. E ele vai para
2099 homologação judicial. Feita a homologação judicial, o município adere ao termo de
2100 adesão. Todos os municípios são chamados. Esse processo ainda vai acontecer,
2101 porque agora ele está na fase de homologação judicial. Feita a homologação
2102 judicial, os prefeitos são chamados a aderir. Por que isso? Porque a AGE entende,
2103 como alguns municípios judicializaram essa questão, existem alguns processos
2104 judiciais em curso e isso é um acordo, para o município aderir ao acordo ele tem
2105 que desistir da ação judicial que estiver tramitando. Por exemplo, município que
2106 solicitou bloqueio de valor do estado, solicitou adiantamento, levantamento de
2107 algum valor, isso tem que ser apurado pela Secretaria de Fazenda junto com a
2108 SEDESE, junto com a AGE, para que o município não receba em duplicidade. Essa

2109 é a orientação jurídica da AGE para a SEDESE e assim nós estamos procedendo.
2110 Assinado o acordo, homologação judicial, prefeituras são convocadas a aderir,
2111 prefeitura que adere começa a receber o valor dividido em nove parcelas. Eu acho
2112 que fui bem rápida porque eu vou precisar sair, mas a equipe também está aqui à
2113 disposição para dúvidas. Eu vou abrir a palavra e vou pedir à d. Arlete dar
2114 continuidade enquanto vou arrumar minhas coisas. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:**
2115 Como político tem coragem de assinar e deixar passar uma coisa assim? É um
2116 absurdo. E o governo aceita assim na facilidade sem discutir? É um absurdo. É
2117 onde eu falo, o governo não governou, não está governando para o estado. Ele
2118 está governando para quem ele quer. E os demais? Não dá para entender. Não dá.
2119 Que política é essa? Para quem ela é? E onde estão os direitos, só para meia
2120 dúzia? Não dá para entender. É difícil até para discutir. **ARLETE, GRAAL:** Eu
2121 quero registrar o meu descontentamento com a saída da nossa presidente. Nós
2122 falamos sobre isso pela manhã e o que o Conselheiro Rodrigo vai apresentar tem
2123 um cunho muito importante como por todo dia de trabalho, como foi ontem e como
2124 serão os demais plenos, e também os outros que já se foram, mas dizer de novo
2125 que de todos, pelo menos, a princípio, e é o que eu penso e me parece que é
2126 verdade, quem tem uma aproximação mais de perto com a secretária é a
2127 Presidenta Mariana. Por se tratar de uma agenda nervosa, de uma agenda que traz
2128 uma condição extremamente injusta e que foi solicitada aqui que ela fosse discutida
2129 exatamente no horário que a nossa Presidenta pudesse estar, até para nos ajudar a
2130 compreender esse processo. Porque no meu entendimento, uma coisa é você
2131 pegar um papel e ler, outra coisa é ter alguém que está mais no nível da informação
2132 orientar. “Olha, não é assim como você está pensando. Isso está pautado aqui, ali.”
2133 E fazer conter, se não todos, pelo menos a maioria, compreenda esse processo. E,
2134 infelizmente, anda que não seja o final do dia, mais uma vez a gente tem a
2135 conclusão da atividade do dia, a gente está caminhando para isso, é prejudicado no
2136 sentido de que a gente possa compreender melhor esse processo. E eu estou
2137 falando isso porque eu fiquei encarregada, como Vice-presidente e participante da
2138 Mesa Diretora, ontem eu fui a pessoa de referência para levar para a sociedade civil.
2139 E eu levei e isso foi colocado, e eu trouxe hoje. Eu peço, por gentileza, que isso não
2140 aconteça mais. Eu também tenho compromissos, inclusive de uma consulta que a
2141 gente aproveita o momento que está na capital para ter acesso a um melhor
2142 atendimento. Mas eu consegui transferir isso para a noite. Desculpa, Presidenta, eu
2143 só quero concluir. Eu estou dizendo isso até para justificar frente aos meus pares,
2144 principalmente da sociedade civil, que não foi falta de esforço da minha parte
2145 enquanto representante desse grupo nessa Mesa Diretora. Eu lamento

2146 profundamente isso. **PRESIDENTE:** Eu queria discordar da senhora, porque outros
2147 conselheiros também não estão presentes na reunião, justificam as ausências. Eu
2148 tenho os meus motivos e vou precisar de me ausentar agora. Isso não prejudica o
2149 funcionamento do conselho porque o conselho não sou eu. O conselho não é
2150 pessoal, é uma instituição. Peço licença. Eu justifico. Tenho os meus motivos e vou
2151 precisar sair. Quanto à questão do assunto, isso está sendo trazido aqui para
2152 informação e apresentação ao conselho. Isso não é para deliberação do conselho.
2153 Isso é um termo de acordo que o Governo de Minas já fez com a AMM. Eu estou
2154 fazendo o relato da informação. A equipe da SEDESE está aqui para prestar outros
2155 esclarecimentos sobre esse assunto. Isso é público. Isso está sendo homologado
2156 judicialmente, eu creio que por várias instituições que têm atribuição para isso.
2157 Gostaria de acrescentar e, mais uma vez, peço licença e desculpa se a senhora se
2158 sentiu ofendida, mas eu também gostaria de dizer que eu não sou insubstituível e o
2159 conselho não pode ser concentrado na minha pessoa. **ARLETE, GRAAL:**
2160 Evidentemente a Presidenta não é insubstituível, tanto é que não é a primeira vez
2161 que ela tem esse comportamento. Todas as vezes, onde trouxemos para essa
2162 mesa assuntos mais difíceis de serem encaminhados, a nossa Presidenta precisou
2163 se retirar e eu assumi. Eu não tenho medo de assumir a mesa, não. Nós vamos
2164 encaminhar. Eu não terei como dar resposta possivelmente porque não
2165 acompanhei esse processo, mas, de novo eu registro, nós precisamos
2166 compreender isso porque, há mais ou menos dez minutos atrás, a gente discutia
2167 exatamente o papel do CEAS. E eu compreendo. Não estou dizendo que está
2168 errado, mas a própria Presidenta disse: “nós, que representamos o governo, eu
2169 preciso consultar se posso ir.” Como assim? Não é o CEAS? Quando você diz da
2170 injustiça, não é injusto. Nós vivenciamos isso aqui no mês de dezembro. Nós
2171 vivenciamos isso no mês de janeiro. E vivenciamos isso no mês de fevereiro.
2172 **LUDSON, CRESS:** Eu acho que esse é um tema árido e eu faço coro com a fala da
2173 d. Arlete, em nome da sociedade civil. Nós ficamos sabendo dessa pauta porque o
2174 governo, no final da reunião passada, os representantes do governo, a própria
2175 subsecretária lembrou que ia ter um acordo com o governo e a AMM para pagar o
2176 Piso Mineiro. Um informe bem no final da reunião. Acho que a própria Conselheira
2177 Juanita puxou um pouco do assunto, ou seja, um tema tão importante de interesse
2178 do governo. O governo apresentou ao CEAS como um informe, esse é um ponto
2179 importante para a gente entender. E existem questões controversas nessa
2180 discussão. O fato de os municípios terem que abrir mão de possíveis pleitos
2181 judiciais é uma questão controversa. E eu acho que em termos de encaminhamento,
2182 nós poderíamos e deveríamos pensar, inclusive solicitar à AGE, qual parecer que

2183 embasou esse tipo de orientação para o estado. Primeiro, porque os municípios
2184 terão que abrir mão. Eu sei que isso é comum nesse tipo de acordo, mas,
2185 principalmente porque vai ter um ano perdido. As parcelas vão acobertar 90% do
2186 passivo, mas tem 10% do passivo que ainda é passivo e que vai ficar para trás. E
2187 qual é o estudo, qual é a avaliação jurídica da AGE, quais os motivos que foram
2188 elencados do ponto de vista técnico para sustentar esse tipo de decisão. Acho que
2189 o conselho, pode e deve solicitar da AGE e da própria SEDESE, o envio dessa
2190 documentação desse parecer para que a gente possa compreender. Inclusive
2191 entendendo, essa sistemática vai ser, obviamente, avaliada também pela CIB
2192 porque vai ter que ser lançado por meio de um plano de serviço, um aceite. Isso
2193 também vai ser deliberado no CEAS. É um assunto para que a gente não tenha
2194 atenção para as próximas plenárias, faça desde já diligências em termos de
2195 requisitar formalmente o envio de informações e deixar registrado. Um assunto
2196 desse tamanho tem sido discutido há anos por CEAS e SEDESE. Como que a
2197 SEDESE trata como um informe no final da reunião passada e agora também. A
2198 gente teve reunião da Mesa Diretora ontem, isso também não estava sendo
2199 lembrado. Foi provocação da sociedade civil para entrar na pauta. Como que um
2200 assunto dessa dimensão, que eu acho que é algo que interessa inclusive para a
2201 própria SEDESE para a divulgação das suas ações, como que ela decidiu trazer
2202 para um espaço como o CEAS, como que ela não dá uma visibilidade inclusive com
2203 protagonismo com uma pauta como essa. É isso que estranha a sociedade civil,
2204 essa falta de clareza de informação, inclusive da falta de compreensão da nossa
2205 parte porque isso não está sendo priorizado pela subsecretaria. Inclusive, em
2206 termos de visibilidade das suas atividades. No sentido das ações dos nossos
2207 encaminhamentos, enfim, no debate para questões polêmicas que são inerentes à
2208 essa proposta apresentada pelo estado. **ARLETE, GRAAL:** Obrigada, Ludson.
2209 Gabriela está inscrita. Desculpa, Gabriela. É o Rodrigo primeiro. **RODRIGO –**
2210 **ASSPROM:** É só para complementar o Ludson. A reunião aconteceu no dia 14/07 e
2211 tenho outras informações. Informações que até colaboram com vocês da SEDESE,
2212 em função do trabalho que já tem desenvolvido, mas também provocando a nossa
2213 colega do COGEMAS. O COGEMAS estava lá e questionou, bateu muito em
2214 função do evento dessa situação prescricional e também essa conversa que o
2215 Ludson trouxe aqui de convidar a AGE sobre essa forma de pacto e adesão, nesse
2216 reconhecimento dessa não dívida. Isso o COGEMAS foi bem claro. Deixou isso
2217 explícito lá. E também a questão, a gente sabe que o Piso Mineiro Fixo, mas
2218 também o questionamento sobre o Variável, que é aquela conversa que a gente
2219 sabe da série histórica, para onde deu, para onde foi, o que aconteceu com o

2220 recurso. É algo que a gente pode esbarrar em algum momento neste conselho e a
2221 gente pode ter aí um conflito de ideias e de não entendimento. Em relação a isso é
2222 o que eu tenho para falar, mas tem mais algumas coisinhas, Arlete, sobre a pauta
2223 de Mariana, para poder acrescentar ao que foi falado na CIB. **ARLETE, GRAAL:** A
2224 Gabriela retirou a fala dela, mas se você tiver mais alguma coisa para acrescentar,
2225 Rodrigo, é o momento. **RODRIGO:** Sim. Eu quero falar que a Presidenta aqui
2226 apresentou a questão da adesão dos municípios para a implantação do CREAS,
2227 que a gente conversou no mês passado. E a gente traz informação da nossa
2228 observação lá na CIB que quatro municípios se manifestaram ao não interesse da
2229 assinatura do termo. A gente fez essa conversa ontem na sociedade civil, Ibituruna,
2230 Venceslau Braz, Grupiara e Oratórios. Também já foi dado um pontapé inicial pela
2231 SEDESE, uma antecipação de parcelas, três parcelas para implantação do CREAS.
2232 Isso é positivo. Isso é legal já vir uma organização lá na ponta. Também pediram a
2233 prorrogação do prazo da demonstração dessa implantação dos CREAS para a CIT.
2234 E também, isso é referente ao CEAS. Sobre o Rede Cuidar, também foi dito que já
2235 foi dado um panorama sobre as 76 unidades, 40 são OSCs, 36 governamentais.
2236 Também esse conselho receberá, daqui a alguns meses, uma proposta de
2237 modalidade de resolução referente ao PPCAAM, aquele institucional. Isso é
2238 importante para a gente saber. Para a gente não perder o nosso *timeline* das
2239 conversas, de conversa de uma ampliação do aporte de recurso para ampliação de
2240 unidades de acolhimento. Para a gente não perder isso do nosso dia de vista. Isso
2241 vai ser levado para a CIB e depois trazido para esse CEAS para deliberação. Acho
2242 que é isso. Obrigado. **ARLETE, GRAAL:** Obrigada pelas informações, Rodrigo.
2243 Elder me chamou a atenção. É mais informações além do CIB, mas a gente
2244 aproveita a oportunidade para circular as informações. Elder, é com você. **ELDER,**
2245 **SEDESE:** Eu perguntei só porque fiquei na dúvida, mas a d. Arlete me explicou que
2246 o Rodrigo já trouxe os pontos da CIB. Só voltando ao acordo, acho que o Ludson
2247 falou como é o processo, se vai ter plano de serviços e tal. Eu só vou trazer as
2248 informações sobre o acordo, lembrando, estou explicando, não quer dizer que eu
2249 defenda nada. Esse acordo, o modelo dele, até a gente foi na Secretaria de Saúde
2250 para procurar saber até como seria a operacionalização porque é algo muito novo.
2251 A gente não tinha vivido nada parecido nesse governo e em outros também. Foi o
2252 mesmo modelo que foi feito com a educação, parece que com a saúde, que é essa
2253 ideia de fazer o termo de adesão junto com o Tribunal de Justiça. Geralmente a
2254 AGE que produz os documentos todos, então até faz sentido pedir esses
2255 esclarecimentos da AGE. Ela faz os documentos. Ela faz o modelo de termo, de
2256 termo de adesão. O acordo vai ser homologado pelo Centro de Resoluções de

2257 Conflitos, se não me engano, do Tribunal de Justiça. Ele está em fase de
2258 homologação. Após ele ser homologado, ele poderá ser assinado por prefeitos que
2259 desejam assinar. Se alguma prefeitura, alguma gestão municipal já está com uma
2260 ação na justiça e optar por esperá-lo, e se não quiser assinar também, ela pode
2261 continuar com a ação ou não assinar basicamente e seguir de outra maneira. Após
2262 a assinatura desses termos de adesão, vai ser aberto um plano de serviços que o
2263 município vai ter que explicar por que ele vai utilizar esses recursos. E, também,
2264 depois disso vai ser realizado o pagamento. Após isso, a gente entendeu que vai
2265 seguir esse fluxo, mas tudo isso depois da homologação e depois da assinatura dos
2266 termos. A assinatura dos termos para que as prefeituras assinem, elas têm que
2267 enviar documentos como termo de posse do prefeito, se não me engano,
2268 documentação deles. Tem também uma parte de informática de ações judiciais, se
2269 entrou ou não entrou, justamente para evitar duplicidade de pagamento, e depois
2270 fazer a assinatura. A assinatura vai ser feita pelo Sistema Eletrônico de Informações,
2271 que é o SEI. A SEDESE e a SUBAS vão dar as orientações para os municípios
2272 sobre essa assinatura. E, durante essa assinatura, eles vão entrar no sistema,
2273 quando eu falo eles, prefeitos e gestores municipais, e colocar todas essas
2274 documentações. Todo o processo vai ser acompanhado pela Advocacia Geral do
2275 Estado para evitar qualquer problema e qualquer questão. Se vocês tiverem mais
2276 alguma dúvida sobre o acordo também, eu posso ir respondendo na medida do
2277 possível. Eu também não sei a parte jurídica mesmo, de discussão, de tese jurídica
2278 se vale ou não vale, isso não vou conseguir, infelizmente, explicar até porque não
2279 tenho formação em direito. Mas outras dúvidas de operacionalização, estou à
2280 disposição. **ARLETE, GRAAL:** Obrigada, Elder. É isso mesmo, o conhecimento é
2281 para ser compartilhado e é por isso que a gente te agradece. Você colocar para
2282 todos nós, conselheiros e conselheiras, aquilo que é do seu conhecimento. Em
2283 nome desse conselho eu te agradeço porque isso não é motivo de a gente travar
2284 uma disputa pessoal. Nós estamos falando do controle social. E toda informação
2285 que chega aqui, que venha pela CIB, que venha por qualquer grupo que compõe
2286 esse lugar que estamos representando inúmeros grupos, é bom que seja dito,
2287 porque é assim também que a gente leva a resposta para quem espera de nós, a
2288 partir da nossa representação. Mais uma vez, muito obrigada. Gabriela, e depois,
2289 se ninguém tiver mais alguma contribuição, a gente vai para os encaminhamentos.
2290 **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Pois é. É isso mesmo. O município que não aderir
2291 como ele está falando aqui, que não vai receber. E onde está a justiça disso social
2292 e onde está o direito dos municípios? Muitas vezes, esses municípios que não
2293 recebem, que não estão nesse jogo, são os mais necessitados. Gente, isso me

2294 incomoda demais. Essa coisa de preferencial. Eu vou trabalhar com José, com
2295 Antônio e com a Maria, o resto que se vire. Não pode ser desse jeito, não. É um
2296 documento seríssimo. Você sabe o que passa para mim? Igual quando ontem o
2297 Rodrigo estava passando? Dá a impressão de que somos um grupo de pessoas
2298 ignorantes e que a gente não entende que só vem para marcar ponto. Não é assim,
2299 gente. Lá na base, a gente é instruído e os anos de contribuição que nós temos,
2300 nós não precisamos de faculdade mais não. A nossa faculdade é a vida, é o
2301 caminho que já temos. Uma coisa dessa, para nós, conselheiros, eu não sei para
2302 vocês, mas me incomoda demais. Tem que passar por nós. É igual a Mariana falou:
2303 “Foi decidido. Está pronto.” Não veio para nós. E nós que nos danemos, quer dizer,
2304 nós aqui. E o povo que está esperando um troquinho lá fora? E se esses prefeitos
2305 que não aderirem, e a punição deles? A gente sabe que a política é perversa, tem
2306 uma punição. Você não aderiu. Você não fez isso. Você não recebe nada. É isso
2307 que a gente tem que ter resposta para isso. Isso nós temos que ter resposta. Você
2308 fica aí apertado, mas nós precisamos de resposta. **ARLETE, GRAAL:** Obrigada, d.
2309 Maria. Esse desconforto afeta cada um e cada uma de nós, mas, de todo modo, é
2310 uma informação. E, enquanto conselheiros e conselheiras, nós vamos fazer o nosso
2311 papel. Elder, por favor. **ELDER, SEDESE:** O Rodrigo já respondeu. O município
2312 que não aderir, ele só vai receber se tiver com uma ação em justiça, ele recebe
2313 todo o valor. **GRAZIELE, CRP:** Na linha da d. Maria Baião, perguntar à Marinete, do
2314 COGEMAS, o nosso estranhamento é da forma como chegou esse pagamento do
2315 passivo. Chegou da forma como chegou, mas também da forma como esse acordo
2316 tem que ser. Como chegou para os municípios, Marinete? Você tem como dizer
2317 para a gente? Em relação a isso, dessas ações terão que ser deixadas pelos
2318 municípios, o município que tiver ação. **MARINETE:** É como eu estou dizendo. Nós
2319 tivemos a reunião da CIB, conforme o Rodrigo disse muito bem. Nós tivemos a
2320 reunião da CIB em que foi colocado isso de uma forma muito pontual, essas
2321 questões na CIB. Ainda, como a própria Mariana disse, esse processo ainda está
2322 em processo de homologação. O termo de aceite ainda nem foi para os municípios.
2323 O termo de adesão não foi para os municípios porque está nesse processo de
2324 homologar. E o que o COGEMAS discutiu na reunião da CIB foi exatamente o que
2325 Rodrigo colocou. A forma, embora o COGEMAS já venha debatendo sobre isso
2326 antes desse processo acontecer, já era discussão do COGEMAS em relação a esse
2327 passivo, ou seja, o processo agora que aconteceu é novo, porém já era discussão
2328 antiga do COGEMAS, inclusive do COGEMAS na CIB mesmo. No momento da CIB
2329 foi colocado isso pela forma mesmo. Realmente, o COGEMAS participou do
2330 processo em que foi assinado esse acordo. Foi convidado, participou, foi articulado

2331 para estar, até a gente trouxe isso na reunião passada, até estávamos aqui na
2332 Mesa Diretora, quando a representante de Coronel Fabriciano, onde hoje é a
2333 presidente da (trecho incompreensível) [0:24:52], fez o convite para o COGEMAS
2334 participar desse processo. Teve representante do COGEMAS no dia da assinatura
2335 do termo, porém, como estou dizendo, o termo de adesão ainda está em processo
2336 de homologação e não foi para os municípios. **ARLETE, GRAAL:** Obrigada,
2337 Marinete. Isac. **ISAC, ASQUIS:** Só para entender um pouquinho isso no sentido dos
2338 municípios que não assinarem o termo não receberão. Eu coloco uma pergunta,
2339 não sei se estou equivocado, mas acho que é uma dívida que o estado já tem com
2340 os municípios. Não sei se já foi assinado um termo lá atrás que os municípios já
2341 teriam que receber esse recurso, que é o que está acontecendo, tem um termo. Um
2342 pouco nesse sentido também, eu queria tentar entender, mais ou menos, quanto vai
2343 ser o prejuízo em termos de valor, se vocês têm, para os municípios, quanto que o
2344 estado tinha que pagar referente aquele antigo que ele vai pagar mais, qual que vai
2345 ser o prejuízo para os municípios, no caso, para o SUAS com relação a esse
2346 recurso que não vai ser pago. **ELDER, SEDESE:** É uma informação sobre o termo
2347 de adesão que até esqueci na primeira parte. O termo de adesão da saúde, no
2348 momento em que ele foi assinado. O acordo da saúde, no momento em que ele foi
2349 assinado até ele ser homologado foram 45 dias. Esse prazo já está contando e,
2350 pela sinalização da AGE, é regular o mesmo prazo. Quando completar a
2351 homologação que deve ser nas próximas semanas, os municípios já vão ser
2352 chamados para assinar o termo de adesão, se quiserem assinar o termo de adesão,
2353 e depois já vão passar para a parte de recebimento. Respondendo a dúvida do Isac
2354 que ele trouxe aqui sobre as parcelas, se não me engano, estou falando isso de
2355 cabeça e posso estar errado. 2018 eram 12 parcelas do piso que não foram pagas
2356 e elas vão ser todas pagas. 2017 foram 7 parcelas do piso, se eu não me engano e
2357 vão ser todas pagas. A prescrição vai incidir sobre 2016 e 2015. 2015 não tem
2358 nenhuma em aberto. 2016 tem algumas, mas, se eu não me engano, eu fiz um
2359 texto com as informações, não estou vendo ele agora, mas vou resgatar. Se eu não
2360 me engano são 5 de 2016 ou 3. Vou procurar e vou responder para vocês. Seria
2361 justamente isso, em torno de 5 parcelas do total de, vou fazer cálculo também, que
2362 não vão ser pagas. Eu acho que respondi tudo. **LUDSON, CRESS:** Tem alguém
2363 inscrito antes de mim? **ARLETE, GRAAL:** O Cristiano. Obrigada, Elder.
2364 **CRISTIANO, SEDESE:** Boa tarde, pessoal. Na verdade, é o seguinte, eu queria só,
2365 foi falado aqui, mas eu acho que eu não sei se todos compreenderam. E espero
2366 que não compreendam de estar falando pelo governo. Eu sou servidor público
2367 efetivo do governo do estado. Como todos já sabem aqui, eu já passei por quatro

2368 governos. Já estou há bastante tempo lá a secretaria, mas eu gostaria de lembrar o
2369 seguinte. Esse assunto diz respeito há mais de 2 anos de não pagamento de
2370 cofinanciamento estadual que é o Piso Mineiro, que, segundo aquilo que está
2371 previsto, deveria ser pago de forma regular e automática. Estou dizendo isso por
2372 quê? Para que este conselho, agora e daqui para frente, a gente não sabe o futuro,
2373 mas que isso seja uma atenção para o conselho de que esse tipo de situação, que
2374 a d. Maria Baião lembrou quando ela fala e acho que isso é importante, é uma
2375 situação inaceitável. Imaginem ficar um ano ou mais de um ano, dois anos sem
2376 pagar o cofinanciamento básico da assistência que é o Piso Mineiro. Isso aconteceu.
2377 Lá em 2017, 2016, 2017 e 2018. Estou falando isso porque foi uma situação que foi
2378 muito séria lá atrás. Imaginem se fosse hoje. Nós estamos em julho. Imaginem se o
2379 governo hoje não tivesse pagando o Piso Mineiro desde janeiro desde 2019, o Piso
2380 Mineiro. Estou falando isso porque a gente precisa de atenção em relação a isso
2381 porque é uma situação que aconteceu no passado e que não pode se repetir. Não
2382 se repetiu nos últimos anos e a gente tem uma situação nova, que é essa situação,
2383 que é justo que ela seja discutida, mas que é de pagamento de uma dívida que o
2384 estado tinha com os municípios. É o estado, não são os governos, que é
2385 independente do governo, se foi a gestão passada ou se é essa, era uma dívida
2386 que havia com o estado que está sendo paga. É lógico que precisa de informações.
2387 Eu acho que todos os comentários que vocês fizeram são importantes. Mas eu
2388 queira chamar atenção para isso, que o principal aqui é o seguinte, houve tempo
2389 em que quase três anos ficou sem pagar o principal cofinanciamento estadual para
2390 os municípios que é o Piso Mineiro. É só para chamar a atenção a respeito disso.
2391 Obrigado. **ARLETE, GRAAL:** Obrigada, Cristiano, pelas explicações. Estão vendo
2392 como explicar não dói? E acaba todo mundo compreendendo. Você está inscrito,
2393 Ludson? **LUDSON, CRESS:** Sim. Só para sistematizar em termos de
2394 encaminhamento mesmo e, se a gente conseguir, finalizar essa pauta. Não sei se
2395 tem mais pessoas para o debate, mas aquilo que eu havia sugerido já, a solicitação,
2396 os pareceres da AGE que embasaram o termo da prescrição, da adesão dos
2397 municípios em termos de abrir mão dos recursos que estão *sub judice*. **ARLETE,**
2398 **GRAAL:** Por favor, seria interessante registrar, ele já está dando sugestões de
2399 encaminhamento. Obrigada. **LUDSON, CRESS:** Envio de solicitação do CEAS
2400 através de ofício à AGE e também à SEDESE, que também deve ter acesso a
2401 esses pareceres, solicitando os pareceres que embasaram o período prescricional e
2402 a questão do período, a prescrição. Pode colocar prescrição. Pode fazer de outra
2403 forma. Já tem um ano que não vai ser pago, então, esse ano que não vai ser pago
2404 me pareceu que embasou isso também em tabela que fala sobre fato de os

2405 municípios terem entrado com novos recursos que estão judicializados. Abertura
2406 das judicializações. Eu sei que esse já é uma coisa menor porque sei que é de
2407 praxe nesse tipo de acordo, mas acho que vai por tabela. Eu queria propor outro
2408 encaminhamento a partir da fala do Conselheiro Isac, que me chamou muito a
2409 atenção, em relação a esse período prescricional, que a SEDESE apresente para o
2410 conselho os valores prescritos de cada município. Uma tabela com valores
2411 prescritos de cada município, com base nos termos atuais do acordo, porque a
2412 gente vai ter ideia de qual é o impacto financeiro, qual é a perda financeira desse
2413 ano específico para os municípios mineiros. Para podermos divulgar para os
2414 gestores. **ARLETE, GRAAL:** Obrigada, Ludson. Elder. **ELDER, SEDESE:** Só
2415 retomando e retificando a informação das parcelas, o que não foi pago: 2 parcelas
2416 de 2016; 9 parcelas de 2017; 12 parcelas de 2018, o ano todo. E isso dá um total
2417 de 23 parcelas. Das 23, as que foram prescritas são 2. Então, vai haver o
2418 pagamento de 21 parcelas. E os encaminhamentos, como o Ludson colocou, isso é
2419 o que estou te repassando. Estou tentando resgatar, se tiver algum equívoco, a
2420 gente vai mandar a planilha e vocês vão saber. **ARLETE, GRAAL:** Gente, aí estão
2421 os encaminhamentos sugeridos. Alguém tem mais alguma coisa para acrescentar,
2422 enfim. Agora a gente vai proceder para a votação. Quem concorda que sejam esses
2423 os encaminhamentos, por favor, se manifeste. Quantos votos, Sirlene, por favor?
2424 Aprovado por unanimidade. Muito obrigada pelas contribuições. Alguma abstenção?
2425 Contrário? Não. **ELDER, SEDESE:** Retificando mais uma vez. O que não vai ser
2426 pago são 4 parcelas de 2016, não 2. **ARLETE, GRAAL:** Ok, obrigada. E agora nós
2427 vamos para o próximo ponto de pauta. Qual é mesmo? **ROSA - CEAS:** Relatoria do
2428 CGH de Chalé. **ARLETE, GRAAL:** É o João Victor, da SEPLAG. **JOÃO,**
2429 **SEPLAG/MG:** Boa tarde. Vou trazer para vocês, foi apresentado pelo
2430 empreendedor na CGH de Chalé - que é a Central Geradora Hidrelétrica do
2431 município de Chalé. O empreendimento tem obrigação de semestralmente
2432 apresentar um relatório de execução das atividades que estão sendo desenvolvidas
2433 a partir do Plano de Assistência social do município, para a implantação da
2434 hidrelétrica. O município apresentou dois planos até o momento. O último foi
2435 protocolado no mês de abril, eu fui designado o relator para apresentar meu parecer
2436 sobre as informações prestadas no relatório. Conteí com a parceria da Rosa que foi
2437 a minha mentora, não é Rosa? Me ajudou demais. Primeiramente vou fazer uma
2438 contextualização do Plano de Assistência Social e de tudo que envolve a
2439 implantação desse equipamento no município, para depois apresentar o meu
2440 relatório. A primeira coisa que a gente tem que falar é que se trata de uma usina
2441 geradora de energia de pequeno porte. Ela tem uma capacidade de geração de até

2442 2,3 megawatts. É um empreendimento que não cria uma área de inundação, então
2443 não há desapropriação para fins de criação de uma área de inundação. Ela
2444 aproveita o próprio curso natural do rio, no caso, o Rio José Pedro, do município.
2445 Foi feita toda a instalação do equipamento. Há uma captação de água que
2446 aproveita a própria queda natural do curso do rio. Essa água é desviada para a
2447 central, para a casa de energia, onde ela gira as turbinas, gera energia e depois é
2448 devolvida para o curso do rio. A gente tem a instalação do equipamento, mas não
2449 há uma área de inundação, que é um fator de grande importância para a gente
2450 poder entender a avaliação do equipamento. A audiência pública de apresentação
2451 do PAS/Barragem CGH Chalé ocorreu no dia 07 de abril de 2015. Foi marcada uma
2452 audiência no município com a presença da população, do empreendedor e dos
2453 membros do conselho municipal e do CEAS. O Plano de Assistência Social foi
2454 protocolado no CEAS em 26 de julho de 2015 e foi aprovado por meio da
2455 Resolução nº 533/2015. O antigo relator desse projeto, desse processo, era o
2456 Conselheiro Ronaldo Gonçalves. O que foi apontado, de forma geral, por toda a
2457 população, pelo conselho municipal, e a Rosa esteve presencialmente no município
2458 a partir de visitas do CEAS, foi que a percepção da população sobre o equipamento
2459 foi uma percepção muito positiva. O equipamento não gerou um grande impacto
2460 ambiental, mas, paralelo a isso, ele realizou uma grande mobilização da parte
2461 econômica do município. Foi fomentada a questão de pensão, aluguel de casas,
2462 comércios, farmácia, então a percepção geral dos habitantes do município, do
2463 conselho, de todos os ouvintes, de todas as pessoas que foram ouvidas, que a
2464 instalação do equipamento foi muito positiva. A implantação do equipamento
2465 ocorreu em uma única propriedade, não precisou desapropriar vários terrenos
2466 diferentes. Foi uma única propriedade de 338 hectares do sr. Etevaldo Mata. Na
2467 época, o que ficou acordado aqui é que 24 hectares dessa propriedade seriam
2468 destinados para a implantação do equipamento. Na época, o filho do sr. Etevaldo
2469 que habitava na propriedade, o sr. Adelino, ele, a esposa dele e o filho do casal, o
2470 vaqueiro da propriedade e a esposa do vaqueiro, na época, o que ele apontou é
2471 que a percepção que eles tinham da implantação da CGH, que era uma percepção
2472 muito positiva. Ele afirmou ainda que a capacidade produtiva da propriedade não
2473 seria alterada, uma vez que a propriedade basicamente desenvolvia atividades
2474 voltadas para subsistências de pequeno comércio, voltada para a produção de gado
2475 leiteiro e produção de café. E que essas atividades eram desenvolvidas também em
2476 local longe da área que seria destinada para a implantação do equipamento. Não
2477 haveria nenhuma perda de capacidade produtiva da propriedade. Atendendo à
2478 Resolução CEAS nº 498/2014, em seu art. 6º, que determina ao empreendedor

2479 instituir Posto de Atendimento Social nos municípios atingidos pelo
2480 empreendimento, iniciando-se as atividades operacionais imediatamente após o
2481 recebimento do alvará de funcionamento, fornecido pela municipalidade local. Esse
2482 alvará foi emitido pela prefeitura no dia 22 de abril de 2021, mas o posto está
2483 instalado desde o dia 5 de abril de 2022 e ele vem realizando seus atendimentos no
2484 horário de 8h às 12h. Esses dois relatórios que foram protocolados, eu fiz a análise
2485 desses relatórios. O empreendedor traz toda a demonstração fotográfica, traz toda
2486 a notificação que foi comunicada, apresentada pelos habitantes da localidade. Ele
2487 traz também todo o registro de sinalização que foi feita em torno do
2488 empreendimento. Foram desenvolvidas várias ações pelo empreendedor durante o
2489 período de construção e implantação da barragem. Foram implantadas iniciativas
2490 voltadas para a Campanha Novembro Azul. Foi feito um fomento à campanha de
2491 vacinação. Foram promovidas atividades voltadas para o Natal Solidário. Para além
2492 disso, toda a parte de cuidados com as vias de acesso ao equipamento também
2493 foram feitas pelo empreendedor. Eles fizeram todo um trabalho de manutenção das
2494 vias, de umidificação das vias para evitar o excesso de poeira para os habitantes da
2495 localidade. De três em três meses era feito todo um trabalho de comunicação, eram
2496 soltados boletins informativos com toda a população. Toda vez que havia algum
2497 projeto de detonação que poderia impactar até no dia a dia dos habitantes do
2498 entorno do equipamento, havia uma comunicação prévia, em torno de uma semana
2499 antes, que era entregue para todos os habitantes do entorno especificamente da
2500 obra, para avisar que no dia tal e no horário tal haveria uma detonação para que os
2501 moradores da região não se assustassem e já estivessem preparados com relação
2502 a isso. Dos relatórios apresentados pelo empreendedor quanto às ações
2503 desenvolvidas, a gente tem uma planilha que é anexada no processo também, que
2504 eles falam detalhe por detalhe de todas as ações que foram desenvolvidas. E
2505 quando a gente fala de ações desenvolvidas, a gente pensa assim: “quais os
2506 impactos desse equipamento?” Os impactos podem ser negativos, mas podem ser
2507 positivos também. Nos impactos positivos foram desenvolvidas atividades de
2508 fomento para tentar valorizar e manter por maior tempo possível o efeito positivo
2509 que a obra poderia gerar. E para as atividades que teriam o impacto negativo para a
2510 população foram adotadas ações mitigadoras também, para evitar que esses
2511 impactos fossem além do mínimo necessário. No dia 17 de fevereiro também, a
2512 questão da informação complementar, a Superintendência Geral de Meio Ambiente,
2513 da SUPRAM da Zona da Mata, concedeu a Licença Ambiental Simplificada para o
2514 equipamento poder funcionar. A previsão de que ele em funcionamento a partir do
2515 final de julho agora. No início do mês de junho, a Rosa, representando o conselho

2516 também, fez uma visita ao município de Chalé para a gente já poder fazer o que é
2517 efetivamente o objetivo do nosso parecer hoje, que é avaliar se efetivamente a
2518 implantação das ações previstas no PAS foram realmente efetivadas. E, a partir
2519 dessa visita, a Rosa chegou ao município, fez uma visita ao Posto de Atendimento
2520 Social. Posteriormente a essa visita, ela fez uma reunião com os membros do
2521 conselho municipal. E na reunião com os membros do conselho municipal estavam
2522 presentes os conselheiros, o Presidente do conselho, representantes do governo, a
2523 Secretária de assistência social do município. Foi discutido se efetivamente a
2524 percepção do conselho é de que o plano realmente havia sido implantado conforme
2525 apresentado no documento. E os conselheiros foram unânimes em afirmar que
2526 realmente, sim, que o plano foi implementado. Todas as ações foram efetivadas e a
2527 percepção que se tem do equipamento, realmente é uma percepção muito positiva.
2528 Não houve nenhuma ressalva. A única ponderação que foi feita é que tinha uma
2529 atividade que estava prevista dentro do projeto apoio à assistência técnica, que era
2530 uma parceria com o SENAR para desenvolver os cursos técnicos voltados para a
2531 produção de doce no município, que seria fornecido para a comunidade, só que em
2532 função da pandemia e das restrições de reuniões presenciais, esse curso não foi
2533 realizado naquele momento, então optou-se por postergar a realização dos cursos.
2534 Os cursos serão realizados agora. Também foi feito contato com o proprietário, ele
2535 havia dito que inicialmente, lá em 2015, quando foi feito o primeiro contato com o
2536 proprietário, quem estava na propriedade era o filho do sr. Etevaldo. Só que, após
2537 as verificações CGH Chalé, o próprio sr. Etevaldo fez uma divisão da propriedade
2538 entre os filhos dele. E essa parte da propriedade na qual foi instalada a usina, ela
2539 ficou com a filha do proprietário. A Rosa, nessa visita técnica que feita, ela fez uma
2540 entrevista com a filha do proprietário perguntando qual era a percepção dela. Ela
2541 falou que a percepção também era positiva, que para ela não houve impacto
2542 nenhum com relação à implantação da barragem, uma vez que ela morava na zona
2543 urbana da cidade, apesar de que a propriedade não teve nenhum impacto para ela,
2544 que toda negociação ocorreu de forma natural com o pai dela, que o pai dela
2545 recebeu o recurso por parte do empreendedor. E o único problema que eles tiveram
2546 foi na divisa da propriedade, mas foi um problema familiar, não era um problema
2547 que envolvia o empreendedor. E houve também a necessidade de desmatar a
2548 vegetação natural de uma parte do terreno e que foi negociado com a empresa que
2549 posteriormente seria feito o reequilíbrio desse terreno, na verdade, seria quase que
2550 um gramado, replantar grama nessa área que tinha sido inicialmente desmatada,
2551 que a princípio também a percepção era extremamente positiva e que não tinha
2552 nenhuma ressalva a ser feita. Eu brinco que dei sorte porque foi um

2553 empreendimento de baixo impacto com uma única propriedade. Nós não tivemos
2554 problemas. O proprietário, ele não teve nenhum impacto nas atividades que foram
2555 desenvolvidas dentro da propriedade. A percepção foi extremamente positiva. Tudo
2556 que a empresa se propôs a cumprir, ela cumpriu, tanto pelo que é demonstrado nos
2557 relatórios quanto pela reunião que foi feita com o conselho municipal. E a Rosa, se
2558 ela quiser falar também, a percepção foi muito positiva também, não é? **ROSA -**
2559 **CEAS:** Eu só queria acrescentar um aspecto nesse empreendimento. Como não
2560 teve população atingida, era uma área bem afastada até da casa de um só morador.
2561 O que o empreendimento fez? Ele começou a trabalhar com a Comunidade do
2562 Bananal. É uma comunidade rural. Era a única comunidade mais próxima. São três
2563 comunidades: Bananal, Bananal Novo e uma terceira. E eles começaram a
2564 desenvolver projetos que seria em parceria com o SENAR. Essa Comunidade
2565 Bananal tem uma característica que é mais povoada por mulheres, porque muitos
2566 homens saem para trabalhar em agriculturas fora. Essas mulheres têm uma líder
2567 comunitária que desenvolve doces comerciais. Elas pediram que fosse feito pelo
2568 SENAR uma capacitação para profissionalizar a produção de doces para elas
2569 comercializarem. A monitora desse curso, seria a própria líder comunitária porque
2570 ela já tinha expertise para isso, era uma senhora. E eles até já construíram uma
2571 cozinha comunitária para elas trabalharem. Só que, devido à pandemia, o SENAR
2572 não estava fazendo cursos presenciais. Os cursos começaram esse ano, tanto que
2573 o João Victor vai falar sobre isso. Nós estamos pedindo a continuidade do Posto de
2574 Atendimento Social por mais 6 meses. Isso acontece, acho que na capacitação que
2575 eu falei sobre e quero deixar claro isso, que mesmo com o relatório final de um
2576 empreendimento, a gente pede que o Posto de Atendimento Social fique um tempo
2577 maior. Para quê? Para ele avaliar os impactos pós-início de geração de energia e
2578 para finalizar as atividades com as comunidades que já estão iniciando o trabalho.
2579 Nesse caso, nós estamos pedindo 6 meses para concluir esses cursos com o
2580 SENAR. Eles vão apresentar um relatório final da qualidade desses cursos para nós.
2581 Foi feito um diagnóstico, um levantamento dessas comunidades de qual era o
2582 interesse real delas de trabalho e para ainda que avaliássemos o pós-finalização da
2583 obra. Como a mão de obra nesse empreendimento foi contratada em Chalé que é
2584 um município muito pequeno, mas eles conseguiram aproveitar a mão de obra. O
2585 material para construção foi todo comprado lá no município porque lá tem forma de
2586 gerar areia, tijolos, enfim. Eles conseguiram gerar renda dentro do próprio município.
2587 **JOÃO, SEPLAG/MG:** Complementando o que a Rosa falou, prioritariamente a mão
2588 de obra foi toda da localidade. Foram estimadas 50 vagas inicialmente. No ápice
2589 chegou a 46 vagas efetivamente de trabalho direto na obra da CGH Chalé. Para no

2590 início a gente tem todo fomento indireto que acontece no comércio local, como a
2591 Rosa mesmo falou, comprando dos depósitos locais, locação de habitação, de
2592 pensão, farmácia, supermercado, até partindo um pouquinho para o
2593 encaminhamento final, que é o que a Rosa já falou, a gente, a princípio tudo que foi
2594 apresentado a gente conseguiu identificar que foi efetivado. A sugestão é de que
2595 aprove o relatório da forma como ele foi apresentado, mas com essa sugestão de
2596 que permaneça por mais 6 meses esse acompanhamento por meio da manutenção
2597 do posto, para que possa ser feito esse acompanhamento, porque a gente sabe
2598 que toda essa mão de obra que foi incorporada na execução das obras do
2599 equipamento, ela vai ter que ser desligada a partir do momento em que a obra for
2600 encerrada. Há necessidade também de que o empreendedor e o Posto de
2601 Atendimento Social façam um monitoramento dessas pessoas que vão ser
2602 desligadas e quais vão ser as atividades que vão ser realizadas para promover uma
2603 reinserção dessas pessoas em alguma atividade produtiva, utilizando inclusive do
2604 aprendizado que foi gerado a partir da construção da hidrelétrica também. A gente
2605 sabe que, a partir do momento CGH efetivamente entrar em funcionamento, você
2606 pode ter algum impacto ambiental que inicialmente não foi mapeado. Essa sugestão
2607 por mais 6 meses da manutenção do posto é para que possam ser identificados e
2608 mapeados e, se necessário, gerar medidas para mitigar os efeitos que a gente
2609 identificar. A sugestão é pela aprovação do relatório final de implantação das
2610 atividades do PAS, mas com a manutenção do posto por mais 6 meses. **ARLETE,**
2611 **GRAAL:** Obrigada, Rosa e João Victor. Gabi está inscrita. **GABRIELA,**
2612 **CMAS/SALINAS:** É só uma dúvida. Eu ouvi que vocês falaram que o posto
2613 funciona de 8h às 12h, e que é composto por um assistente social. Não sei se na
2614 resolução fala se teria que ter um atendimento mínimo ou só porque ele não tem,
2615 talvez, a demanda que se esperaria para esse posto. E se a equipe é essa mesmo.
2616 **ROSA - CEAS:** Na época da aprovação do Plano de Assistência Social da CGH
2617 Chalé, como não haveria impacto de reassentamento, foi aprovado o Plano de
2618 Assistência Social com a proposta de um técnico só da área da assistência social
2619 para acompanhar e desenvolver esses projetos de reativação econômica porque
2620 não teria negociação, não teria reassentamento. Não teria esses impactos que há
2621 necessidade de dois profissionais ou mais dentro do empreendimento, na época,
2622 em 2015, o plano foi aprovado com essa questão. **GABRIELA, CMAS/SALINAS:**
2623 Rosa, a questão do horário, o funcionamento também foi aprovado? **ROSA - CEAS:**
2624 Não existe na resolução determinando um horário de funcionamento. A gente
2625 avaliou junto com o Conselho Municipal de Assistência Social que esse horário
2626 atendeu a demanda, foi aprovado. Não existe essa determinação. **IARA, CSJB:**

2627 Minha dúvida é a seguinte, porque é a aprovação do relatório final. Se é final,
2628 finalizou. Ok? Estou vendo que existe uma recomendação e que foi muito bem
2629 explicado pelo João Victor das questões das atividades por mais 6 meses. Com
2630 essa recomendação, quer dizer que esse relatório, volta de novo aqui para o
2631 conselho para ver se foi concluído ou não? Aprovou o relatório final, é só uma
2632 recomendação, vai ser executado se o empreendedor quiser, mas ele não é
2633 obrigado a executar. É isso? **JOÃO, SEPLAG/MG:** Vou pedir ajuda à Rosa, mas o
2634 nosso entendimento, a nossa intenção é de que seja obrigatório que ele encaminhe
2635 um relatório pós 6 meses apresentando a execução. **ROSA - CEAS:** Não é a nossa
2636 intenção. É obrigatório. Na resolução fala que quando a gente, eu até coloquei isso
2637 na resolução de aprovação, que o empreendimento, após os 6 meses, ele manda
2638 para a gente um relatório final pós 6 meses e depois de 6 meses a gente avalia de
2639 novo. Olha, aquilo que ele... A gente deu um prazo de 6 meses. Como que foi o
2640 monitoramento das pessoas que foram desligadas? Como que foi a aceitação do
2641 desenvolvimento desses cursos que eles estavam propondo? Foi bacana? A gente
2642 pode até, daqui a 6 meses, geralmente a gente faz isso, a gente faz uma nova visita
2643 para ver se, olha: “isso não gerou impacto. Foi impacto positivo. Isso atingiu o
2644 objetivo do curso.” Então, a gente faz assim, conversa com o conselho municipal, a
2645 gente conversa com a comunidade de novo. Vai lá em Bananal depois de 6 meses.
2646 **JOÃO, SEPLAG/MG:** Rosa, se for o caso, a gente trocar. A gente retira o
2647 ‘recomenda-se’ e coloca ‘solicita-se’ que aí fica como um comando. Ótimo. **ROSA -**
2648 **CEAS:** Deixa eu explicar para vocês. Vocês, conselheiros, podem falar com o
2649 relator assim: “não. A gente não quer nada disso.” Por isso que a gente sempre fala
2650 assim: “Recomenda, indica.” Porque quem vai determinar é a plenária. Sempre são
2651 esses termos que a gente usa nos pareceres: recomenda, indica, sugere ao
2652 conselho estadual que faça isso, isso, isso. Agora, na resolução não, quando vocês
2653 aprovarem é: determina, resolve, que vai ser assim. **ELDER, SEDESE:** Primeiro,
2654 parabenizar a Rosa e o João pelo trabalho. A Rosa, inclusive tem muita expertise
2655 nesses assuntos de barragens, então parabenizar o trabalho da Secretaria
2656 Executiva. Eu até estava comentando com a d. Arlete que, pelo menos pelo que a
2657 gente está lendo, aparentemente deu tudo certo. E que é muito diferente de outras
2658 situações de outras barragens que a gente tem acompanhado, infelizmente. E é
2659 muito bom, porque o Plano de Assistência Social é justamente para atender às
2660 famílias de maneira adequada, conforme as normativas da política. Pelo que a
2661 gente está vendo aqui, parece que tudo correu de maneira adequada, então, os
2662 encaminhamentos estão adequados também. **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** A
2663 impressão que estou tendo agora é que o desafio real vai ser agora, depois que sai

2664 porque 50 vagas de emprego em uma comunidade pequena. Agora garantir a
2665 positividade dessas 50 vagas... **ROSA - CEAS:** Não. São dois assuntos diferentes.
2666 A gente está falando de... Agora, esses 50, eles são capacitados para fazer
2667 currículos, para mostrar em quais empresas que eles vão estar porque a reativação
2668 econômica, a gente vai trabalhar, eles estarão trabalhando em Bananal com a
2669 produção de doce, com produtos mais artesanais para comercialização. Esses 50
2670 trabalhadores serão capacitados para aprender para qual tipo de empresa que eles
2671 poderão enviar o currículo. Onde enviar, como fazer o currículo, aquela questão de
2672 inserção no mercado até mesmo banco de mão de obra disponível. Até mesmo,
2673 têm muitos casos de municípios que aproveitam essa mão de obra que foi
2674 capacitada. Por quê? Construção de usina, a capacitação, a mão de obra tem que
2675 ser muito detalhada, muito qualificada. Eles capacitam muito essas pessoas,
2676 porque não podem ter erros. O que muitas empresas entorno fazem? Já ficam de
2677 olho nesses 50 para aproveitar em outras obras. Até mesmo a prefeitura aproveita
2678 essa mão de obra para fazer obra de dentro da prefeitura porque eles já estão mais
2679 qualificados. Eles têm uma qualidade de serviço, que eles falam no canteiro de
2680 obras, na área de recursos humanos, que é essa qualidade, que eles são muito
2681 capacitados nisso. O servente de pedreiro que trabalhava em uma casa, se ele for
2682 para dentro de uma usina, a qualidade da mão dele fica totalmente diferente,
2683 porque eles são muito exigentes. Isso entra como qualificação dentro dos currículos
2684 deles. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Eu tenho uma curiosidade. Esse pessoal de
2685 Bananal, eu estou falando com o companheiro aqui é de pertinho da minha terra, e
2686 que é um lugar onde a cultura é só banana mesmo. Por exemplo, eles vão fazer a
2687 industrialização do doce. Qual é a ajuda financeira que vocês têm? Tem ajuda
2688 financeira ou isso vocês vão, dão o curso e pronto e eles que se virem? Porque se
2689 não tiver uma ajuda financeira é difícil para eles produzirem, sair para venda, ainda
2690 mais que lá é tão pequeno e tão atrasado o lugar. **ROSA - CEAS:** Baião, só
2691 explicando, não somos nós que damos ajuda e nós que damos o recurso. O
2692 conselho não tem esse tipo de ação. A gente determina o que eles têm que fazer. O
2693 empreendedor que desenvolve os cursos, contrata a empresa SENAR. Lá eles vão
2694 apresentar modos de financiamento, discutindo com eles como que é a forma que
2695 eles podem financiar. O maquinário o empreendedor já disponibilizou para eles,
2696 então, eles vão aprender a trabalhar dentro da comunidade com os recursos da
2697 comunidade, gerar recurso dentro da própria comunidade, isso que é o trabalho
2698 comunitário lá. A cozinha foi feita. A contratação da empresa foi feita. Eles vão ser
2699 capacitados para isso também. **CRISTIANO, SEDESE:** Às vezes a gente fala as
2700 siglas. O SENAR, é o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. É tipo SENAI, só

2701 que tem curso para aprendizagem rural. Só não sei se todo mundo sabe. **ARLETE,**
2702 **GRAAL:** Obrigada por todas as contribuições e as dúvidas também que vão sendo
2703 tiradas. Eu só tenho uma pergunta, Rosa e João. A gente precisa colocar nesse
2704 documento, antes da aprovação, essa recomendação do retorno depois de 6 meses
2705 depois ou já está assegurada? **ROSA - CEAS:** Já está na resolução. **ARLETE,**
2706 **GRAAL:** Agora nós vamos partir para a votação. **ROSA - CEAS:** Vamos fazer a
2707 leitura da resolução. Toda vez que tem um Plano de Assistência Social, o relatório
2708 final de barragem, tudo a gente emite uma resolução aprovando e comprovando.
2709 Nesse momento, já houve uma resolução aprovou o plano em 2015 e agora a gente
2710 está falando que o Plano de Assistência Social aprovado em 2015 foi implementado
2711 e que a gente aprova. Porém, a gente vai colocar essa continuidade. Eu vou ler:
2712 “Dispõe sobre a aprovação do relatório final de implantação do Plano de Assistência
2713 Social – PAS, para a população atingida pela construção da CGH de Chalé.
2714 Considerando que o Conselho Estadual de Assistência Social, no uso das
2715 atribuições que foram conferidas pela Lei nº 8.742, pelo artigo 13 da Lei nº 12.262,
2716 pelo artigo 3 da Lei Estadual nº 12.812/98, considerando a Deliberação da Plenária
2717 Ordinária ocorrida no dia 21 de julho de 2022, resolve: aprovar o relatório final de
2718 implantação do Plano de Assistência Social – PAS, da Central Geradora
2719 Hidrelétrica – CGH Chalé, localizada no município de Chalé, em Minas Gerais. Art.
2720 2º. O Posto de Atendimento Social instalado no município de Chalé deverá
2721 permanecer funcionando com atendimento diário até 6 meses após a publicação
2722 desta resolução. O prazo determinado no caput desse artigo poderá ser prorrogado
2723 a critério do CEAS, após a análise de relatório a ser apresentado pelo
2724 empreendedor.” O que significa isso? Significa que se em 6 meses, não apresentou
2725 o relatório e a gente vê que aquilo não foi efetivo, que não foi bacana. A gente
2726 prorroga o Posto de Atendimento Social por mais tempo que vocês determinarem,
2727 de repente faltou alguma coisa. A gente tem essa condição. “Parágrafo 2º. A equipe
2728 do Posto de Atendimento Social avaliará os impactos pós geração de energia nesse
2729 período. E, ao seu término, encaminhará relatório avaliativo ao CEAS e ao CMAS
2730 de Chalé.” É como eu falei, na capacitação, tudo que o CEAS avalia, o conselho
2731 municipal acompanha a avaliação do CEAS para que eles que estão lá ponta, eles
2732 que estão lá no dia a dia estão vendo o que está ocorrendo. “Art. 3º. O
2733 empreendedor do CGH Chalé deverá acompanhar os funcionários que serão
2734 demitidos após a finalização da obra por meio de um projeto específico de
2735 desmobilização da mão de obra, que orientará esses funcionários em quais áreas
2736 do mercado de trabalho que eles poderão utilizar da experiência adquirida no
2737 empreendimento. Art. 4º. O Conselho de Assistência Social do município de Chalé,

2738 como órgão fiscalizador da Política de Assistência Social local, poderá a qualquer
2739 momento denunciar ao CEAS impactos sociais negativos ocasionados pela
2740 construção da CGH de Chalé, que venham interferir nos direitos da população
2741 direta ou indiretamente atingida. Art. 5º. Essa resolução entra em vigor na data de
2742 sua publicação.” **ARLETE, GRAAL:** Agora a gente está no momento de aprovar ou
2743 não o relatório apresentado pela Rosa e pelo João. É isso. Quem aprova, por favor,
2744 se manifeste. Alguma abstenção? Aprovado por unanimidade. Muito obrigada, Rosa,
2745 João. **ROSA - CEAS:** Eu vou usar esse esclarecimento para a confusão que está...
2746 O único do grupo do GT de Regimento Interno que sobrou nessa gestão é o Lucas
2747 Estevão. Você não era. Eu tenho a resolução aqui. Ele gostou de você. A comissão
2748 foi criada pela Resolução nº 719. Vocês querem que exiba a 719, por via das
2749 dúvidas? Você é o único que sobrou do grupo. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
2750 **CURVELO - SSVP:** Eu acho que é importante a gente contextualizar do que se
2751 trata o GT de Regimento Interno. É um grupo de trabalho que foi criado na gestão
2752 anterior, deste conselho, deste colegiado, para que esse grupo se debruçasse
2753 sobre a atualização do atual Regimento Interno, entendendo das diversas
2754 necessidades que o conselho necessitava. Parece tão envolvente, mas é assim
2755 mesmo, das necessidades que o conselho apresentava quando da aplicação do
2756 Regimento Interno. Por exemplo, quais as competências de cada uma das
2757 comissões? Isso não está delimitado. Menciona os incisos da competência geral do
2758 conselho, mas não diz das atribuições de cada uma das comissões para deixar isso
2759 muito claro. Esse é um dos primeiros pontos. Esse grupo foi criado. Ele foi
2760 consolidado composto pela presidência e a vice-presidência do conselho, e alguns
2761 conselheiros que tinham a disponibilidade para participar, e foi estabelecido. Teve
2762 algumas atividades realizadas, mas com a aproximação da realização das
2763 conferências municipais, das conferências regionais e da conferência estadual,
2764 suas atividades foram suspensas para que a gente se debruchar sobre essa
2765 demanda das conferências municipais, regionais e estadual, que era algo novo para
2766 nós, justamente realizar essas conferências, processos conferenciais de maneira
2767 virtual. A Gabi está aqui comigo e pode convalidar todo esse processo que estou
2768 relatando para vocês. Mas, nesse sentido, a gente passou por alguns processos de
2769 afastamento de alguns conselheiros que tiveram que sair e outros entraram. Depois
2770 tivemos a nomeação do Elder, nomeação da Suzanne em substituição à Gabi que
2771 agora retorna. A Joana que também esteve conosco, mas agora a gente tem que
2772 dar continuidade nesse processo, não só por uma deliberação do conselho, mas
2773 também por uma exigência do próprio decreto do poder executivo que nos pede
2774 que seja atualizado o Regimento Interno de acordo com aquilo que é trazido

2775 naquele decreto que foi colocado. O que a gente está fazendo e, enquanto
2776 coordenador do grupo de trabalho, se for de interesse desse colegiado que eu
2777 permaneça, já coloco o meu nome para compor. É claro que a coordenação do GT
2778 é decidida pelos membros, mas coloco o meu nome à disposição para contribuir. É
2779 justamente isso que a gente precisa, recompor e atualizar, a resolução que faz essa
2780 composição. Vou fazer a leitura para otimizar o tempo. “Artigo 1º. Fica criado o
2781 grupo de trabalho para estudo e revisão e reforma do Regimento Interno do
2782 Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS-MG. Artigo 2º. O GT, respeitada a
2783 paridade entre seus membros, será composto pela presidente, vice-presidente e
2784 oito conselheiros escolhidos em plenária que são nomeados.” Eu gostaria de
2785 sugerir que ao invés de serem oito, que sejam 6, 01 usuário, 01 trabalhador, 01
2786 entidade, e, da mesma forma, respeitada a paridade, mais 3 conselheiros do
2787 governo. O que vocês acham? Ficaria o total de oito, que seriam: vice-presidente, o
2788 presidente, e 6 conselheiros aprovados aqui em plenária. Muda no *caput*, Rosa, por
2789 favor. Invés de 8, coloca 6. Isso, 6 conselheiros. Mas o presidente já é nomeado
2790 separado, com mais 6 dá 8. São 6 além do presidente e do vice. Mas eu falo como
2791 está escrito, entendeu? E outros 6 conselheiros, porque, senão, tira o caráter de
2792 conselheiro da presidente e da vice. É isso mesmo. Está certo agora. Mariana e
2793 Arlete como já dei o meu nome ali. Peço até convalidação dos representantes de
2794 entidades, porque saí oferecendo assim. **GRAZIELE, CRP:** O indicado para
2795 trabalhador é o Ludson. **ELDER, SEDESE:** Do governo, a gente estava discutindo,
2796 dos 3 representantes, além da Mariana, eu e a Suzanne que permanecemos, mais
2797 a Mariana da SEPLAG, que tomou posse hoje. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL**
2798 **DE CURVELO - SSVP:** Arlete é a vice. Eu representando entidades, Lucas. Ludson
2799 representando os trabalhadores. Marilene representando os usuários. Elder
2800 representando a SEDESE. Mariana representando a SEPLAG e Suzanne
2801 representando a SEDESE. “Parágrafo 1º. Para a composição do GT deverá ser
2802 dada a preferência aos conselheiros que compunham o grupo comandado e
2803 renovado no CEAS em respeito ao princípio da continuidade.” Acho que isso pode
2804 ser suprimido até porque só sobrou eu. Pode ser suprimido, Rosa. “Parágrafo 1º.
2805 Todos os membros deverão dispor de tempo para realização das atividades do GT,
2806 observando-se sempre o prazo para a entrega de seus trabalhos.” Isso é muito
2807 importante. “Parágrafo 2º. O GT disporá, quando necessário, do apoio executivo da
2808 SEDESE nos termos do art. 16, do atual Regimento Interno. Parágrafo 3º. O GT
2809 poderá convidar colaboradores para participar de suas atividades, mediante
2810 aprovação da plenária.” **IARA, CSJB:** Vocês não acham que mediante aprovação
2811 da plenária, isso não trava o trabalho? Acho que poderá solicitar independente da

2812 plenária. O GT tem essa autonomia, solicitar uma pessoa para contribuir com o
2813 trabalho. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV**: É porque isso
2814 são resquícios da gestão anterior, então, essa minuta foi construída em cima
2815 daquilo que era orientação que a gente tinha da mesa anterior. **IARA, CSJB**: Eu
2816 sugiro que tire mediante aprovação da plenária para não travar os trabalhos. O GT
2817 tem autonomia para identificar que precisa de alguém para contribuir. **LUCAS,**
2818 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV**: Ótimo. Beleza. “Artigo 3º. O GT
2819 deverá escolher entre os seus membros um coordenador e um coordenador adjunto,
2820 por ocasião de sua instalação quando começarem as atividades. Parágrafo 1º.
2821 Compete ao coordenador do GT: I. coordenar as reuniões, estabelecer seus
2822 encaminhamentos; II. acompanhar a Secretaria Executiva na redação da súmula
2823 das reuniões; III. solicitar à Secretaria Executiva o apoio necessário ao seu
2824 funcionamento; IV. apresentar e encaminhar à plenária e à Mesa Diretora a súmula
2825 e os resultados dos seus trabalhos. Parágrafo 2º. Para o alcance do consenso das
2826 discussões, a coordenação poderá se valer de instrumentos de votação,
2827 respeitados os princípios democráticos.” Artigo 4º. O GT terá duração até o dia 3...”
2828 A data. Eu acho que a gente tem que estabelecer 120 dias que é aquilo que foi
2829 dado como requer no decreto. 120 são 4 meses. “Terá a duração de 120 dias a
2830 partir da data de instalação. A primeira reunião é considerada a instalação, sem
2831 possibilidade de prorrogação de suas atividades, observado o princípio da eficiência
2832 e interesse institucional e público.” É preciso colocar isso. “Parágrafo 1º. O GT se
2833 reunirá ordinariamente conforme o calendário a ser aprovado por seus membros, ou
2834 extraordinariamente, mediante convocação do coordenador ou de um terço de seus
2835 membros. Parágrafo 2º. As reuniões do GT serão instaladas em 1ª convocação
2836 com a presença da maioria simples de seus membros, ou seja, 50% + 1, e em 2ª
2837 convocação após 15 minutos com qualquer número de membros.” Vocês vão
2838 perguntar o porquê disso? É a regra que está instalada no Regimento Interno até
2839 mesmo para (trecho incompreensível) máximo do conselho que é essa plenária.
2840 “Parágrafo 3º. As reuniões do GT serão registradas através de gravação e
2841 degravação textual para fins de registro das discussões e consultas para melhor
2842 interpretação do Regimento Interno.” Depois que a gente consolida o Regimento
2843 Interno, a gente precisa entender qual era a intenção de quem construiu o
2844 Regimento Interno para consulta posterior. A gente precisa registrar isso. “Artigo 5º.
2845 Compete ao GT. I. estudar, revisar e reformar a Resolução nº 358, de 10 de maio
2846 de 2011, que trata do Regimento Interno do CEAS.” Esse é o instrumento que
2847 vamos trabalhar. “II. estabelecer um fluxograma e metodologia de atividades, com
2848 prazos e evolução das atividades a serem desenvolvidas; ou seja, a gente precisa

2849 de um passo a passo claro para todo mundo saber o que a gente está fazendo; III.
2850 zelar pelo cumprimento de normativas vigentes e pelo eficiente andamento dos
2851 trabalhos.” Não é porque a gente está construindo um novo regimento que a gente
2852 tem que desconsiderar esse que temos, através disso, é zelar por aquilo que temos
2853 ainda consolidado; “IV. propor a minuta de resolução do Regimento Interno à
2854 deliberação da plenária do conselho.” Ou seja, nós definimos o que vamos passo a
2855 passo, o instrumento a ser trabalhado, o passo a passo que é preciso ser feito e
2856 aquilo que a gente tem que apresentar que é a minuta de resolução do Regimento
2857 Interno. “Artigo 6º. Para consecução de seus objetivos, o Conselho oferecerá toda a
2858 infraestrutura necessária para a participação efetiva e qualificada de todos os
2859 conselheiros membros que compõe o GT. Parágrafo Único. Os colaboradores que
2860 compõe o GT deverão prover meios para garantir a sua participação efetiva e
2861 qualificada.” Aí vocês vão perguntar por que os colaboradores têm que prover por
2862 conta própria? Porque eles não são conselheiros. A gente tem que garantir para
2863 nós conselheiros, aqueles que são convidados, eles mesmos, os próprios, têm que
2864 prover os mesmos para conseguir participar conosco. “Art. 7º. Ficam revogadas as
2865 Resoluções nº 719 e 737, que são as duas resoluções que criam o GT anterior e
2866 que alteraram a composição da primeira resolução, por isso que a gente está
2867 revogando essas duas resoluções, para que a gente tenha essa como regra norte
2868 do regimento. Artigo 8º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.”
2869 **SILVESTRE, SEF/MG:** Lucas, no artigo sobre o coordenador e do vice coordenador,
2870 também vai existir o princípio da paridade? Se o coordenador for governamental?
2871 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** A regra do conselho é a
2872 paridade, então não precisa constar, porque o próprio Regimento Interno exige isso
2873 de nós. Lá, quando fala em Regimento Interno, o instrumento? Resolução nº 358,
2874 de 2011, que trata do Regimento Interno e suas alterações. **ARLETE, GRAAL:** Está
2875 aberto para esclarecimentos, contribuições e, em seguida, a gente parte para a
2876 votação. Já está definida? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:**
2877 Dona Arlete, a Sirlene está perguntando qual vai ser o formato, se presenciais ou
2878 virtuais. A definir pelo grupo, não é? **ARLETE, GRAAL:** A definir pelo grupo.
2879 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Aquilo que for mais
2880 proveitoso. **GRAZIELE, CRP:** Sendo online o CEAS tem que verificar a
2881 possibilidade de uma conta paga, porque eu acho que só conta paga consegue
2882 gravar as reuniões. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Acho
2883 que a plataforma que tem que ser usada é a Teams. E acho que o governo está
2884 pagando essa plataforma. **ELDER, SEDESE:** O Teams grava de graça e, como o
2885 Lucas falou, o governo já tem o login do Teams pago. Mesmo se não gravasse

2886 gratuitamente, a gente conseguiria gravar. **ARLETE, GRAAL:** Sendo assim, a partir
2887 do momento que consolidar mesmo, que é a partir da primeira reunião, em caso de
2888 necessidade o grupo vai solicitar. Ok? Podemos partir para a votação? Quem
2889 concorda, por favor, se manifeste. Unanimidade, Sirlene? Unanimidade. Muito
2890 obrigada. Chegamos ao fim, Rosa? **ROSA - CEAS:** Não. **ARLETE, GRAAL:** Qual é
2891 o outro ponto de pauta, por favor? **ROSA - CEAS:** Agora vamos passar para os
2892 informes. Local reunião do CEAS. Organização dos fóruns regionais FETSUAS e
2893 URCMAS, e Consulta Jurídica sobre o site do CEAS. **ARLETE, GRAAL:** Elder.
2894 **ELDER, SEDESE:** Sobre o local de reuniões do CEAS, a gente já adiantou no
2895 grupo de WhatsApp, a gente conseguiu negociar junto com a SUBDH que o local de
2896 reuniões até o final do ano fica sendo a Casa de Direitos Humanos. Não teremos
2897 mais este problema. Todos podem ficar felizes quanto a isso. No ano que vem é
2898 nova gestão, por isso a gente está falando até o final desse ano, mas a gente vai
2899 trabalhar para que se houver mudança, que seja próximo daqui e evite os
2900 problemas que vocês destacaram no grupo. É isso. **ARLETE, GRAAL:** Obrigada,
2901 Elder. Grazi. **GRAZIELE, CRP:** A Mariana falou que iria apresentar alguma
2902 informação de retorno da SEDESE. Não sei se veio algum documento formal, mas
2903 eu acredito que no começo da reunião a gente já adiantou bem, falando sobre isso.
2904 Só trazendo a nossa reunião de ontem do Fórum Estadual de Trabalhadores, a
2905 gente já deliberou o encaminhamento para a SEDESE. Já tinha sido informado que
2906 a SEDESE estaria apoiando a reativação dos fóruns, URCMAS e apoio a fóruns de
2907 usuários também. Então nós deliberamos sobre o encaminhamento de ofício à
2908 SEDESE e ao CEAS. O FET vai encaminhar um ofício para a SEDESE e ao CEAS
2909 e a Gabi também está nesse GT para construir essa agenda de forma coletiva com
2910 o Fórum de Trabalhadores, com a participação do Fórum de Trabalhadores, para
2911 ser mais efetivo. Eu queria compartilhar com vocês uma informação. A nossa
2912 companheira Sandra, que está lá em Brasília, ontem ela participou da nossa
2913 reunião de forma online. E ela falou que foi deliberado que o conselho nacional não
2914 vai fazer o cadastro dessas entidades que são as comunidades terapêuticas. A
2915 gente ficou muito feliz, muito satisfeitos. O conselho nacional vai se posicionar
2916 contra às inscrições dessas entidades e, com isso, vai dar um certo alívio para os
2917 conselhos municipais, porque os conselhos municipais estavam desorganizados e
2918 não sabiam para onde ir. Eu lembro bem que, na gestão que eu fazia parte do
2919 conselho municipal, a gente deliberou pela não inscrição de uma entidade, de uma
2920 CT, mas, ainda assim, havia muita pressão e a gente foi embasado no que a gente
2921 já tinha de conhecimento, mas faltava resposta, tanto do conselho municipal quanto
2922 do conselho estadual, dessa orientação mais efetiva do CEAS e do conselho

2923 nacional. O conselho nacional se posicionou contra a inscrição. Eu não sei se já
2924 teve a resolução. **ARLETE, GRAAL:** Muito obrigada, Grazi. **GRAZIELE, CRP:** Eu e
2925 o Philipe somos representantes do Fórum de Trabalhadores, no MF. Do CEAS, é o
2926 Isac, Maria Baião. Só esclarecer. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO -**
2927 **SSVP:** Deixa eu falar para vocês. Representante do CEAS no momento sou eu,
2928 lara, Cinara e d. Arlete, Isac, os quatro usuários. **GRAZIELE, CRP:** Ok. É só porque
2929 a Gabi estava em uma confusão. Porque nós deliberamos no FET a indicação de
2930 Ester, mas a indicação é do FET, não do CEAS. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL**
2931 **DE CURVELO - SSVP:** Não. A cadeira dos trabalhadores é do fórum, não é do
2932 CEAS. **IARA, CSJB:** O outro fórum, falando da organização dos fóruns regionais,
2933 FETSUAS e URCMAS, eu sempre tenho que ficar lembrando, é fórum dos usuários
2934 e fórum das entidades, às vezes, o fórum de usuários é até mais contemplado. O
2935 fórum de entidades é bem esquecido. Mas nós vamos resgatar isso e a gente vai
2936 melhorar as nossas causas nesse sentido. Eu só queria dizer que eu entendo que
2937 isso já foi contemplado no GT de Plano Estratégico de Fortalecimento do Controle
2938 Social. É nesse GT que vamos fazer essa discussão. Não é isso? Ok. **LUCAS,**
2939 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu acho até oportuno já levar o
2940 encaminhamento desse primeiro ponto para ser cuidado pelo GT. **ARLETE,**
2941 **GRAAL:** Agora nós vamos ao ponto que toda hora é citado aqui, com o Lucas.
2942 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Nós vamos falar agora
2943 sobre o site do Conselho Estadual de Assistência Social, que quase não foi
2944 mencionado nessa reunião plenária de hoje. Eu acho oportuno a gente estar aqui
2945 falando, brincando e tudo, mas é uma coisa que é muito séria, porque muitos dos
2946 municípios se informam através do site do conselho. O site é um instrumento de
2947 informação oficial do conselho. Há pouco estava conversando com a Mariana, para
2948 que a gente possa reverter essa situação e para o restabelecimento do site através
2949 da provocação do poder judiciário. A minha ideia seria provocar o poder judiciário,
2950 através de uma ação judicial, para que seja restabelecido, mostrar ao poder
2951 judiciário que não há qualquer tipo de evidência de material publicitário no que diz
2952 respeito ao governo, mas, sim, material que trata sobre normativas, que trata sobre
2953 as nossas atas. Um material que é institucional e não governamental, nada de viés
2954 eleitoral ou eleitoreiro. Seria nessa perspectiva que estou dando essa sugestão
2955 para que a gente tente restabelecer, uma vez da dificuldade e da demora do
2956 processo interno governamental. Seria nessa perspectiva. **ARLETE, GRAAL:** Tem
2957 esse encaminhamento. Tem mais alguma sugestão? É isso mesmo e a gente vota,
2958 Elder? **MARCELA, SEDESE:** Seria uma correspondência, Lucas? Só uma questão
2959 interna, um informe talvez? A Secretaria Executiva fez uma nota técnica.

2960 Encaminhou para a SEDESE uma nota técnica sobre o restabelecimento do site.
2961 Encaminhou para a SUBAS e a gente está preparando uma consulta jurídica junto
2962 com a consulta do nosso blog também porque o Blog SUAS também saiu do ar. E
2963 essa consulta vai ser enviada para o jurídico agora, para a AGE. Dentro do estado,
2964 o que está acontecendo é o seguinte, os conteúdos que estavam disponibilizados
2965 em site e que caíram, para o restabelecimento, eles têm pedido que a gente faça
2966 consultas específicas à AGE, então é isso que a gente está fazendo agora. A gente
2967 acabou de terminar a nota e vamos encaminhar para a AGE agora. A AGE vai dar o
2968 parecer dela. A partir do parecer dela, a gente acredita que vai ser positivo, não
2969 sabemos, não temos certeza, mas a gente acredita que vai ser positivo. Tendo o
2970 parecer positivo da AGE, a gente pede o restabelecimento do site. Esse
2971 procedimento interno está em curso. A gente está bem nesse momento agora. A
2972 gente acabou de terminar a nossa nota para encaminhar para a AGE. É só um
2973 informe do que está acontecendo internamente. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL**
2974 **DE CURVELO - SSVF:** Resta saber quanto tempo que isso vai demorar, porque a
2975 gente não pode esperar até a próxima plenária, por exemplo. **GRAZIELE, CRP:** De
2976 maneira formal, trazer para a próxima plenária, mas, o quanto antes, porque têm
2977 mais 20 dias, pela legislação mais 20 dias para responder. Vocês lembram quando
2978 foi feito o pedido, essa informação, enviaram essa documentação? **LUCAS,**
2979 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Ainda não mandou, não.
2980 **MARCELA, SEDESE:** Para a AGE a gente vai mandar agora, nessa semana,
2981 porque a gente terminou a consulta... **GRAZIELE, CRP:** É 20 dias, a próxima
2982 plenária. Não tem... **ARLETE, GRAAL:** Fica sem site até a próxima. Calma, Filhote.
2983 Mas, de todo modo, deixando as brincadeiras, talvez seja interessante registrar que
2984 vocês irão nos colocando a par de como está sendo o processo. Eu estou dizendo,
2985 Marcela, que nesse tempo até o próximo pleno, que você vá nos inteirando de
2986 como está essa situação, porque a gente já chega resolvido em qual
2987 encaminhamento que vai ser dado nessa situação, porque o site é extremamente
2988 necessário. **MARCELA, SEDESE:** Pode deixar. **ARLETE, GRAAL:** Muito obrigada.
2989 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Só mais uma contribuição.
2990 Aproveitando que o site está fora do ar, verificar com o pessoal de comunicação se
2991 pode melhorar o site, porque era outra demanda também já colocada pelo mandato
2992 anterior e que a gente não pode esquecer. O site, Deus me livre daquele site.
2993 **SIRLENE - CEAS:** Nós já temos uma proposta. A gente só não apresentou por
2994 causa da suspensão. Mas a gente já tem uma nova proposta. Já tem uma carinha
2995 nova da plataforma toda bonitinha. Ela está praticamente pronta, Lucas. **ARLETE,**

2996 **GRAAL:** Agradeço as contribuições de cada uma e de cada um, e até o próximo
 2997 mês. Muito obrigada Secretaria Executiva e todo mundo. Obrigada.
 2998

NOME	REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
Anna Karla Ribeiro Silva	SEAPA	
Arlete Alves de Almeida	O Movimento do Graal no Brasil	
Carla Valéria Soares Vita	Federação das Associações sem fins econômicos de Minas Gerais - FASEMIG	
Cinara Lucena Rocha dos Santos Pio	Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira - ADRA	
Cleuza Maria de Oliveira	SEE	
Daniel Martins de Mello Neto	CMAS/Barbacena	
Elder Carlos Gabrich Júnior	SEDESE	
Gabriela de Almeida Loiola	CMAS/Salinas	
Graziele Vieira Cachapuz Machado	CRP	
Iara da Costa Nogueira Reis	Congregação São João Batista - CSJB	
Isac dos Santos Lopes	ASQUIS	
Jacqueline Caldeira de Menezes Bossi	CMAS/Cordisburgo	
João Victor de Almeida Chaves	SEPLAG	
Joao Vitor Da Silva Jorge	CMAS/Caeté	
Leandro Luis da Cruz Sena	Instituto de Desenvolvimento Sociopolítico Brasileiro - ID	
Lígia Camargos da Silva	SES	
Lucas Estevão Ribeiro da Silva	Conselho Central de Curvelo _ São Vicente de Paula	
Ludson Rocha Martins	CRESS	
Maria Aparecida Bayão	Fórum Municipal dos Usuários do SUAS/BH	
Mariana de Resende	SEDESE	

Franco		
Mariana Sousa Lopes	SEPLAG	
Marilene Faustino Pereira	FETAEMG	
Marinete da Silva Morais	COGEMAS	
Michelle Andrade Henriques	SEE	
Philippe Nunes Vieira e Silva	Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS - FETSUAS	
Rodrigo dos Santos França	Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte - ASSPROM	
Sandra Regina Ferreira Barbosa	SINTIBREF	
Silvestre Dias	SEF	
Simone Maria da Penha de Oliveira	CMAS/Belo Horizonte	
Suzanne Cristina Horta Silva	SEDESE	

2999